

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS JOVENS NOS ASSENTAMENTOS DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST: O  
CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

**EDLENE SANTOS OLIVEIRA**

**ORIENTADOR: PROF. DR. SALVADOR ANTONIO MIRELES SANDOVAL**

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Ciências Sociais na Educação.

Campinas

2012

i

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

OL4f	<p>Oliveira, Edlene Santos Formação educacional dos jovens nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: o caso de Vitória da Conquista, Bahia / Edlene Santos Oliveira. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.</p> <p>Orientador: Salvador Antônio Mireles Sandoval. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Educação. 2. Jovens. 3. Assentamentos rurais. I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>12-057/BFE</p>
------	--

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês** Educated young people in the settlements of the Movement of Landless Rural Workers – MST: the case of Vitória da Conquista, Bahia

**Palavras-chave em inglês:**

Education

Young

Rural settlements

**Área de concentração:** Ciências Sociais na Educação

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:**

Salvador Antônio Mireles Sandoval (Orientador)

Suzane Tosta Souza

Maria Cândida de Oliveira Costa

Vicente Rodriguez

Nora Rut Krawczyk

**Data da defesa:** 29/02/2012

**Programa de pós-graduação:** Educação

**e-mail:** [eudioliveira@hotmail.com](mailto:eudioliveira@hotmail.com)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

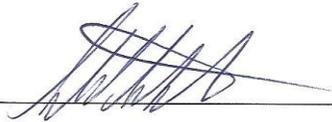
**FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS JOVENS NOS ASSENTAMENTOS DO  
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST: O  
CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA**

Autor: Edlene Santos Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação de Mestrado defendida por Edlene Santos  
Oliveira e aprovada pela Comissão Julgadora. Data:  
29/02/2012.

Assinatura do Orientador: \_\_\_\_\_



COMISSÃO JULGADORA:

\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  


Aos meus pais:

José Edvaldo Oliveira,

Maria da Conceição Santos Oliveira,

As duas estimadas irmãs:

Edileusa e Elisângela Santos Oliveira,

A tia Maria Sônia Oliveira (in memoriam),

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as minhas irmãs, Edileusa e Elisângela, por terem me orientado sobre as razões legítimas de lutar, vencer e superar os obstáculos da vida, dando-me apoio moral e intelectual até o último momento de encerrar esse estudo.

A minha família de modo geral, principalmente minha prima Edimare Ribeiro Costa, pela dedicação dispensada a mim, nos momentos difíceis.

Ao eterno amigo Edson França, por me acompanhar nessa jornada desde o início, nas viagens Bahia/São Paulo e na ajuda dedicada nas pesquisas de campo.

A eterna amiga “irmã” Joyce Wassem, por contribuir significativamente na formação acadêmica (mestrado) com instruções e orientações sobre o melhor caminho a trilhar, pela companhia de todas as horas e pelos exemplos, observados por mim, de centralidade e equilíbrio intelectuais.

Ao eterno amigo, Flávio Lourenço Peixoto Lima, pelos momentos dedicados a minha pesquisa, com orientação cuidadosa, contribuindo de forma relevante para a formação de ideias e a aquisição de saberes filosóficos sobre a vida.

Aos amigos da Bahia, Eliane Marinho, Jade Ohanna, Meryane Lima, Suzerley Trindade, Adriana Galvão, Iône Castro, Rosa Prado, Cristina Cordeiro, Samuel Silva, Luciana Oliveira, Sarah Ribeiro, Murilo Lima, Suzy Matos, Sinara Leal, Eliana Xavier, Edinabel Caracas, Marcelo Benigno, Aroldo Jr., Maicon Oliveira, por acreditarem no meu potencial e aguardarem ansiosamente pelos resultados que os estudos me trouxeram.

Aos amigos de São Paulo, Katia Norões, Bruno Costa, Cândida Alves, Damaris Guedes, Suelen Silva, Ariane Milani, Viviane Silva, Maria Aparecida, Míriam Porfírio, Nelly Efambe, Marcela Formico, Sabrina Areco, Daniel Sampaio, Rafael Silva, Valter Palmieri, Eduardo Rao, Val Conceição, pelos momentos de descontração, que, mesmo estando longe da família, sempre me senti acolhida, tanto pela contribuição acadêmica, compartilhadas nas longas conversas sérias, quanto nos momentos festivos de puros desabafos e desestresses.

Ao amigo Sr. Cordeiros, (assentamento Mutum) por me acompanhar durante todos esses anos de estudos sobre o MST, auxiliando-me nas pesquisas de campo.

Aos amigos assentados do Lagoa e Caldeirão (assentamento no Sudoeste da Bahia), pelas horas dedicadas as minhas entrevistas, proporcionando um bom desempenho para meu trabalho.

Aos professores, Vicente Rodriguez, Maria Cândida Oliveira Costa e Suzane Tosta Souza e a o orientador Salvador Sandoval, por contribuírem com a evolução teórica dessa dissertação e com a compreensão sobre as dificuldades encontradas por mim nos momentos finais do trabalho.

A todos vocês, muito obrigada!

### Plegaria a un labrador

Levántate y mira la montaña  
de donde viene el viento, el sol y el agua,  
tú que manejas el curso de los ríos  
tú que sembraste el vuelo de tu alma.

Levántate y mírate las manos  
para crecer estréchala a tu hermano,  
juntos iremos unidos en la sangre  
hoy es el tiempo que puede ser mañana.

Libranos de aquel que nos domina en la miseria  
traenos tu reino de justicia e igualdad.  
Sopla como el viento la flor de la quebrada  
limpia como el fuego el cañón de tu fusil,  
hágase por fin tu libertad aquí en la tierra  
danos tu fuerza y tu valor al combatir,  
Sopla como el viento la flor de la quebrada  
limpia como el fuego el cañón de tu fusil.

Levántate y mírate las manos  
para crecer estréchala a tu hermano,  
juntos iremos unidos en la sangre  
ahora y en la hora de nuestra muerte  
amén a - a - mén, a - a - mén.

Victor Jara

## RESUMO

O presente estudo se debruça sobre aspectos importantes da educação em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Procuramos analisar a formação educacional de jovens que vivem em assentamentos rurais, levando-se em consideração a influência do sistema educacional nas rápidas transformações ocorridas no campo brasileiro. Foi investigada a gênese e evolução do discurso histórico do MST, como um dos movimentos sociais populares, contemporâneos, mais representativos da América Latina, cuja dinâmica marcou, na história das políticas sociais, as lutas em torno da anti-exclusão, as lutas por autonomia, cidadania e educação na terra. O MST tem destaque pela sua história de crescimento organizado e estratégico, o que exigiu de seus representantes um pensamento sistemático e formalizado sobre a implantação da educação no campo. A pesquisa foi desenvolvida com um grupo de jovens no assentamento Lagoa e Caldeirão em Vitória da Conquista/BA no período de dois anos (2010/2011). Sobretudo, a análise referida norteou esse estudo no intuito de se compreender seus pressupostos ideológicos e pedagógicos, investigando, especificamente, a contribuição da educação na formação do jovem assentado, bem como, sua permanência no campo, visto que, estão localizados num cenário de mudanças nas relações sociais, inscritas a partir do aprofundamento da desigualdade social. Portanto, essa pesquisa tem o compromisso de corroborar com a pedagogia do MST, entendendo que ela é necessária para os jovens assentados e voltada para os interesses, necessidades e objetivos do movimento. Uma pedagogia para seus seguidores e militantes nos campos brasileiros capaz de formá-los para uma cidadania e uma autonomia de *enfrentamento* consciente.

Palavras-chave: Educação. Jovens. Assentamentos do MST.

## ABSTRACT

This study focuses on important aspects of education in rural settlements of “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST). We tried to analyze the educational development of young people living in rural settlements, taking into account the influence of the education system in the rapid changes occurring in the Brazilian field. We studied the genesis and evolution of historical discourse of MST, as popular social movements, contemporary, more representative of Latin America, whose dynamics marked in the social’s history struggles around the political fight against exclusion, the struggle for autonomy, citizenship and education in the country. The MST has highlighted the history of organic growth and strategic, which asked its representatives a formal and systematic thinking on the deployment of the education on the field. The research was conducted with a group of young people in the settlement Lagoa and Caldeirão located in Vitória / BA for two years (2010/2011). Extremely, the referred analysis has guided this study in order to understand their educational and ideological assumptions, seeking, specifically the contribution of education in the training of young settler, as well as their stay in the field, because they are located in a changing landscape in social relations, registered from the deepening of social inequality. Therefore, this research is committed to corroborate the pedagogy of the MST, understanding that it is necessary for young settlers and turned to the interests, needs and goals of the movement. the pedagogy for his followers and activists in the fields Brazilian able to train them for a citizenship and a range of coping conscious.

Key words: Education. Young. MST’s settlement.

## RESUMÉ

Cette étude se concentre sur les aspects importants de l'éducation en milieu rural colonisé par de "Movimento dos Trabalhadores Rurais Terra Sem" (MST). Nous avons essayé d'analyser le développement de l'éducation des jeunes vivant en milieu rural colonisé, en tenant compte de l'influence du système éducatif dans les changements rapides qui se produisent dans le domaine brésilienne. Nous avons étudié la genèse et l'évolution du discours historique du MST, comme mouvements sociaux populaires, contemporaines, plus représentatifs de l'Amérique latine, dont la dynamique a marqué dans l'histoire des luttes sociales autour de la lutte politique contre l'exclusion, la lutte pour l'autonomie, la citoyenneté et l'éducation dans le pays. Le MST a mis en évidence l'histoire de la croissance organique et stratégique, qui a demandé à ses représentants une pensée formelle et systématique sur le déploiement de l'éducation sur terrain. La recherche a été menée avec un groupe de jeunes gens dans la colonie de Lagoa e Caldeirão à Vitória / BA depuis deux ans (2010/2011). En effet, l'analyse visée a guidé cette étude afin de comprendre leurs hypothèses pédagogiques et idéologiques, en cherchant, plus précisément la contribution de l'éducation dans la formation des jeunes colonisateurs, ainsi que leur séjour sur terrain, parce qu'ils sont situés dans une évolution du paysage dans les relations sociales, enregistrée à partir de l'approfondissement des inégalités sociales. Par conséquent, cette recherche s'est engagé à collaborer avec la pédagogie de la MST, em sachant qu'elle est nécessaire pour les jeunes colonisateurs et se tourne vers les intérêts, les besoins et les objectifs du mouvement. Une pédagogie pour ses adeptes et militants dans des terrains brésiliens en mesure de les former à une citoyenneté et une autonomie consciente de faire face aux choses.

Mot-clés: Education. Jeunes. Colonie du MST.

## LISTA DE SIGLAS

ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio  
AI5 – Ato Institucional número 5  
ASA – Articulação do Semi-Árido  
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
COOPLAC – Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Lagoa e Caldeirão Ltda  
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional  
CPACT – Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado  
CPI/SP – Comissão Pró-Índio  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ET – Estatuto da Terra  
FAO – Organização para Alimentação e Agricultura  
FASE Bahia – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional  
FETRAF – BRASIL/CUT – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
GEA – Grupo de Estudos Agrários de Salvador – Bahia  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional  
MASTES – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste  
MASTRO – Movimento dos Agricultores do Oeste  
Mirad – Ministério Extraordinário para o desenvolvimento e a Reforma Agrária  
MPA – Movimento dos Pequenos agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGD – Organização Não Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento e Defesa do Meio Ambiente

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAN – Operação Amazônia Nativa

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE – Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Programa de Integração Nacional

PM – Polícia Militar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco

PT – Partido dos Trabalhadores

SEC – Secretaria de Educação

Secult – Secretaria de Cultura

Setre – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

SJCDH – Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

TOPA – Todos pela Alfabetização

UDR – União Democrática Ruralista

VAP – Variedades de Alta Produtividade

## LISTA DE TABELAS

1. Brasil – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010.....	15
2. Indicadores comparativos.....	16
3. Grandes propriedades da concentração de terra no Brasil: 2003 e 2010.....	16
4. Região Norte – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010.....	17
5. Região Nordeste – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010.....	18
6. Região Sudeste – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010.....	19
7. Região Sul – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010.....	20
8. Região Centro-Oeste – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010.....	20
9. Brasil e Regiões: Grandes Propriedades Improdutivas.....	21
10. Números do Pronera.....	61

## LISTA DE FOTOS

1. Plantação de café no Lagoa e Caldeirão.....	88
2. Plantação consorciada de feijão e café no Lagoa e Caldeirão.....	88
3. Plantação com sementes crioulas no Lagoa e Caldeirão.....	89
4. Sementes crioulas de feijão roxo.....	89
5. Sementes crioulas de milho.....	89
6. Frutos da terra: jaca.....	91
7. Frutas da terra: manga.....	91
8. Plantação de feijão no Lagoa e Caldeirão.....	91
9. Plantação de mandioca no Lagoa e Caldeirão.....	91
10. Agrovila do Lagoa e Caldeirão.....	98
11. Área de reserva florestal do Lagoa e Caldeirão.....	100
12. Plantação em área de solo Podzólico Vermelho.....	101
13. Plantação orgânica.....	101
14 e 15. Máquinas para obra da Adutora do Rio Pardo.....	103
16. Prefeito de Vitória da Conquista.....	103
17. Políticos da região.....	103
18. Propaganda da prefeitura.....	104
19. Evento no Lagoa e Caldeirão.....	104
20. Transporte confortável e seguro.....	106
21 e 22. Casa da agrovila por fora e por dentro.....	106
23. Igreja católica no assentamento Lagoa e Caldeirão.....	116
24 e 25. Escola Municipal Fábio Henrique no Lagoa e Caldeirão.....	120
26. Sala de informática da escola.....	121
27. Biblioteca da escola.....	121
28. Temas pregados na escola do assentamento.....	122
29. Relação movimento de educação e mobilização política.....	122
30. Cartaz expressando a necessidade de luta do movimento na escola.....	123
31 e 32. Jovens atuantes.....	123
33. Viva os camponeses.....	124

34. Quadro com Paulo Freire.....	124
35. Elaboração de projetos.....	125
36. Vitórias e conquistas.....	125
37 e 38. Jovens participam de eventos do assentamento.....	126
39 e 40. Cerimônia de formatura da 8ª série.....	127
41 e 42. Festa de formatura da 8ª série.....	127
43 e 44. Área de plantação da escola.....	128

## LISTA DE FIGURAS

1. Capitãncias e seus respectivos donos.....	11
2. Semiárido brasileiro, 2011.....	25
3. Programa Território da Cidadãncia.....	27
4. O MST no estado da Bahia, divisãõ por etapas regionais.....	35
5. Assentamentos do MST na regiãõ Sudoeste da Bahia.....	37
6. Regional Sudoeste da Bahia.....	38
7. Regional Recôncavo.....	39
8. Regional Sul.....	40
9. Regional Extremo Sul da Bahia.....	40
10. Utilizaçãõ das terras – Bahia.....	45
11. Atuaçãõ da ASA no Sudoeste da Bahia, 2008.....	47
12. Mapa das regiões brasileiras por analfabetismo segundo censo, 2010.....	62
13. Atividades antes exercidas pelas famílias assentadas.....	86
14. Destino da produçãõ.....	90
15. Estágio da produçãõ.....	92
16. Localizaçãõ da Regiãõ Sudoeste da Bahia.....	95
17. Cidades e Estados onde viviam os assentados.....	97
18. Levantamento pluviométrico da área (mm), 2010.....	99
19. Transporte mais utilizado para a cidade.....	105
20. Tempo de moradia.....	107
21. Gênero dos jovens entrevistados.....	112
22. Jovens casados e solteiros.....	112
23. Cor ou raça.....	113
24. Participaçãõ política.....	114
25. Lazer e cultura.....	115
26. Atividades comuns.....	116
27. Número de pessoas por família.....	117
28. Salário mínimo.....	118
29. Aposentados por domicílio.....	118

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>1. AS ESPECIFICIDADES DO MOVIMENTO SEM TERRA NA BAHIA.....</b>	<b>05</b>
1.1. MST: territorialização e seus conflitos.....	06
1.2. Breve histórico da questão agrária na Bahia.....	24
1.3. Formação territorial do MST no estado baiano.....	32
1.4. O latifúndio e o papel do campesinato na Bahia.....	41
<b>2. EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA.....</b>	<b>49</b>
2.1. As linhas que contornam a história da educação do campo.....	49
2.2. A educação do campo para a formação da identidade rural na Bahia.....	59
2.3. Desenvolvimento socioambiental na perspectiva de vida no campo.....	70
<b>3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, FORMAÇÃO HUMANA E CONHECIMENTO JOVEM NO LAGOA E CALDEIRÃO NO SUDOESTE DA BAHIA.....</b>	<b>85</b>
3.1. O assentamento Lagoa e Caldeirão – Terra Almejada.....	94
3.1.1. Localização da área.....	94
3.1.2. Histórico.....	96
3.1.3. Características Físicas.....	98
3.1.4. Infra-Estrutura.....	102
3.1.5. Aspectos sócio-econômicos.....	107
<b>4. ATUAÇÃO DO JOVEM CAMPONÊS NA REGIÃO SUDOESTE.....</b>	<b>109</b>
4.1. A escola Fábio Henrique e a educação do campo.....	119
4.2. Perspectivas dos jovens para o futuro.....	125

<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>131</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>133</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo de estudo analisar a formação educacional de jovens nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, estudo de caso do assentamento Lagoa Caldeirão em Vitória da Conquista / Bahia. Buscou-se responder como a educação do campo pode promover melhorias nas condições de vida das famílias assentadas na junção entre meio ambiente, economia, política, cultura, bem como, a valorização do jovem camponês.

A análise passa a ser relevante por compreendermos que a educação do movimento tem buscado contribuir com a permanência dos jovens em assentamentos do MST, após a aquisição da aprendizagem na escola, dando oportunidades a esses jovens de alcançarem uma profissão e colocá-la em prática dentro do próprio espaço de vida, visando não apenas a perpetuação do MST, mas também, a busca de implementos que garantam a construção de uma consciência crítica dentro de uma nova sociedade.

A Educação do MST surgiu em 1987. Essas experiências, inicialmente, foram centradas nas regiões Sudeste e Sul. A partir da década de 90 esse quadro se altera, pois, as demais regiões buscam a ampliação do MST nessas áreas e acreditam que a educação seja um importante instrumento de luta, ou seja, a formação de uma nova cultura na busca de uma nova hegemonia social para aprimorar o pensamento e a ação.

O MST acredita que o acesso à educação, gestada por uma escola democrática que universalize esse ensino, garantirá melhores resultados na produção, nas atividades agrícolas e a valorização de propostas pedagógicas que despertem para a visão crítica do mundo.

O interesse em aprofundar os conhecimentos sobre esse tema parte de um olhar criterioso sobre o projeto de educação do campo na Bahia, a partir de uma abordagem sociológica, na tentativa de transcender o enfoque teórico predominante na bibliografia sobre educação do MST, para revisitar o espaço que acolhe conhecimentos e experiências pré-existentes, oriundos da educação informal.

Dentro desses aspectos, foi necessário pesquisar a história do MST na Bahia, com ênfase na área de estudo, Lagoa e Caldeirão, desde sua ocupação em 1995, até os dias atuais, visto que esse assentamento, também foi cenário dos conflitos no campo. Com registros do coronelismo histórico, entre latifúndio e ação de grileiros.

A escolha de se estudar a educação do campo deve-se, também, ao fato de entender que o MST defende que a garantia do acesso à educação é dever do Estado. Dessa forma, reclama do mesmo o acesso e implantação de escolas em assentamentos, com profissionais sensibilizados com a causa e preparados para suas capacitações de acordo a articulação do conteúdo com seu projeto político.

A área escolhida para desenvolvimento desse estudo caracteriza-se por estas questões, onde vive-se ainda sob a égide da modernização da agricultura aplicada nos campos do país pelos efeitos da Revolução Verde, depois da II Guerra Mundial. Este foi um problema que atingiu o camponês, levando-o a abandonar a terra e sem alternativas vai aventurar-se nos grandes centros urbanos.

Além desses problemas sociais percebidos é importante destacar que para mudar essa realidade é necessário aprender e conhecer cientificamente o próprio meio de vida, e isso só é possível através do acesso a uma educação que não se restrinja ao mandonismo da burguesia brasileira, mas que abranja a utilização de uma pedagogia que permita fazer uma reflexão crítica da sociedade, enquanto cidadãos com direitos e deveres.

Dentro desse contexto, a concretude de algumas questões emergem relacionadas a formação educacional de jovens em assentamentos do MST. Como se processam os conceitos de vida do camponês e de conquista da terra na formação educacional de jovens assentados? No MST a educação do campo na Bahia proporciona para o jovem a formação de sua identidade rural? Como os jovens assentados conseguem relacionar educação, trabalho e movimento social?

Responder essas questões, caracterizando a educação do campo na Bahia, é parte essencial desse trabalho a partir da seguinte hipótese:

- ✓ A educação do campo promove uma melhor condição de vida na junção do sistema pedagógico implantado com a produção agrícola, meio ambiente, economia, política, cultura, bem como, com a valorização do jovem enquanto camponês.

Dessa forma, o estudo que tem por base a formação educacional de jovens em assentamentos do MST, em Vitória da Conquista, Bahia, é composto por quatro capítulos.

No primeiro capítulo, sob o título AS ESPECIFICIDADES DO MOVIMENTO SEM TERRA NA BAHIA, procura-se mapear a territorialização do movimento que se deu através de conflitos que marcaram o histórico da questão agrária na Bahia, difundindo o latifúndio nessas áreas. Autores

como Fernandes (2000), Andrade (1998), Oliveira (1999) e Bezerra Neto (1999), contribuíram para uma visão científica do que foi e o que significou a ação latifundiária no país desde as Capitânicas Hereditárias, corroborando para uma análise mais específica do campo na Bahia.

No segundo capítulo, intitulado A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA, faz-se uma abordagem da educação do MST, particularmente, no estado baiano, destacando a história da implantação da educação em áreas de conflitos por terra, a partir da aplicação de um sistema pedagógico que contemple os anseios do camponês. Nesse contexto, Freire (1978), Fernandes (1999), Almeida (2000), Caldart (2000), Arroyo (2004) e Saviani (2006), ajudaram na construção do pensamento mais elaborado em torno da problemática que atinge o campo, como a falta de uma estrutura que viabilize o acesso dos assentados à educação.

Em um segundo momento, alguns autores como Cavalcante (1997), Rosa (1998), Bogo (2000) e Veiga (2000), vão iluminar a ideia no que se refere a Reforma Agrária, com base numa estratégia de vida sustentável, fora dos modelos modernizantes da agricultura.

No terceiro capítulo, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, FORMAÇÃO HUMANA E CONHECIMENTO JOVEM NO LAGOA E CALDEIRÃO NO SUDOESTE DA BAHIA, buscou-se demonstrar nessa primeira etapa da dissertação o que é o Lagoa e Caldeirão, apresentando alguns dados gerais da área, abordando algumas características do assentamento.

No quarto capítulo, ATUAÇÃO DO JOVEM CAMPONÊS NO ASSENTAMENTO LAGOA E CALDEIRÃO, foi pesquisada (análise de dados) a formação educacional dos jovens numa perspectiva de futuro, fazendo um paralelo sobre a relação dos jovens com a educação, o trabalho e o movimento social.

Ademais, é válido destacar que o desenvolvimento dessa pesquisa foi organizado em dois momentos distintos: planejamento e execução da pesquisa. Primeiramente, procurou-se organizar a estruturação de um projeto de pesquisa, delimitando o tema a ser abordado, através da observação direta dos sujeitos analisados. Partindo-se para a definição dos objetivos, foi possível conhecer a área e o período histórico estudado. Entretanto, esse trabalho foi possível devido a metodologia aplicada, que priorizou o estudo de campo como uma práxis fundamental ao pensamento sobre a atuação dos jovens do MST da Bahia e a qualidade da educação oferecida no assentamento Lagoa e Caldeirão.

Esse procedimento permitiu visualizar o desenvolvimento da Educação do Campo através da aplicação do sistema pedagógico implantado, visão que se ampliou para além das leituras

teóricas realizadas durante a pesquisa. Nesse momento foi importante o método estatístico para o levantamento percentual relativo a evolução do campo expandido pelo modelo de educação implantada.

Essas reflexões aproximaram o olhar de pesquisador às questões inerentes aos valores humanos, a formação da cidadania e da conquista da terra, bem como as discussões levantadas sobre a organização do espaço que esses jovens compõem. Portanto, mediante a metodologia, foi observada a construção das possibilidades e dimensões no âmbito social, a partir das orientações do método adotado – o materialismo histórico dialético.

No quinto capítulo, CONCLUSÃO, são apresentados os resultados obtidos, bem como análise e sugestões para contribuir com o projeto pedagógico dessa região de forma a imprimir uma visão epistemológica sobre a educação dos jovens de assentamentos rurais.

Para finalizar, foi colocada em pauta a execução da pesquisa, que, por hora, procura divulgar a discussão sobre a educação do campo na Bahia, bem como, a percepção dos jovens em relação a ela e suas perspectivas para o futuro, dentro de um assentamento do MST.

## 1. AS ESPECIFICIDADES DO MOVIMENTO SEM TERRA NA BAHIA

*Sonhar mais um sonho impossível  
Lutar quando é fácil ceder  
Vencer o inimigo invencível  
Negar quando a regra é vender...*

*Chico Buarque e Ruy Guerra*

Os compositores Chico Buarque e Ruy Guerra, na composição “Sonho Impossível”<sup>1</sup>, enaltecem e qualificam a luta do camponês pela terra e, através de uma linguagem poética sobre a história dos sonhos de Dom Quixote<sup>2</sup>, trazem à tona a dura realidade dos sonhos daqueles que vagam sobre a terra, mas estão impedidos de permanecer nela.

A menção da pesquisa como princípio educativo num processo que envolve lutas de classes, destaca a contribuição dos movimentos sociais organizados que marcam na história brasileira um período importante pela conquista da terra e da autonomia. Por tal entendimento é que se ressalta a necessidade de historicizar a gênese e a evolução de alguns movimentos sociais que forneceram elementos importantes para registrar essa história.

Dentro desses argumentos é que são apresentadas razões para a análise da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e na Bahia. Esse movimento de importante cunho social visa à realização da reforma agrária brasileira. Sua história teve início na década de 1980, quando começam, então, a defender a expansão do território agrícola. A mecanização da agricultura e a construção de barragens, através de projetos faraônicos, ajudaram a eliminar as pequenas e médias áreas de produção agrícola, dessa forma, intensificou-se a concentração fundiária.

Foi justamente na década de 80 que o êxodo rural vai ganhar mais expressão, provocando o abandono intenso do campo e o deslocamento da população camponesa para os grandes centros urbanos. Nesse emblemático fenômeno social, ocorre o chamado milagre brasileiro<sup>3</sup>, onde os

---

<sup>1</sup> Composição: Joe Darion, Mitch Leigh. Versão em português adaptada por Chico Buarque e Ruy Guerra em 1972, para o musical: *O Homem de La Mancha*. Em plena ditadura militar.

<sup>2</sup> Romance de Miguel de Cervantes Saavedra: *Dom Quixote de La Mancha*.

<sup>3</sup> O "milagre econômico brasileiro" é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante o Regime militar no Brasil, também conhecido pelos opositores como "anos de chumbo", especialmente entre 1969 e 1973, no governo Médici. Nesse período áureo do desenvolvimento brasileiro em que, paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza, instaurou-se um pensamento ufanista de "Brasil potência", que se evidencia com a conquista da terceira Copa do Mundo de Futebol em 1970 no México, e a criação do mote: "Brasil, ame-o ou deixe-o". [http://pt.wikipedia.org/wiki/Milagre\\_brasileiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Milagre_brasileiro).

camponeses foram atraídos pelo desenvolvimento industrial. Contudo, a crise brasileira veio em seguida, ainda início dos anos 80. Os camponeses não resistiram a essa nova situação e se mobilizaram para voltar à terra, dando origem aos movimentos sociais locais, regionais e estaduais na luta pela terra.

As suas especificidades serão destacadas, em um primeiro momento, a partir de um panorama da territorialização do movimento, dos conflitos envolvendo o MST e a sua formação territorial no estado baiano.

## 1.1. MST: TERRITORIALIZAÇÃO E CONFLITOS

*...Sofrer a tortura implacável  
Romper a incabível prisão  
Voar num limite improvável  
Tocar o inacessível chão...*

*Chico Buarque e Ruy Guerra*

As lutas que marcaram o princípio da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram aquelas travadas entre o final dos anos setenta e a primeira metade dos anos oitenta do século XX, sendo que as regiões Sul e Sudeste se destacaram como cenário principal. Através das palavras de Fernandes (1996, p.67), percebe-se como se deu a geografia do movimento:

(...) as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê/SC, em 1980; ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o Estado propôs apenas a indenização em dinheiro; em São Paulo a luta dos posseiros das fazendas Primavera nos municípios da Andradina, Castilho e Nova Independência; No Mato Grosso do Sul, nos municípios de Nivaraf e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores arrendatários desenvolviam uma imensa luta pela resistência na terra. Outras lutas ocorriam nos estados da Bahia, no Rio de Janeiro e Goiás.

Alguns desses movimentos, em nível nacional, criaram siglas próprias, a exemplo os movimentos que surgiram no Paraná<sup>4</sup> com a acirrada perseguição de latifundiários, jagunços e polícia militar contra camponeses sem terra. Diante esses movimentos temos: Movimento dos

---

<sup>4</sup> Citados na obra de Fernandes, 2000, p. 66. *A formação do MST no Brasil.*

Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO); do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES); Movimento dos Agricultores Sem Terra no Norte do Paraná (MASTEN); Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO); Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), ligado a segmento da esquerda e o Movimento Unido dos Sem Terra (MUST), ligado à força sindical. Esses agrupamentos tinham como tônica de suas vivências a busca de um espaço que garantisse aos camponeses, vida com dignidade na terra. Dessa forma entende-se que:

As lutas relatadas foram experiências que construíram uma nova realidade no campo. Começava um novo período das lutas camponesas no Brasil. Em cada estado, os camponeses sem-terra criaram as condições necessárias para a luta e conquista da terra. Essas lutas foram os primeiros momentos da vida do MST. Nesse tempo de gestação, cada luta representou um instante dessa construção histórica. Muitas outras lutas aconteceram em todo território nacional. (FERNANDES, 2000, p. 75).

Essa busca se configurava na conquista da terra, objetivando transformar a realidade dos camponeses em instantes de autonomia no campo. Assim, eles passaram a pressionar o Estado, que se viu obrigado a tomar providências para a questão. Nesse contexto, surge o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a função de estabelecer diálogos entre o Estado e o camponês. De acordo ao governo federal brasileiro, o INCRA divide sua história em três períodos básicos<sup>5</sup>, que vai desde sua criação em 1970 até os dias atuais, depois do mandato de Fernando Henrique Cardoso. Nessa mesma época o governo federal elaborou programas de desenvolvimento regional<sup>6</sup> na tentativa de fomentar o melhor uso da terra.

Esse importante agrupamento de trabalhadores que necessitam do campo para produzir deu origem ao MST. O movimento surge no Sul do país, em 1979, resgatando os ideais e anseios das Ligas Camponesas, nos últimos anos da Ditadura Militar, caracterizando-se pela coragem, pelo enfrentamento e resistência na conquista pela terra.

O MST teve o apoio de alguns movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), organização que surgiu no meio industrial urbano da metalúrgica de São

---

<sup>5</sup>Fim do Governo Militar (1970 – 1984); Governo de José Sarney ao governo de Itamar Franco (1985 – 1994); Primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998), até os dias de hoje.

<sup>6</sup> Programa de Integração Nacional - PIN (1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974).

Bernardo do Campo em 1983, aliando-se ao movimento no final dos anos 80 do século XX, para a realização das várias ocupações, as quais foram acontecendo em vários estados e, ao mesmo tempo, com a presença de combates localizados em regiões diferentes.

A CUT, também, promove ações de solidariedade ao MST e realiza manifestações conjuntas com o movimento dos sem terra. O fato mais significativo, no entanto, é a realização de ocupações de terra incentivadas pela Central que passava a se interessar cada vez mais pelos problemas rurais. Isso foi possível após a queda do Regime Militar, quando em 1984, quando o Brasil se prepara para as Diretas Já<sup>7</sup>, a partir de então, o MST começa a se organizar por todo país. Com o crescimento da sua organização, os trabalhadores rurais se despontaram no cenário político por meio das inúmeras lutas populares.

No ano de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, realiza-se o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra<sup>8</sup>, consolidando uma única sigla para a representação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nos bastidores da política brasileira, em 1985, ainda no governo de José Sarney, com a pressão dos camponeses, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), criando-se, assim, o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad)<sup>9</sup>, sendo essas iniciativas insignificantes para sanar os problemas que assolavam grande parcela da sociedade. O INCRA se incorporou depois ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária, criado em 1986, o qual foi substituído em 2000, com o Decreto nº 3.338, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, criado em 25 de novembro de 1999, através da medida provisória nº 1.911-12, posto no Decreto nº 5.033 de cinco de abril de 2004.

A ação coletiva rural é a representação de um movimento social que busca meios viáveis de acesso a terra, uma forma de se desvencilhar das “chagas” provocadas pelo processo de globalização que atinge a economia da América Latina e busca mobilizar o Estado quanto a essas transformações verificadas na sociedade. Nesse aspecto, entende-se que o modelo de democratização utilizado nos países latino americanos atingiu, de forma catastrófica, essas

---

<sup>7</sup> Diretas Já foi um movimento político democrático com grande participação popular que ocorreu no ano de 1984. Durante o movimento ocorreram diversas manifestações populares em muitas cidades brasileiras como, por exemplo, passeatas e comícios.

<sup>8</sup> Caldart (2000, p.68) explica que este encontro teve a participação de trabalhadores rurais de doze estados. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima e Pará. (Fonte: Arquivo MST).

<sup>9</sup> Em 1987 o INCRA foi extinto e o Mirad, extinto em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura.

economias, obrigando seus povos a assumirem uma postura conflituosa de requerer direitos perdidos ou nunca adquiridos, quando se sentiam a margem dos planejamentos políticos e ainda oprimidos pela classe detentora do poder, fazendo aflorar diferentes formas de combate na busca por igualdade social. Dessa forma, entende-se que:

Si se examinan las nuevas manifestaciones de la acción colectiva desde Chiapas, Villa El Salvador de Perú, los movimientos campesinos ligados al narcotráfico o los más tradicionales de lucha por la tierra, los movimientos étnicos y de género, las movilizaciones de protesta contra el modelo económico, las nuevas expresiones de los movimientos estudiantiles, entre otros, se verá que todas ellas comparten rasgos de ambos modelos de modernidad combinados con las propias memorias colectivas (GARRETÓN, 2001, p. 1).

No Brasil, a gênese da disputa por terras é oriunda das vivências cotidianas de camponeses que perderam suas terras, entre outros que nunca a tiveram, e, ao lutarem por ela, iam de encontro aos segmentos do Estado e do Governo, colocando em risco os interesses dos grandes latifundiários, que encontravam apoio de diversas instituições na briga contra a Reforma Agrária.

No decorrer da história, no Brasil, consolidou-se uma estrutura fundiária desigual, baseada na concentração da terra e expropriação de grande parcela da população. A chegada do colonizador às Américas não foi pacífica, ocorreram vários confrontos entre os povos indígenas e os invasores da sociedade capitalista europeia.

Vale contextualizar que o Brasil foi, e ainda é cenário de intensas manifestações em torno da busca pela terra. A origem dessas manifestações já vem desde a luta dos índios brasileiros. Esses foram os primeiros a conhecer a violência dos colonizadores, transformando num genocídio histórico, no qual vêm sendo submetidos há mais de quinhentos anos, como explica o seguinte fragmento:

As lutas pela terra no Brasil não são recentes, datando do período colonial, com os povos indígenas na defesa de seu território contra as “entradas” e “bandeiras”, patrocinadas pelo governo português e por fazendeiros da época. Essas lutas ganharam impulso no final do século passado (...), de alguma forma, acabaram influenciando e norteando as principais lideranças do MST. (BEZERRA NETO, 1999, p. 9).

Na atualidade, a luta dos povos indígenas prossegue em prol da demarcação e preservação de suas terras. Para a manutenção dessas terras, importantes Organizações Não Governamentais

(ONGs) tiveram uma contribuição significativa, entre elas destacam-se o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Comissão Pró-Índio (CPI/SP), a Operação Anchieta, atualmente Operação Amazônia Nativa (OPAN) e a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI). Essas organizações existem há mais de trinta anos<sup>10</sup> e, nesse período, elas não têm medido esforços para pressionar o governo brasileiro no sentido de cumprir a lei que viabiliza a desapropriação de terras para interesses públicos e, sendo considerada democrática, atribui aos povos indígenas o cumprimento da sua função social. Ferreira (1992) menciona que os indivíduos e grupos ligados a essas instituições não governamentais passaram a desenvolver experiências com a educação escolar nas áreas indígenas, as quais ofereciam às populações uma educação formal compatível com os projetos de autodeterminação.

Dentro dessa discussão não se pode omitir a luta do escravo negro, também pela conquista da terra, o que remonta a escravidão do Brasil, desde o século XVI, onde o mesmo cenário de disputa pela liberdade e pela terra se repetiu, inicialmente com conflitos entre os negros escravizados e o sistema vigente, e, conseqüentemente, com a formação dos quilombos, que significaram o território da liberdade negra da África no Brasil. Tomamos como exemplo de espaço de resistência fundiária, o Quilombo dos Palmares/AL.

De 1500 a 1822, todas as terras brasileiras pertenciam a Portugal, que doava ou cedia o direito de posse a pessoas de sua confiança, essa situação perdurou durante muito tempo através da criação de Capitânicas Hereditárias e das Sesmarias, que atendiam às necessidades de obtenção de lucros a partir da exportação de produtos agrícolas cultivados no sistema de *plantation*, ou seja, em grandes propriedades monocultoras, escravistas e cuja produção era voltada a exportação, explícitas no trecho a seguir:

[...] Conquistaram uma colônia com economia organizada em função da produção açucareira, visando ao abastecimento do mercado externo, dispoñdo de numerosa população branca, possuidora de grandes latifúndios, nos quais, utilizando o braço escravo, desenvolviam uma atividade monocultora de *plantation*. (ANDRADE, 1998, p. 67).

Entre 1822-1850, após a independência política, vigorou no Brasil o sistema de posse livre em terras devolutas, já que não havia se criado leis para regulamentar essa situação, pois não

---

<sup>10</sup>OPAN – 1969; CIME – 1972; CEDI – 1974; ANAI – 1977; CPI/SP – 1978. Dados apresentados pelas próprias organizações.

existiam cartórios. Nesse período, a terra não tinha valor de troca, prevalecia o valor de uso a quem quisesse cultivar e vender sua produção. Ainda vigorava a escravidão, e os escravos negros eram prisioneiros nos latifúndios. Nesse contexto:

[...] a posse da terra doada em extensos latifúndios, às vezes com dezenas de léguas de extensão, não era tudo. Necessário era derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras de mantimento para isso os sesmeiros necessitavam ter animais – bois e cavalos importados da Europa – e escravos (ANDRADE, 1998, p. 62).

Ainda em 1850 esse quadro social sofreu intensas mudanças, com o aumento da produção cafeeira e a implantação da lei Eusébio de Queirós, que resultaram na proibição do tráfico negreiro e com a chegada de imigrantes europeus nas lavouras de café, mão de obra que substituiu a escrava.

Com o intuito de fornecer mão-de-obra barata aos latifúndios, o governo impediu o acesso dos negros e dos imigrantes à propriedade através da criação, ainda em 1850, da Lei de Terras, tornando todas as terras devolutas propriedade do Estado. A lei nº 601 de 1850 contribuiu para que as terras brasileiras (colônia portuguesa) fossem concedidas em regime de Capitania Hereditárias, o que objetivava a extensa exploração do território, como demonstra a figura 1.

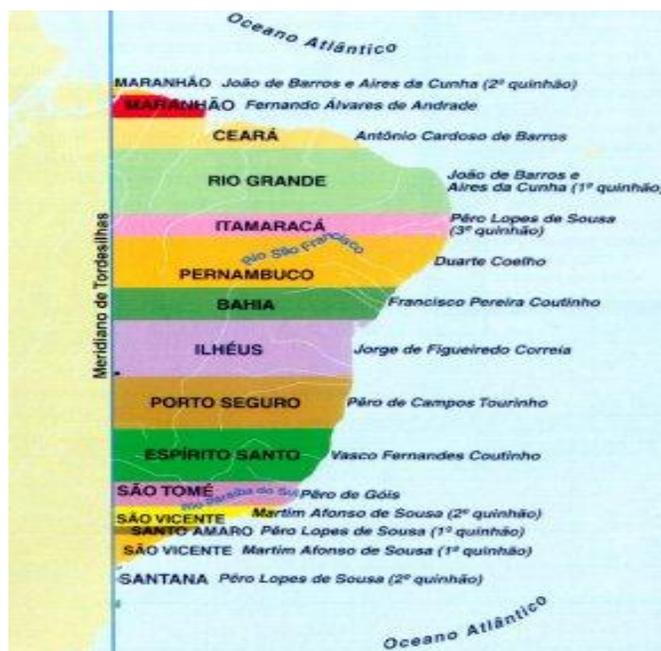


FIGURA 1: Capitânicas e seus respectivos donos<sup>11</sup>.  
(FONTE: [www.klepsidra.net/klepsidra5/lei1850.html](http://www.klepsidra.net/klepsidra5/lei1850.html)).

<sup>11</sup>No início, as capitânicas não tinham nomes, eram sim chamadas pelos nomes de seus donatários. Em seguida, as capitânicas receberam nomes próprios. [www.klepsidra.net/klepsidra5/lei1850.html](http://www.klepsidra.net/klepsidra5/lei1850.html).

Essa lei, ainda hoje, influencia a utilização da terra a favor da concentração fundiária, tornando-se um instrumento jurídico que impede o acesso a terra no Brasil.

Todo esse processo histórico apresenta o comportamento político da sociedade brasileira atual, o qual desencadeou fortes conflitos que reivindicavam liberdade e terra, são registros esquecidos pela memória de uma sociedade capitalista, como a Guerra de Canudos nos sertões da Bahia, entre 1896 a 1897<sup>12</sup>. Explicado no trecho a seguir:

O fim da escravidão no século passado não foi suficiente para remover as injustiças sociais, e o nordeste latifundiário viu nascer no sertão a luta sangrenta de Canudos. Camponeses e Exército lutaram violentamente por mais de um ano. Além de Canudos, no final do século, o início dos anos dez marcou, com a guerra do Contestado, talvez, o maior confronto armado entre camponeses e o Exército no Brasil (OLIVEIRA, 1999, p.16-17).

No final de 1912, no estado de Santa Catarina, sul do país, ocorreu a Guerra do Contestado. Para Fernandes (2000) tratava-se de um movimento camponês de caráter político-religioso, que tinha como líder o monge José Maria. Esta recebe o nome de Contestado, por se tratar de uma região com limites territoriais incertos, sendo contestada tanto pelo Paraná como por Santa Catarina. O envolvimento dos camponeses nessa guerra teve relação com a posse da terra na região, sendo que a situação de miséria dos membros de Contestado envolveu fatores econômicos e políticos, após a instalação do regime republicano e a adequação do Brasil às necessidades internacionais do processo de industrialização. De acordo com Gallo (1999, p.101) “[...] o modo como foram efetivadas as alianças políticas e financeiras entre as elites, e entre estas e o capitalismo internacional, permanecia na sombra, uma vez que as informações dessa natureza não chegavam ao conhecimento do grosso da população [...]”.

Como consequência da concentração fundiária, o Brasil viu nascer as Ligas Camponesas, que ganharam dimensão nacional a partir da organização de várias entidades contra o latifúndio, num momento em que o país passava por um intenso processo de modernização. Em 1954, no Engenho da Galiléia, Pernambuco, localizado no município de Vitória de Santo Antão, há 60 km de Recife, surge, oficialmente, o movimento conhecido como Ligas Camponesas, formado por trabalhadores que lutavam contra o aumento dos preços dos arrendamentos. Fernandes (2000, p.33) explica que:

---

<sup>12</sup>Com o intuito de exterminar Canudos, foram mobilizadas quatro expedições militares contra a população e seu líder.

No entretanto dessa luta, novas Ligas foram formadas em Pernambuco e em outros estados do Nordeste, bem como em outras regiões. Vários trabalhadores morreram em conflitos com os fazendeiros, na resistência contra a expulsão da terra. No Estado da Paraíba, em 1962, foi assassinado João Pedro Teixeira, fundador da Liga de Sapé, a maior do Brasil.

Em 1964, as Ligas Camponesas e outros movimentos foram liquidados com o golpe militar e, juntamente com eles, o presidente João Goulart, o qual tentou desviar o papel do Estado brasileiro do setor produtivo e pretendeu promover uma reforma agrária. Em oposição à política de Goulart, houve a intervenção militar e a implantação da ditadura. Sobre isso, Martins (1985, p.21) esclarece que:

O golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político.

Ainda dentro dessa teia histórica, percebe-se que a Ditadura Militar suprimiu pesadamente os movimentos sociais, colocados como subversivos à ordem nacional. Em paralelo a isso cria-se a Lei nº 4.504 de 1964, conhecida como Estatuto da Terra (ET), que só favorece os latifundiários, gerando um enorme exército para reserva de mão-de-obra e novas relações de exploração do trabalho. Essa Lei teve o intuito de retrain os movimentos dos camponeses que se expandiam no Governo de João Goulart. Os objetivos do governo Goulart, com a sindicalização rural e com a extensão da legislação trabalhista ao campo, eram basicamente o de restabelecer o controle político-social sobre as massas rurais e sobre a luta camponesa e trazer as massas rurais para a sua base de sustentação, em meio a uma situação de crise de seu governo<sup>13</sup>.

Essa estratégia, em contrapartida, provocou a revolta dos proprietários de terra e da oposição que se rebelou contra o governo Goulart, embate que posteriormente desencadeou no golpe militar de abril de 1964.

A concentração de terras ao longo da ditadura militar (1964 – 1985) assumiu proporções assustadoras, e o conseqüente êxodo rural em direção às grandes cidades deteriorou as condições de vida de grandes parcelas da população, tanto rural quanto urbana. A partir da década de 70, foi incentivada a ocupação territorial das regiões Centro-Oeste e Norte, através da expansão das

---

<sup>13</sup> Análise detalhada no trabalho de Claudinei Coletti. *A estrutura sindical no campo*. Campinas (SP): Editora da Unicamp: Centro de Memória-Unicamp, 1998, especificamente, no primeiro capítulo.

fronteiras agrícolas, assentadas em enormes latifúndios agrícolas ou monocultores, marcadas por intensos conflitos na sociedade brasileira, como explica o trecho a seguir:

Como podemos verificar, a fase de 1964-74 corresponde a um período de intensa articulação de forças políticas no Brasil, operando na clandestinidade, em ações violentas respaldadas na ilusão da necessidade da luta armada como a única forma de instalar uma nova sociedade no país. Tomando por modelo as Revoluções Russa, Cubana e Chinesa, a luta armada foi a saída arquitetada como solução para a nação. (GONH, 1995, p.105).

Dentre os processos de transformação ocorridos na sociedade, vê-se as raízes históricas e os fatores que sucedem a concentração da terra e a sua perpetuação como prestígio e poder. Desde as Capitânicas Hereditárias, até os dias de hoje.

Para melhor visualizar esse processo em constante evolução, reforçado pela política agrária do regime militar, pode-se observar no (ANEXO A), que no ano de 2000 foi feito um levantamento dos vinte e sete super latifúndios que ocupam áreas maiores que a de alguns estados brasileiros. Percebe-se claramente a super apropriação da terra na região Norte pelo capitalismo. Só nessa região encontram-se vinte e uma empresas latifundiárias, sendo a Manasa Madeireira Nacional S/A, localizada na Amazônia, a maior detentora de área por hectare.

Esta acentuada distorção fundiária ocasiona grandes problemas sociais, desta forma, por mais que os camponeses reivindicuem do poder público um melhor gerenciamento de investimentos para satisfazer as necessidades de produção do homem do campo, os rendimentos que obtêm são meramente insignificativos, pois lhes falta os elementos essenciais para a produção primária, aplicação de políticas públicas compatíveis com as reais necessidades das famílias camponesas no meio rural.

Somada a concentração da propriedade, considera-se igualmente violento o grau de ociosidade da terra. O Brasil se apresenta dessa forma, quanto maior a área menor o seu aproveitamento para lavoura, isso demonstra que a terra passa a ser valorada pela especulação (fins especulativos) não pelo seu uso. É nesse sentido que os movimentos sociais vão se apegar, defendendo o “fim comercial da terra”, considerando-se que a função básica desta é produzir. Além disso, percebe-se que as diferenças regionais no país são marcantes, onde, de acordo com os dados apresentados nos trabalhos elaborados por Teixeira (2011)<sup>14</sup>, tomando por base os

---

<sup>14</sup>Gerson Teixeira, *ex*-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e integrante do núcleo agrário do PT. [www.mst.org.br/Gerson-Teixeira-agravamento-da-concentração-das-terras](http://www.mst.org.br/Gerson-Teixeira-agravamento-da-concentração-das-terras).

cálculos do INCRA, fica destacado que as regiões brasileiras continuam com um agravamento crescente da concentração das terras, transformando-se nos maiores latifúndios da atualidade, podendo-se também apontar fatores oligárquicos históricos:

Graças a essa marca, fruto da forte influência política das classes dos grandes proprietários rurais, se mantém no Brasil o anacronismo das Leis e normas brasileiras pelo qual são admitidas permissividades descabidas a exemplo da possibilidade concreta do acesso sem limites à propriedade fundiária. Isto, em que pese aparentes vedações ou limites presentes na Constituição de 1988. Contudo, originariamente sem eficácia ou não implementadas. (TEIXEIRA, 2011, p. 1).

Entende-se, sobretudo, que a estrutura agrária ainda continua extremamente concentrada, calcada nas raízes do período colonial, caracterizando a terra como uma forma de poder econômico e político das elites que as mantinham (e ainda as mantêm).

O levantamento sobre os imóveis rurais explicita a situação da concentração de terras no Brasil em um estudo comparativo entre os anos de 2003 e 2010, visto na tabela 1.

**Tabela 1– Brasil – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010**

Categoria	2010		2003	
	Nº de imóveis registrados	Área-ha	Nº de imóveis registrados	Área-ha
Minifúndio	3.318.077	46.684.657	2.736.052	38.973.371
Pequena Propriedade	1.338.300	88.789.805	1.142.924	74.194.228
Média Propriedade	380.584	113.879.540	297.220	88.100.418
Grande Propriedade	130.515	318.904.739	112.463	214.843.868
Grande Produtiva	61.282	90.396.229	54.132	81.069.065
TOTAL	5.167.476	568.258.741	4.288.672	416.112.784

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

O INCRA declara que 130 mil proprietários detêm 318 milhões de hectares. Em média mais de 100 milhões foram concentrados por latifundiários, somando-se mais de 214 milhões hectares. Pode-se também verificar na tabela 2 que os imóveis rurais tiveram um aumento assustador de 416.112.784 hectares para 568.258.741 hectares, um valor equivalente a 36,5% entre 2003 e 2010. Sobretudo, dos 104 milhões de hectares, 73 milhões (70%) estão na região Norte.

Atualmente essa situação tem se apresentado de forma ainda mais problemática, de acordo aos indicadores comparativos apresentados na tabela 2, o Brasil continua na classificação mundial como um dos países de maiores índices de concentração de terras. São dados levantados pelo INCRA, a partir da declaração dos proprietários, comprovando o aumento da concentração da terra. Vale esclarecer que, para a grande propriedade produtiva, o indicador utilizado de participação da área, diferentemente das demais categorias, está relacionado a área da grande propriedade e não à área total dos imóveis.

**Tabela 2– Indicadores comparativos**

<b>Categoria</b>	<b>Participação área - 2003</b>	<b>Participação área – 2010</b>	<b>Variação part. área</b>	<b>Variação área</b>
Minifúndio	9,4%	8,2%	-12,3%	19,8%
Pequena Propriedade	17,8%	15,6%	-12,4%	19,7%
Média Propriedade	21,2%	20,0%	-5,3%	29,3%
Grande Propriedade	51,6%	56,1%	8,7%	48,4%
Grande Produtiva*	37,7%	28,3%	-24,9%	11,5%

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

(\*) Refere-se a participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades.

Feito isto, já é notória a evolução da participação por área em 2010 das grandes propriedades que passaram a deter 56,1% da área total dos imóveis, visto que em 2003 alcançaram 51,6% em detrimento das demais categorias que entre 2003 e 2010 sofreram redução na participação das áreas, respectivamente como: o minifúndio, 9,4% para 8,2%; pequena propriedade, 17,8% para 15,6% e média propriedade, 21,2% para 20,0%. Importante para esse discurso é destacar que a participação das áreas produtivas das grandes propriedades declinou de 37,7% em 2003, para 28,3%, fato óbvio que confirma o grau de ociosidade dos grandes imóveis nacionais como apontados na tabela 3

**Tabela 3 – Grandes propriedades da concentração de terra no Brasil – 2003 e 2010**

<b>Grande Propriedade</b>	<b>2003</b>			<b>2010</b>		
	<b>Nº</b>	<b>Área/ha</b>	<b>Peso/área</b>	<b>Nº</b>	<b>Área/ha</b>	<b>Peso/área</b>
<b>Improdutiva</b>	58.331	113.774.802	31,9%	69.233	228.904.739	40,0%
<b>Produtiva</b>	54.132	81.069.063	19,4%	61.202	90.396.229	15,8%

(FONTE: Adaptado de TEIXEIRA, 2011).

O INCRA também registra que as áreas produtivas das grandes propriedades tiveram uma queda percentual de 19,4% para 15,8%, em contrapartida as áreas improdutivas tiveram um aumento significativo, chegando aos 31,9% em 2003 para 40,0% em 2010. Percebe-se, a partir do exposto, que o problema da terra irá perpetuar a antiga história do não cumprimento da sua função social, uma obrigação necessária para promoção da Reforma Agrária.

No contexto do ambiente institucional acima, o INCRA, por meio das Estatísticas Cadastrais de 2010, detectou indícios de agravamento, nos últimos anos, do quadro de concentração da terra no Brasil, marcadamente na região Norte. Ou, para ser mais preciso: na Amazônia, o território de expansão do agronegócio. Essa possibilidade está retratada na tabela 4 no confronto desses dados com os seus equivalentes de 2003.

**Tabela 4 – Região Norte – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010**

N. IMÓVEIS - TOTAL	2010		2003		Variação da área
	408.482		344.990		
ÁREA TOTAL	170.361.080		89.439.467		
Categoria	Nº	Área-ha	Nº	Área-ha	
Minifúndio	228.561	8.684.039	194.848	7.506.520	15,7%
Pequena Propriedade	126.755	15.484.276	109.572	13.332.735	16,1%
Média Propriedade	32.938	18.436.935	25.071	13.847.605	33,1%
Grande Propriedade	20.228	127.755.830	15.499	54.752.609	133,3%
Grande Produtiva	3.776	11.460.965	2.886	9.229.170	24,2%

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

A região Norte sempre foi apontada como detentora do maior índice de concentração de terras. Com base nos dados da tabela 5, presume-se que essa realidade não tenha mudado a partir da observação da variação da área total cadastrada, a qual experimentou um aumento expressivo de 90,5% no período. Portanto, praticamente dobrou de 2003 a 2010.

As grandes propriedades detiveram os imóveis dessa região de forma avassaladora, 133,3%, ou seja, passando de 54,8 milhões de hectares em 2003 para 127,8 milhões de hectares em 2010. Logo em seguida vê-se que as médias propriedades tiveram uma ampliação de 33% o que equivale a 4,6 milhões de hectares.

Vale ressaltar que na Amazônia, incluindo todo o Maranhão, de acordo aos dados do INCRA, os imóveis cadastrados aumentaram de 177 milhões para 284 milhões de hectares (107 milhões de ha ou 61%), resumindo, dos 107 milhões ampliados, 90 milhões, o equivalente a 84% dessa expansão de área, ocorreu na categoria das grandes propriedades. As áreas mais

enfraquecidas se encontram assim: minifúndios – aumento de 1,2 milhões; pequenas propriedades – ampliou 2 milhões de ha.

Quanto a participação por área dessas categorias, no entanto, ainda que tenha ocorrido a expansão absoluta de áreas para todas elas, quando se considera a participação da área de cada uma delas, em relação às áreas totais dos imóveis rurais, somente as grandes propriedades tiveram incremento. Representavam 61% das áreas em 2003 e passaram para 75% em 2010. As demais tiveram as seguintes reduções: minifúndio - de 8,4% para 5.1%;pequena propriedade - de 15% para 9%; média propriedade - de 15.5% para 11%.

Enquanto, na participação de área, com as respectivas áreas totais dos imóveis em 2003 e 2010 os minifúndios tiveram uma queda de 8,2% para 4,6%, as pequenas propriedades detinham 12,8% e declinaram para 9,8% e as médias propriedades reduziram de 18% para 14,7%, as grandes propriedades tiveram um incremento de 63% para 71%, significando a forte concentração fundiária nessa região, situação também presente na região nordestina descrita na tabela 5.

**Tabela 5 – Região Nordeste – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010**

	2010		2003		Variação da área
	N. IMÓVEIS - TOTAL	ÁREA TOTAL	N. IMÓVEIS - TOTAL	ÁREA TOTAL	
N. IMÓVEIS - TOTAL	1.440.404		1.206.936		
ÁREA TOTAL	109.889.860		84.410.543		
Categoria	Nº	Área-há	Nº	Área-ha	
Minifúndio	1.095.651	16.127.817	925.584	13.741.872	17,4%
Pequena Propriedade	251.744	24.424.822	210.743	19.982.682	22,2%
Média Propriedade	73.012	26.483.500	53.954	19.433.685	36,3%
Grande Propriedade	19.997	42.853.720	16.655	31.252.305	37,1%
Grande Produtiva	4.715	7.288.770	4.450	6.502.432	12,1%

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

A região nordestina destaca-se na estrutura histórica coronelesca, de forma “camuflada” pelas grandes empresas capitalistas, a qual ocorre até os dias de hoje, sobretudo em um formato atual, disfarçado entre empregado e empregador, encravado em terras marcadas pelo descaso do Estado, detentor de terras, o qual não cumpre seu papel social, que é viabilizar o acesso a terra para aqueles que não a possuem, bem como dar condições para o pequeno camponês manter-se dignamente nela, tendo suas vistas voltadas apenas para as grandes empresas latifundiárias.

Dentro desse anacronismo, os dados analisados na tabela 5 revelam que a área total dessa região aumentou 30% no período, sendo que a categoria que teve maiores vantagens com a

ampliação da área foi a grande propriedade com 37,1% seguida pela média propriedade com 36,3%. Em relação à variação ocorrida na participação das áreas de cada categoria nas respectivas áreas totais, o quadro foi o seguinte: o minifúndio teve uma queda de 16% para 14,7%; a pequena propriedade teve uma perda expressiva de 24% para 22%; a média propriedade, um leve aumento de 23% para 24% e a grande propriedade manteve-se com 39%. Considerando-se que os minifúndios apresentam evolução nas áreas, passando, durante esses sete anos, de 13.741.872 milhões para 16.127.817 milhões de hectares, as grandes propriedades ainda dominam com acréscimo de área, passando de 31.252.305 milhões para 42.853.720 milhões de hectares. A área produtiva das grandes propriedades foi reduzida de 21% para 17%, mais uma comprovação sobre as terras que servem de especulação comercial.

Na região Sudeste a tabela 6 mostrou uma pequena estabilidade nesse quadro, onde o crescimento das áreas de médias e pequenas propriedades, 24,5% e 18,6%, estão bem acima ao das grandes propriedades, 6,6%.

**Tabela 6 – Região Sudeste – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010**

N. IMÓVEIS - TOTAL	2010		2003		Variação da área
	Nº	Área-ha	Nº	Área-ha	
ÁREA TOTAL	79.804.311		68.438.914		
Minifúndio	861.484	9.136.500	690.939	7.353.785	24,2%
Pequena Propriedade	393.510	20.431.513	340.752	17.231.108	18,6%
Média Propriedade	121.950	24.250.928	99.589	19.478.387	24,5%
Grande Propriedade	28.424	25.985.370	26.197	24.375.634	6,6%
Grande Produtiva	16.522	14.165.274	15.786	14.324.085	-1,1%

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

Essa realidade constituiu um fato positivo na direção de uma melhor simetria fundiária, sobretudo, as áreas de minifúndio obtiveram um significativo incremento de 24,2%. Nessa região se esperava a participação das áreas de cada categoria nas áreas totais dos imóveis rurais nos anos correspondentes, a pequena propriedade se manteve estável com 25%; a média propriedade cresceu de 28% para 30%; os minifúndios de 10,7% para 11,4% e um fato inédito, as grandes propriedades tiveram uma redução de 35,6% para 32,6%. A área total produtiva das grandes propriedades que correspondiam a 58,8% da área total das grandes em 2003, caiu para 54,5% em 2010. A tabela 7 retrata a região Sul aproximadamente nesse mesmo patamar quanto a distribuição das áreas.

**Tabela 7 – Região Sul – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010**

N. IMÓVEIS – TOTAL	2010		2003		Variação da área
	ÁREA TOTAL		ÁREA TOTAL		
Categoria	Nº	Área-ha	Nº	Área-ha	
Minifúndio	962.490	8.471.569	794.486	7.050.528	20,2%
Pequena Propriedade	437.638	14.752.607	377.051	12.490.165	18,1%
Média Propriedade	75.032	11.292.578	55.529	8.285.500	36,3%
Grande Propriedade	22.006	16.769.590	17.485	13.608.580	23,2%
Grande Produtiva	14.867	11.480.675	12.072	9.820.050	16,9%

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

No Sul, a área cadastrada dos imóveis rurais cresceu 24% nesse período. A média propriedade foi a categoria que teve a maior expansão de área 36,3%, saltando de 8.285.500 milhões para 11.292.578 milhões de hectares. Em seguida aparece a grande propriedade com 23,2%, visto que, sua participação na área de 2003 a 2010, cresceu dos 13.608.580 milhões para 16.769.590 milhões de hectares. O minifúndio cuja área cresceu 20,2% expandiu sua área de 7.050.528 milhões para 8.471.569 milhões de hectares. O crescimento de área das pequenas propriedades foi de 18,1%, ou seja, 12.490.165 milhões em 2003 para 14.752.607 milhões de hectares em 2010.

A grande propriedade produtiva teve sua fração acrescida de 57,3% para 68,5% milhões de hectares e em termos de participação da área de cada categoria nas áreas totais dos imóveis, houve a manutenção dos minifúndios (17%) e das grandes propriedades (33%); a redução das pequenas propriedades (de 30% para 29%); e a discreta ampliação das médias propriedades (de 20% para 22%). Contrastando com os dados da tabela 8 a seguir, a qual apresenta uma nova realidade nas comunidades rurais, destacando o crescimento da área cadastrada em 18.5%.

**Tabela 8 – Região Centro-Oeste – Imóveis Rurais: Número e Área – 2003 e 2010**

N. IMÓVEIS – TOTAL	2010		2003		Variação da área
	ÁREA TOTAL		ÁREA TOTAL		
Categoria	Nº	Área-ha	Nº	Área-ha	
Minifúndio	169.891	4.264.733	130.195	3.320.669	28,4%
Pequena Propriedade	128.653	13.696.587	104.819	11.157.539	22,8%
Média Propriedade	77.652	33.415.599	63.077	27.055.241	23,5%
Grande Propriedade	39.860	105.540.227	36.627	90.854.740	16,2%
Grande Produtiva	21.402	46.000.545	18.938	41.193.328	11,7%

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

De acordo com essa tabela, na região Centro-Oeste todas as categorias tiveram incorporação de áreas, a média principalmente, que teve importante avanço, 36,3%, correspondentes a 27,0 milhões para 33,4 milhões de hectares. A pequena propriedade adquiriu 18,1% e o minifúndio 20,2%, enquanto que a grande propriedade ampliou 23,2%, sempre em destaque, saiu de 91 milhões em 2003 para 105,5 milhões de hectares em 2010. Essa controla 67,3% da área total dos imóveis rurais da região.

No modo de produção capitalista há uma tendência a proletarização do homem, ou seja, torná-lo um assalariado. Em termos práticos, isso ocorre quando ele sai da zona rural por falta de acesso a terra para trabalhar e submete-se ao subemprego nas grandes cidades, ou no próprio campo. Nesse processo, representados nos dados da tabela 9, os latifundiários apropriam-se privadamente da terra para servir de reserva de valor às classes dominantes.

**Tabela 9 - Brasil e Regiões: Grandes Propriedades Improdutivas**

	2003		2010		Variação N. Imóveis	Variação Área
	N. Imóveis	Área - ha	N. Imóveis	Área - ha		
<b>BRASIL</b>	58.331	133.774.803	69.233	228.508.510	18,7%	70,8%
<b>SUDESTE</b>	10.411	10.051.549	11.902	11.820.096	14,3%	17,6%
<b>SUL</b>	5.413	3.788.530	7.139	5.288.915	31,9%	39,6%
<b>NORDESTE</b>	12.205	24.749.873	15.282	35.564.950	25,2%	43,7%
<b>NORTE</b>	12.613	45.523.439	16.452	116.294.865	30,4%	155,5%
<b>CENTRO-OESTE</b>	17.689	49.661.412	18.458	59.539.683	4,3%	19,9%

(FONTE: TEIXEIRA, 2011).

É possível entender porque a região Norte aparece destacada no rol das terras improdutivas do país, está aí concentrado grande percentual dos maiores latifúndios brasileiro como demonstrado na tabela 10.

Averigua-se, por fim, que as grandes propriedades improdutivas concentradas nas mãos de grandes latifundiários encerram a ação do Estado que não viabiliza recursos para atender as necessidades de vida no campo, não esquecendo a sua aliança com os capitalistas. Para entender como o meio rural está incluso no processo de globalização, o cientista geógrafo interpreta o mundo contemporâneo assim:

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente

caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2000, p. 20).

Diante desses fatos que retratam na história o enfrentamento e a busca incessante por terra, surge na sociedade brasileira, no final dos anos 70 e início dos anos 80, o MST, um movimento que representou e representa a coragem do povo expropriado e a busca da conquista do espaço rural. Mais uma vez consagra-se a retórica de que a construção do MST teve sua origem através das várias lutas simultâneas no campo.

O MST cresceu, expandindo-se de forma acelerada, exigindo do Estado uma política sistematizada voltada para o campo e para os seus sujeitos, como ilustra o pensamento de Freire (1996, p.54): “Afiml minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História”. O movimento tem como meta a desapropriação de terras passíveis de ocupação, conquistada através de uma ação coletiva, o que se tornou um marco e uma característica típica das suas práticas. Essa postura política força o Estado a olhar com atenção as suas próprias ações perante a sociedade e a finalidade de seu governo sob o poder público, visto que:

Según las condiciones históricas y estructurales brasileñas, en las cuales hubo siempre una privatización del Estado por parte de las élites (económicas y políticas principalmente, pero no únicamente), generando una cultura de apropiación del público por lo privado, se hace necesario un proceso continuo de todo lo publico que impregne a la sociedad, que permita movilizar espacios de representación, interlocución y negociación entre los actores sociales, que dinamice nuevas formas de articulación/integración entre Estado y Sociedad Civil en que intereses colectivos puedan ser explicados y confrontados (WANDERLEY, 2003, p. 5).

Por conseguinte, o processo de formação do Movimento dos Sem Terra alcançou os diferentes espaços políticos construídos pelos camponeses que territorializaram o movimento por quase todo país, ampliando a sua história nos diferentes estados nacionais, imprimindo um sentido de luta popular que ocasionou a gênese (1979) e nascimento (1984) do MST.

De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná. (FERNANDES, 2000, p. 50).

Ainda dentro desse histórico de nascimento do MST, 1985 foi o ano de consagração do movimento com a realização do Primeiro Congresso, quando se trataria do processo de territorialização do MST no Brasil, evento que pode contar com a participação e apoio de entidades importantes, inclusive a representação religiosa com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como explica o trecho a seguir:

Diversos religiosos assumiram as lutas camponesas, como foram os exemplos de Dom Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso; Dom José Gomes, em Santa Catarina; Dom Tomas Balduino, em Goiás. Na luta pela terra, o livro do Êxodo era uma das referências dos estudos e reflexões a respeito do estado de violência em que viviam os trabalhadores. Rompendo as cercas do latifúndio, da militarização, das injustiças, reiniciavam um novo período da história da formação camponesa. (FERNANDES, 2000, p. 44).

A CPT foi criada em 1975. Uma organização nascida dentro da igreja católica surge com o propósito de dar apoio ao homem do campo, e integrar-se ao fortalecimento e atuação do MST pela conquista da terra, para transformar o que parecia utopia em concretas realizações. “No seio dos movimentos sociais no campo brasileiro, várias são as frentes de organização e de luta contra a expropriação, subordinação e exploração” (OLIVEIRA, 1991, p. 55). A CPT apoia grupos de resistência e organizações, fortalecendo e auxiliando os assentamentos e assentados, investindo na formação de novas lideranças de trabalhadores rurais, em nível local, estadual e nacional, tendo como fomento a formação cristã, corroborando com a construção de um espaço social solidário.

Nesse processo histórico, os camponeses começam a se perceber como expropriados do direito da terra, e se dão conta de que tais direitos estão sendo desrespeitados. Dessa forma, eles passam a sentir a necessidade de lutar por melhores condições de vida e entendem que esta começa não apenas pela terra, mas também, pela autonomia e educação.

Portanto, o fator consciência é o que conduz o sujeito histórico do assentamento a buscar a luta como sendo caminho da prática de ocupações e resistência na terra destacada pelas palavras de Paulo Freire (1983, p. 134):

O único caminho a seguir, neste como em outros casos é a conscientização da situação, a ser tentada desde a etapa da investigação temática. [...] Conscientização, é o óbvio, que não para, estoicamente, no reconhecimento puro, de caráter subjetivo, da situação, mas, pelo contrário, que prepara os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização.

Essa postura se concretiza como uma prática orgânica dentro do sistema político implantado em áreas de assentamentos rurais de todo Brasil e isso exige uma análise mais profunda sobre a questão agrária no estado baiano, que por se tratar de um grave problema que assola o campo, retrata-se como mais uma das especificidades do MST na Bahia.

## 1.2. BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA BAHIA

*...É minha lei, é minha questão  
Virar esse mundo  
Cravar esse chão  
Não me importa saber  
Se é terrível demais  
Quantas guerras terei que vencer  
Por um pouco de paz...*

*Chico Buarque e Ruy Guerra.*

A região nordestina possui um quadro econômico, social e geográfico de grandes extensões e muitas problemáticas, essa assertiva é pouco conhecida no país, o que mais se sabe é que o Nordeste tem muita seca e pouca água, sendo conhecido nacionalmente como a região da “indústria da seca”. Segundo João Suassuna (2009)<sup>15</sup>, O Nordeste tem muita água porque acumulou em suas represas o equivalente a 37 bilhões de metros cúbicos d’água, explica que esse é o maior volume de água represada em regiões semiáridas do mundo, em destaque a região do semiárido brasileiro na figura 2.

---

<sup>15</sup>O engenheiro agrônomo João Suassuna é um dos especialistas mais respeitados do Brasil quando o assunto é a hidrologia do semiárido, principalmente em relação ao Nordeste Seco do país, região que estuda há mais de uma década. Nesta entrevista ao portal EcoDesenvolvimento.org, ele relata parte de sua trajetória como pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, defende a criação de cisternas e critica veementemente o projeto de transposição do Rio São Francisco. [www.ecodesenvolvimento.org.br/avina-leadership/o-nordeste-tem-muita-agua-afirma-joao-suassuna#ixzz1lou1aSZk](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/avina-leadership/o-nordeste-tem-muita-agua-afirma-joao-suassuna#ixzz1lou1aSZk).

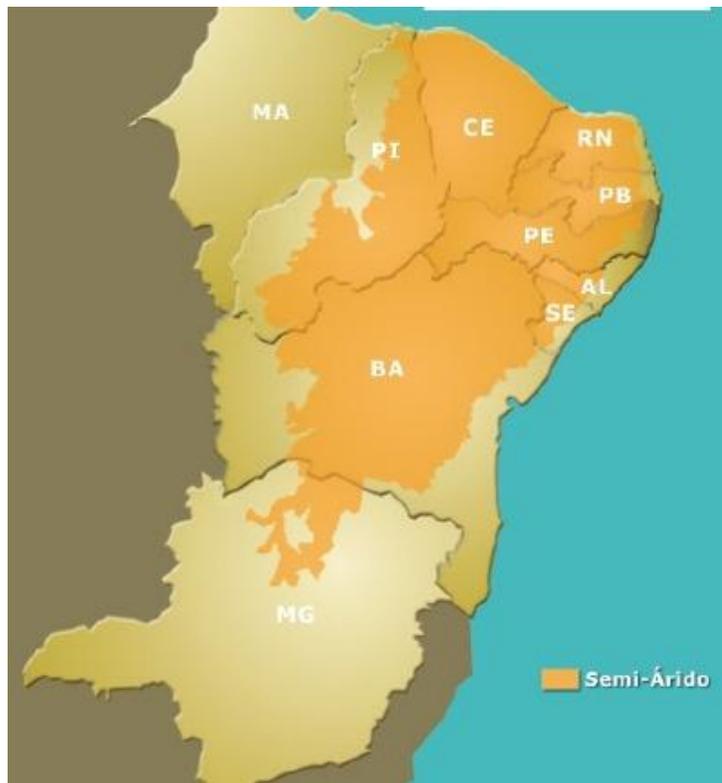


FIGURA 2: - Semiárido brasileiro, 2011.

(FONTE: <http://sosriosdobrasil.blogspot.com.br/2011/06/o-que-e-e-onde-fica-o-semiarido.htm>).

Para Suassuna (2009) “é nesse cenário que o governo federal quer trazer a água do São Francisco para abastecer as principais represas do Nordeste”. O que falta é uma política específica que faça com que esta água seja distribuída para as populações.

O semiárido baiano apresenta instituições em geral de baixa qualidade, e isto explica parte das baixas taxas de desenvolvimento econômico e social da região. As instituições atuais ainda refletem características associadas à estrutura produtiva e de governança burocrática do período da colonização. Este período marcado pelo personalismo nas relações econômicas e políticas, pelos direitos de propriedade mal definidos, concentração na estrutura fundiária, economia de subsistência e baixo índice de urbanização, configura uma economia praticamente fechada e de baixa conectividade com o núcleo de reprodução capitalista situado no litoral e nos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste do país. A inércia institucional reproduziu estas condições ao longo do tempo, mantendo esta região isolada e inabilitada para absorver as melhorias nas condições econômicas e sociais experimentadas pela economia brasileira como um todo, restringindo ao invés de estimular a atividade produtiva.

O histórico da região nordestina traz acontecimentos que marcaram a história do Brasil, em suas dimensões políticas e sociais, graças ao enfrentamento a ferro e fogo de todos os limites e contornos geográficos significativos que contribuíram para a divergência implantada no Nordeste que,

[...] é apontado ora como a área das secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como obra dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido a baixa renda *per capita* dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manoel Bandeira em seu poema *Evocação do Recife*. (ANDRADE, 1998, p. 23).

De acordo a dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996), o Nordeste é a região brasileira que possui o maior número de Estados do país<sup>16</sup> e em relação a indústria a Bahia é um dos polos mais ricos da região, apesar de ter a sexta maior economia do Brasil, com o Produto Interno Bruto (PIB) superior a 90 bilhões de reais, são quase sete mil reais de PIB per capitado Nordeste. Entretanto, segundo o IBGE, isso ainda gera o quadro de má distribuição de renda, e tem reflexos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,742 em 2005, o nono pior do Brasil, equivalente ao IDH de 2005 do Sri Lanka, que é o 99º do mundo com 0,743. Além do IDH, reflete também na esperança de vida de 71,4 anos, 12º em 2005 no Brasil, na mortalidade infantil de 34,5 mortes em 2007-2008 a cada mil nascidos, 7º pior do Brasil, e no analfabetismo de 15% da população baiana, 8º pior do Brasil em 2006.

O governo Lula, em 2008, implantou uma divisão regional denominada Território da Cidadania abrangendo todas as regiões brasileiras, inclusive a região nordestina representada na figura 3. Esta iniciativa tem o intuito de promover o desenvolvimento econômico em regiões de maiores problemas sociais, implantando, assim, o desenvolvimento local sustentável em um conjunto de municípios que apresentam as mesmas características econômicas, culturais e geográficas.

---

<sup>16</sup>São nove Estados que compõem a região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Arquipélago de São Paulo e São Pedro), Rio Grande do Norte (incluindo a Reserva Biológica Marinha Atol das Rocas) e Sergipe. Dados encontrados na pesquisa do IBGE, 1996.

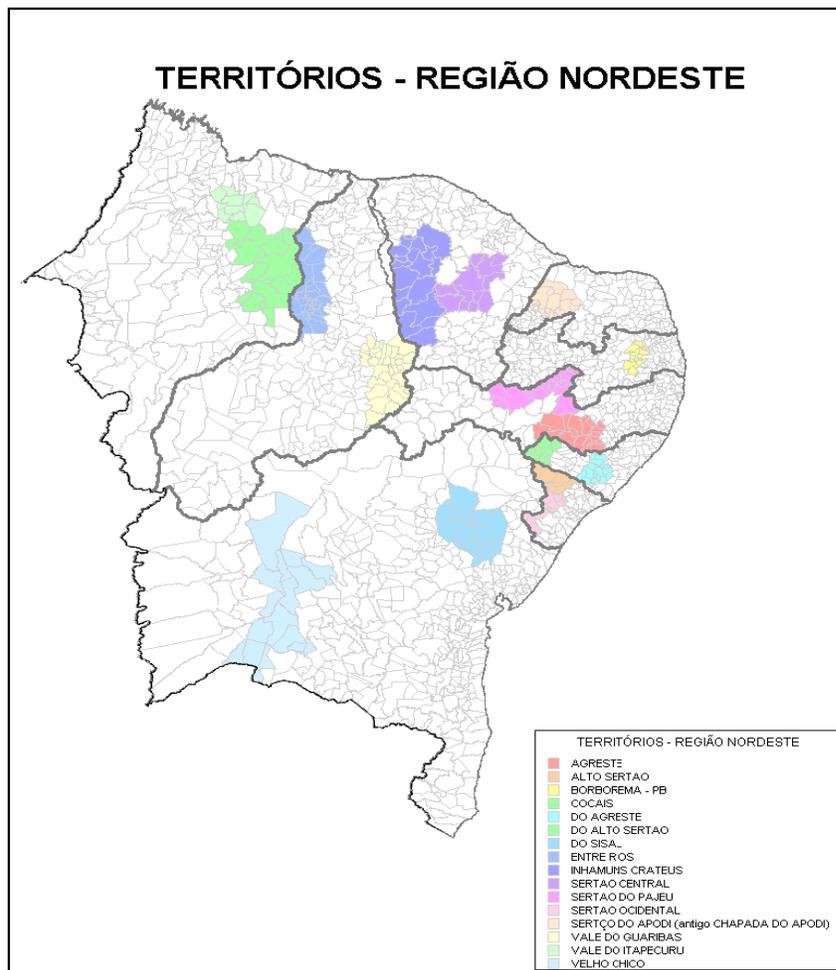


FIGURA 3 - Programa Território da Cidadania.  
(FONTE: CPACT, 2011). [www.cpact.embrapa.br/forum/11\\_67.pdf](http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_67.pdf)

De acordo com o Governo Federal, esse é um Programa de Redução da Desigualdade Social no Meio Rural e como apresenta o mapa acima, a Bahia está dividida da seguinte forma: do lado oeste o território rural do Velho Chico e no lado leste o território do Sisa. Segundo o Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado (CPACT, 2011), essas duas regiões apresentam os maiores problemas sociais da Bahia.

Essa iniciativa procura viabilizar a aplicação de programas governamentais para o desenvolvimento territorial de organização sustentável da produção, saneamento, saúde, educação e cultura, bem como, apoio as ações fundiárias.

O território do estado baiano está localizado entre os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí ao norte; Goiás e Tocantins a oeste; Minas Gerais e Espírito Santo ao sul e o Oceano Atlântico a leste, ocupando uma área de 566.978 km<sup>2</sup>. Dividida em 416 municípios

agrupados em 32 microrregiões, tendo a agropecuária como sua atividade econômica principal. “Se excetuarmos a região da Mata e Litoral Oriental, onde a população urbana é maior do que a rural, nas demais regiões a maioria da população vive no campo, dedicando-se às atividades agrárias: agricultura, pecuária e extrativismo vegetal”. (ANDRADE, 1998, p.49).

A agricultura está dividida em grande lavoura comercial (cana-de-açúcar e a cultura cacaueteira) e pequena lavoura comercial (mandioca, coco-da-baía, fumo, café, agave, algodão, cebola e dendê). As culturas de subsistência estão em todo território e desempenham um papel secundário para a economia local. Segundo Andrade (1998), o Nordeste ainda pode ser dividido em quatro regiões geográficas: Meio Norte e Guiana Maranhense, o Sertão e Litoral Setentrional, os dois últimos ocupam mais da metade do território nordestino.

O fator prioritário para a economia baiana é a pecuária bovina, a qual ocupa o 6º lugar nacional. Enquanto que o extrativismo baseia-se, essencialmente, na produção de ouro, cobre, chumbo, ferro, urânio, prata, entre outros. O trecho a seguir discute que:

Na Bahia, o Agreste alonga-se de norte a sul, apresentando áreas tradicionalmente consideradas como sertanejas e de mata seca. Assim, podemos considerar agrestinos municípios como Alagoinhas e Feira de Santana, dedicados à pecuária e à policultura, assim como os situados no planalto, mais ao sul, em altitudes que atingem às vezes mais de 600 metros, como Jequié, Vitória da Conquista e Itapetinga, onde desenvolve uma pecuária de corte, com gado de boa qualidade e pastagens cultivadas. (ANDRADE, 1998, p. 33).

A indústria na Bahia é relativamente modesta e, apesar do crescimento nos últimos vinte anos, não tem representatividade econômica no estado. Concentra-se nos setores da química, petroquímica, agroindústria, informática, automobilística, produtos alimentares e têxteis, embora, na região metropolitana, estejam concentradas as indústrias metalúrgicas, mecânicas, gráficas, de material elétrico e comunicações. A Bahia ainda conta com um abundante suprimento de energia elétrica fornecida pelo complexo hidrelétrico de Paulo Afonso, de Sobradinho e de Itapebi. Além do setor terciário que comporta importantes Polos Turísticos mais completos do Brasil.

Outra área do estado baiano que merece atenção especial é aquela constituída pelo rio São Francisco, conhecida como Vale do São Francisco, que abriga as cidades de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sobradinho, dentre outras, que se destacam como maiores produtoras de frutas tropicais do país, tendo destaque na exportação da fruticultura irrigada para os mercados europeus, asiático e estadunidense, situação que passa longe da realidade camponesa. E o cultivo

da soja, que tem aumentado substancialmente em todo o oeste do estado. Essa é uma realidade encontrada nas terras baianas, mas ainda marcada pela presença das grandes empresas exportadoras, do latifúndio e da grilagem, o que coloca a margem o homem do campo. Oliveira (1999, p.90) explica que:

Grupos econômicos apropriam-se de vastas regiões do país e, ao que se sabe, têm mantido estas terras com fins puramente especulativos [...] Estes capitalistas detêm essa imensa área de terras com fins especulativos porque a terra em nosso país é uma mercadoria de tipo especial. Ela aumenta de preço mesmo sem ser colocada para produzir. Essa terra-mercadoria é, pois renda capitalizada da terra.

Segundo o autor, esses capitalistas pertencem, também, aos diversos grupos econômicos que apropriam-se das regiões brasileiras e a Bahia se enquadra nessa realidade, onde a região Nordeste está classificada como uma das regiões mais afetadas pelo sistema latifundiário.

Na história da Bahia, grande é o destaque dado a ação de grileiros que desde 1979 (ANEXO E), intensificaram no Estado a privação do direito a tomada de terras. Essa injustiça no campo baiano ainda se apresenta de forma camuflada aos nossos olhos, embora já ocorra em ampla escala. Tratar da grilagem de terras é um dos aspectos mais complexos e relevantes da história baiana, a qual traz consigo o afastamento do homem rural do seu espaço real de trabalho, com rastros de graves conflitos na luta pela terra. Nesse aspecto entende-se que:

Frente às análises realizadas é *mister* destacar os conflitos de classes crescentes no campo brasileiro, onde o Estado atua pontual e timidamente, através de políticas de assentamentos de população frente as pressões exercidas pelos movimentos sociais rurais, não promovendo nenhuma política pública mais ampla, que possa se aproximar da possibilidade de uma reforma agrária, muito menos de promoção de uma transformação social mais significativa no campo brasileiro, o que significaria uma socialização dos meios de produção e da terra. Enquanto isso, os trabalhadores se lançam nas ocupações de terra, na busca de se tornarem um dia assentados, entram nos latifúndios, afetando, diretamente, os interesses dos latifundiários rentistas, e das empresas capitalistas, que reagem, com o apoio do “braço armado do Estado” – a polícia, ou por conta própria – através das milícias armadas, onde praticam toda forma de violência contra os sem terra, desde ameaças de morte, a tentativa de assassinatos no campo. (SOUZA, 2008, p. 329).

A terra, em território baiano, ainda é utilizada como objeto de especulação. O grileiro dissemina a idéia economicista de que ele é responsável pela implantação da produção moderna, o que sustenta a base capitalista da agricultura do país. Assim, Carvalho (2005) explica que:

O debate a respeito da questão agrária tem se desenvolvido a partir do princípio da superação. Essa condição implica na luta contra o capital e na perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade. O debate a respeito do capitalismo agrário tem se desenvolvido a partir do princípio da conservação das condições existentes da sociedade capitalista (...). (CARVALHO, 2005, p. 25).

Nesse processo, ele vende terras a preços muito altos sem dispensar investimentos por elas. Com os Manuscritos Econômicos-filosóficos de Marx (2010, p. 75) podemos enriquecer essa reflexão:

(...) É necessário que aquilo que é a raiz da propriedade fundiária, o sórdido interesse pessoal, apareça também na sua cínica figura. (...) Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam (...).

Essa é uma das principais características do grileiro que deixa sua ação marcada através de catástrofes econômicas para as regiões atingidas. De acordo com o Grupo de Estudos Agrários de Salvador-Bahia (GEA)<sup>17</sup>, a grilagem é o começo da crise da produção, perpetuando a violência na terra, marcada pela presença de jagunços, policiais militares e latifundiários, impedindo a plantação e a colheita, embargando o trabalho do camponês, do pobre lavrador que tira daí o seu sustento. Segundo o GEA (1980), na maioria das vezes, a vítima da violência no campo não pode contar com a ação legal, que protege a grilagem, favorecendo uma situação fundiária que valoriza a produção de grandes empresários.

Conforme os índices apresentados pelo IBGE, as propriedades latifundiárias ocupavam, em 1970, a capacidade de trabalho de uma só pessoa por cada 548 ha, isso prova o quanto o latifúndio prejudica violentamente o emprego de mão-de-obra, atingindo as pequenas propriedades. Para o GEA:

É a especulação da terra, improdutiva e prejudicial aos interesses da Nação, que salta aos olhos a partir desses dados. Quer dizer: para que alguns poucos colham frutos sem suor, a coletividade sofre com os resultados dessa situação as migrações forçadas, as repetidas crises do abastecimento de produtos básicos, como feijão (substituído, em suas áreas tradicionais, por produtos “nobres” destinados à exportação) e outros males, para não falar na violência, propriamente dita, que é o processo de concentração de um bem essencial à vida do povo. (GEA, 1980, p. 14).

---

<sup>17</sup>O Grupo de Estudos Agrários de Salvador-Bahia (GEA) é um agrupamento informal para o debate aberto sobre a questão agrária na Bahia. O grupo existe desde 1978 e tem trabalhado no sentido de colaborar com a formação de uma opinião pública favorável a luta do homem do campo.

A partir dos graves conflitos de terras em território baiano, onde o seu período mais preocupante e conflituoso foi em 1979 (Anexo 2), pode-se compreender o que foi a conhecida Lei de Terras no Brasil. Para Fernandes (2000), essa lei intensificou a grilagem e a expropriação de posseiros, transformando a terra em propriedade privada pelos latifundiários. Ela também influenciou o desenvolvimento agrário baiano e, sob muitas manobras, funcionou para proteção do latifúndio.

Para o GEA (1980), essa lei, nº 601, em 1850, vigorou no país no século XIX quando a economia mundial cedia espaço para o capitalismo industrial. As grandes potências econômicas passaram a pressionar as nações pobres para elas se adequarem ao novo modelo imposto pelo capital.

Eis aí, portanto, o emolduramento estrutural da penetração do capital no campo da Bahia, como segmento da economia dos monopólios estimulados em todo o país, (...) Eis aí, por assim dizer, como o Estado da Bahia participa desta globalização que o capital monopolístico promove em termos nacionais, no bojo do qual, como constituinte orgânico – e nunca acidental – se encontra, se forja e se explica a prática da “grilagem” fora e dentro do Estado da Bahia. GEA (1980, p.35).

Dentro dessas mudanças econômicas nacionais e mundiais, o uso da terra passa a ter uma nova característica que força uma situação de exploração máxima desse bem. Dessa forma, os posseiros do Brasil se apropriavam de terras nas lacunas deixadas pelas indefinições legais da justiça aplicadas na posse de terras, levando o potencial agrícola a ser mais intensamente explorado, servindo também de apoio ao processo imigratório que deveria ser adequado a economia agrícola vigente de acordo as novas formas de acesso a terra. Marx (2010, p.77) contribui com a análise quando diz:

Por fim, a grande posse fundiária, que desta maneira foi conservada pela força e gerou junto a si uma formidável indústria, conduz ainda mais rapidamente à crise do que a divisão da posse fundiária, ao lado da qual o poder da indústria permanece sempre sendo de segunda classe.

A partir desse momento uma série de documentos forjados começou a aparecer legitimando a posse de terras daqueles que há muito tempo já a possuíam. Quem quisesse ser proprietário deveria dispor de grandes quantias, fugindo muito da realidade econômica dos pequenos camponeses. Assim, a Lei de Terras mascarou a regularização da posse de terras,

transformando-a em mercadoria e garantindo a sua posse aos grandes latifundiários. Ao tratar desse processo no Sudoeste da Bahia, Souza (2008) afirma que:

Com o crescimento do cultivo do café e a titulação das propriedades “privadas”, muitos camponeses que faziam uso da terra foram expulsos, outros acabaram vendendo suas terras via pressão dos latifundiários. O resultado mais evidente deste processo foi o crescimento urbano nos municípios da região, com destaque para o município de Vitória da Conquista, que na década de 1940 era tipicamente rural e cuja população urbana, no ano de 2000, correspondia a mais 85% do total do município. (SOUZA, 2008, p. 441).

Essa situação distorcida na sociedade agrária do Nordeste remete a uma investigação geográfica mais criteriosa na região baiana. Tratar da formação e ampliação territorial do movimento social rural no estado é, também, uma das especificidades do MST na Bahia, visto que sua expansão já demonstra ênfase nos aspectos políticos e econômicos dessas populações.

### **1.3. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MST NO ESTADO BAIANO**

*...E amanhã se este chão que eu beijei  
For meu leito e perdão  
Por saber que valeu  
Delirar e morrer de paixão...*  
*Chico Buarque e Ruy Guerra.*

O MST tem em seu legado a marca histórica de ocupações de terra no estado da Bahia, transformando essas ações em verdadeiras práticas sociais, tendo como pano de fundo as experiências já construídas dos camponeses de todo país.

A região do extremo sul da Bahia é destacada por Fernandes (2000, p. 97) como cenário principal para a “organização do MST no Nordeste. Naquela região existia uma articulação de lutas organizadas pela CPT”. Tudo teve início com a participação dos camponeses em encontros políticos nacionais de grande porte, que tratavam das questões pertinentes a formação do movimento nessa região. O MST de Santa Catarina, um dos pioneiros do Brasil, contribuiu significativamente para a construção e territorialização do MST na Bahia.

Fernandes (2000) explica que alguns camponeses baianos participaram de eventos importantes, como a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira de Freitas, cidade localizada na região sul da Bahia, e de reuniões com as Comunidades Eclesiais de Base CEBs<sup>18</sup>, são grupos que surgiram de pequenas comunidades ligadas à Igreja Católica, para refletir sobre os problemas da sociedade sob à luz da palavra de Deus e das questões religiosas. Articulam-se em seguida com os municípios de Itanhém, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Itamarajú, Eunápolis e Caravelas, para organizar as formas políticas de luta pela terra.

Essa região tem sua história marcada pela resistência de posseiros e pela violência praticada pelos grileiros e latifundiários, que desde o período colonial dominam essas terras. Essa herança histórica de concentração de terra resultou num grande empecilho para a prática sindicalista atuante; mas, a força do grande número de “desempregados da terra” vinha em primeiro plano e o diálogo avançou com a definição da metodologia popular, onde muitas reflexões foram feitas em torno das práticas de lutas e experiências de outros estados. Fernandes (2000, p.99) diz que:

Durante todo o ano de 1986 e os primeiros meses de 1987, os sem-terra promoveram reuniões para a formação de grupos de famílias. Esse foi o período de gestação do Movimento na Bahia. No mês de julho, existiam sete grupos formados por aproximadamente 600 famílias. Com as reuniões foi-se fortalecendo a organização do MST na região, porque incorporava novas lideranças que iam se destacando pela participação nos trabalhos de formação dos grupos de famílias. Esse conjunto de fatores propiciou as primeiras condições necessárias para a construção do MST.

Os capuchinhos<sup>19</sup> da cidade de Itamarajú, na Bahia, contribuíram na organização do MST nessa região, cedendo uma área de 4ha, pertencente ao seminário, para seiscentas famílias que foram segregadas pela União Democrática Ruralista (UDR)<sup>20</sup> e pela Polícia Militar (PM), e colocadas a beira da BR – 101. Fernandes (2000, p.100) ainda explica que “para a burguesia, a

---

<sup>18</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), expandiram-se, principalmente nos anos 1970 e 80, no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida. [www.cebs-sul1.com.br/portal/](http://www.cebs-sul1.com.br/portal/).

<sup>19</sup> A Reforma Capuchinha é um movimento de Frades Observantes que buscam a recuperação do espírito original, aprovada por Clemente VII em 03-07-1528, com a bula Religionis Zelus. Os pioneiros foram Frei Mateus de Bascio, Frei Ludovico de Fossombrone e seu irmão, Frei Rafael de Fossombrone. Em 18-05-1526, tiveram autorização de viver solitariamente perto de Camerino, uma comuna italiana, e de usar barba, hábito com capuz, vida eremítica e solidária. [www.capuchinhosrj.org.br/CarismaFranciscanoForm.aspx](http://www.capuchinhosrj.org.br/CarismaFranciscanoForm.aspx).

<sup>20</sup> A UDR é uma entidade que reuniu grandes proprietários rurais do Brasil, com a finalidade de pressionar o Congresso Nacional a dificultar a implementação de leis que possibilitassem a reforma agrária no país.

questão de honra era expulsar as famílias, para os capuchinhos era uma questão de princípios cooperar com a perseverança dos sem-terra”.

Apesar dessa série de constrangimentos e humilhações sofridos pelos trabalhadores rurais e pelas lideranças do movimento, apesar de toda conjuntura política vivida naquele momento, esses acontecimentos foram marcados pela resistência e pela organização política, fortalecidas pela consciência dos direitos que lhes assistiam. Entende-se que:

A construção das representações pelos homens também incorpora o cotidiano desses homens. As representações da terra que os sujeitos em questão constroem nascem de suas experiências vivenciadas no dia-a-dia, na luta pela conquista da terra, do senso comum que carregam consigo, da capacidade que contam de se descolarem do mundo. (COSTA, 2002, p. 148).

Essa postura política foi revigorada através dos seminaristas de Itamarajú, que usaram seu espaço para começar a territorializar o movimento, o que significaria, mais tarde, uma das melhores formas de resistência ao despejo, e essa condição serviu de espelho para outras ocupações ocorridas com sucesso em todo o estado.

Essa presença constante da figura do homem rural na luta pela terra na Bahia, serviu de inspiração e incentivo para muitos pesquisadores da região, na investigação da relevância social que envolve esse contexto, dando uma característica científica a conceitos antes não analisados. Esses estudos propiciaram a muitos pesquisadores um olhar mais criterioso sobre essa mística humanamente implantada pelo sem-terra na conjuntura política que o estigmatiza.

Grupos de pesquisadores, envolvendo professores e alunos das universidades da região, como a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e de outros países, já há muito tempo investigam o crescimento do MST em território baiano, trazendo ao conhecimento da população a organização de sua estrutura. A figura 4 demonstra a divisão regional do estado em 4 etapas, onde se concentram os assentamentos que deram início a essa história.

Como exemplo de estudos teóricos sobre a formação do MST na Bahia, existe a pesquisa sistematizada de cunho empírico, intitulada de “Reforma Agrária na Região Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nas áreas de assentamentos”<sup>21</sup>. Essa pesquisa nos revela que o movimento de luta pela terra no Sudoeste da Bahia teve início em

---

21 Pesquisa desenvolvida por professores do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e um aluno bolsista do curso de Geografia, apoiados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), teve início em setembro de 1999.

1980, devido a estrutura agrária fundiária extremamente excludente, levando uma significativa parcela de camponeses a perder suas terras.

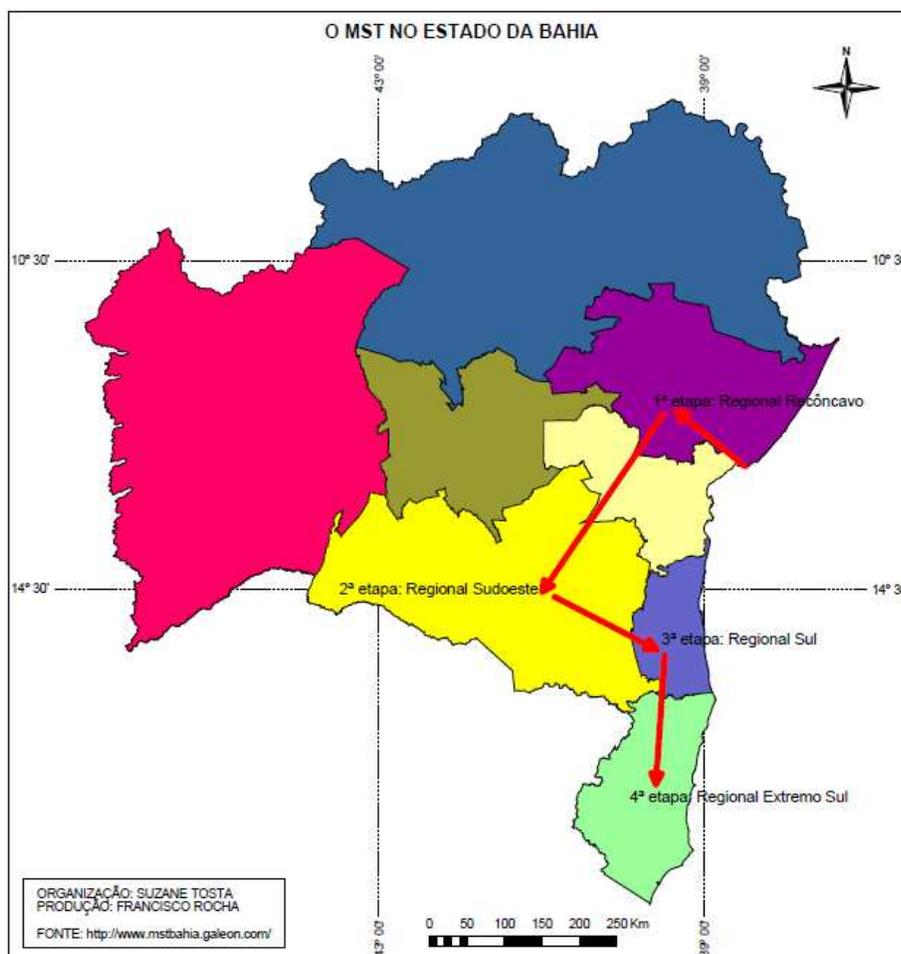


FIGURA 4: O MST no Estado da Bahia, divisão por etapas regionais. (FONTE: ROCHA e SOUZA, 2008).

Outra contribuição importante que também elucida essa pesquisa, é o resultado da visita aos acampamentos e assentamentos do MST na Bahia, realizada por pesquisadores do programa “Janela Aberta ao Sul da Amarante”, uma Organização Não Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento e Defesa do Meio Ambiente (ONGD)<sup>22</sup>. Essa organização compartilha a filosofia de pensar globalmente e agir localmente, e acredita na necessidade de vincular ecologia e solidariedade na tentativa de transformar o modelo social injusto de relações entre o Norte e o Sul.

<sup>22</sup> Essa organização se define como crítica, galega, ecossocial e laica, e tem como objetivo chegar a realidade dos povos do Sul, à essa sociedade, formando pessoas que participem ativamente no movimento de solidariedade.

Essa situação deu início ao histórico de lutas pela terra no estado, e, a partir da implantação do assentamento rural Amaralina, na Regional Sudoeste, descrito na figura 4, no município de Vitória da Conquista, terceira maior cidade do interior da Bahia, localizada a 500 km da capital, Salvador.

Com a organização do movimento social de luta pela terra, em destaque o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que cria a Regional Sudoeste no ano de 1994, a luta pela terra – por via da ocupação, passa a ser organizada, prioritariamente, por estes movimentos, o que não significa que a CPT deixe de atuar no campo, através do acompanhamento efetivo realizado em diversas comunidades camponesas, ainda que em parceria com os movimentos sociais e outras entidades, como a Articulação do Semiárido. (SOUZA, 2008, p. 407).

Esses movimentos de luta por terra e territorialização do MST no estado tiveram constante ajuda da igreja, que através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) teve longo alcance em suas conquistas. Essa organização católica esteve presente em todos os levantes por terra. A partir dos encontros com os camponeses e das orientações dispensadas pelos representantes da igreja, somado aos esforços da organização política no campo.

Entretanto, a CPT desenvolveu esses trabalhos sociais juntamente com estudantes universitários, sindicatos e partidos políticos, mais precisamente, o Partido dos Trabalhadores (PT) que assumiu uma postura de caráter efetivamente político. Na década de 1980 essa atuação era eminentemente voltada para as questões que afligiam o campo, esmagado pela estrutura fundiária concentrada. É relevante nessa discussão ressaltar que o PT na atualidade tem assumido um papel meramente elitista, voltando-se para os projetos das classes dominantes. Assim,

[...] o PT cresce, incorpora diversas outras pessoas e concepções. Chega à prefeitura de Vitória da Conquista no ano de 1996, permanecendo até a atualidade, distanciando-se das lutas concretas da classe trabalhadora e dos objetivos mais radicais que, em tempos anteriores, caracterizavam os principais discursos do partido. Assim, a luta de classes é colocada de lado. Aqueles que ainda acreditam em transformações estruturais na sociedade, a partir da radicalidade da luta de classes, não vêem mais possibilidades de suas concepções ideológicas serem contempladas pelo partido; muitos sequer acreditam na estrutura partidária e partem para base, ou seja, a atuação mais direta junto à classe trabalhadora. (SOUZA, 2008, p. 411).

Com a atual postura do PT, percebe-se sua omissão em assistir as reais necessidades e anseios dos movimentos sociais, reporta-se para o eixo dessa discussão, a região Sudoeste da Bahia, que se destaca pelas expressões camponesas na luta pela terra, dessa forma, importante se



Micro-Regional Sede existem três assentamentos: Amaralina, Mocambo e Cangussú. Na Micro-Regional Chapadão fica o assentamento Lagoa e Caldeirão.

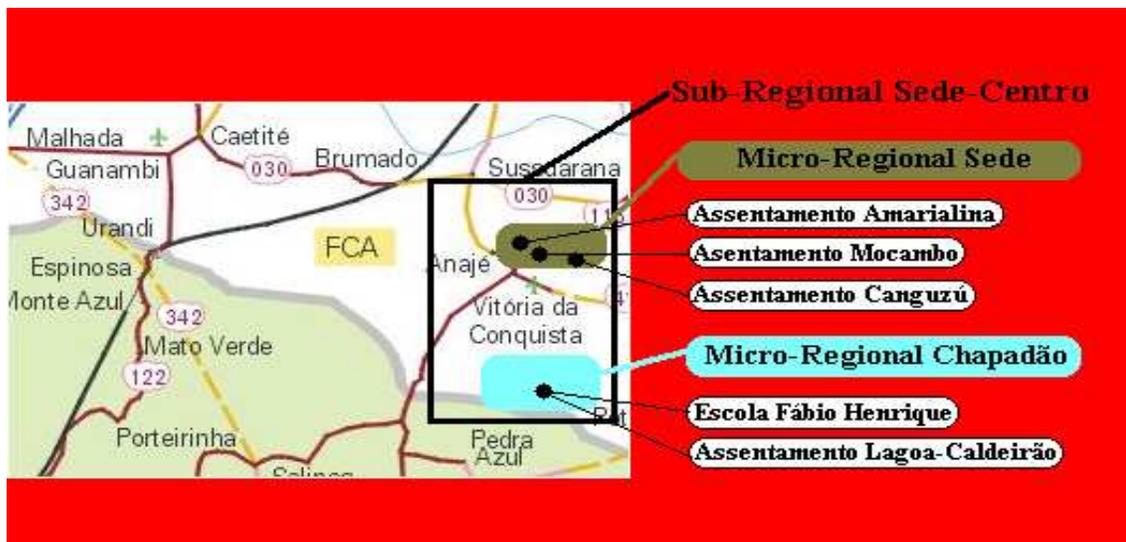


FIGURA 6: Regional Sudoeste da Bahia.  
(FONTE: ONGD, 2001).

Uma das áreas, também visitadas, em destaque na figura 6, foi o assentamento Mocambo, que teve sua ocupação em 1995 e emissão de posse em 1997, com 80 famílias. Essa área também é apontada com um diferencial geográfico por ter casas construídas nos lotes individuais dos assentados.

No Cangussú (Canguzú, no mapa escrito em espanhol) já havia uma agrovila recém-construída com casas de tijolos. Essa fazenda foi ocupada em 1997, com emissão de posse em 1999. Ademais, foram realizadas visitas ao assentamento Lagoa e Caldeirão (campo de estudos que será explorado nessa Dissertação) na Micro-Regional do Chapadão, criado em 1995.

Os dois mapas que se seguem destacam detalhadamente alguns assentamentos dessas áreas, por etapas de observação do campo, acompanhadas de suas especificidades. Na figura 7, encontra-se mapeada a primeira etapa do projeto da ONGD que aconteceu no Recôncavo baiano, onde são destacadas três diferentes sub-regionais em São Sebastião do Passé. São assentamentos próximos das cidades de Alagoinhas, Aratú, Feira de Santana e Catú, todas vizinhas da capital Salvador. Toda a área assentada está próxima da parte litorânea do estado.

Pode-se observar na figura 7, o assentamento Majú<sup>23</sup> localizado na fazenda Pedrinhas, que teve sua ocupação em agosto de 1988 e sua posse, oficialmente, em janeiro de 2000; o assentamento Panema, que realizou sua ocupação em 1998, no local já havia uma agrovila com casas de adobe e uma escola multiseriada; o acampamento Paulo Jackson, na fazenda São Bento, é resultado de uma ocupação em abril de 2000; como informa as pesquisas do programa da ONGD.

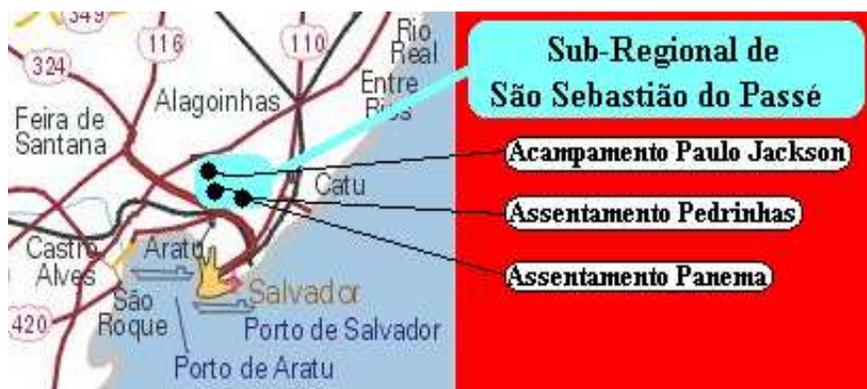


FIGURA 7: Regional Recôncavo.  
(FONTE: ONGD, 2001)

A Regional Sul (figura 8) tem sede em Itabuna e está localizada na área litorânea, próxima às cidades de Ilhéus, Buerarema e Camacã. Mais abaixo, seguindo a linha do oceano, encontra-se Santa Cruz de Cabrália, um dos pontos históricos e turísticos de Porto Seguro, também cidade litorânea do interior do estado. Toda sua área é destacada pela importante tradição de cultivo de cacau, o qual enriqueceu muitos latifúndios que exportaram para todo o mundo através dos portos de Ilhéus. Todas essas fazendas produtoras e exportadoras dessa região sofreram com a crise do cacau e os fazendeiros, em sua maioria, não se opuseram as ações do MST.

<sup>23</sup> O assentamento Majú, é conhecido pelo antigo nome da fazenda – Pedrinhas.  
[www.mstbahia.galeon.com/pedrga.htm](http://www.mstbahia.galeon.com/pedrga.htm).

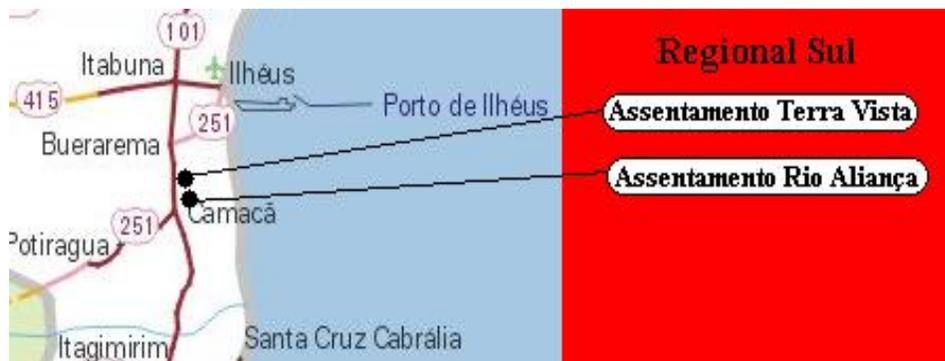


FIGURA 8: Regional Sul.  
(FONTE: ONGD, 2001).

Na figura 8 foi dada prioridade para observações da equipe ONGD em dois assentamentos dessa região: assentamento Terra Vista, ocupado em 1993, teve emissão de posse em 1995, abrigou, inicialmente, 100 famílias. Essa área conta com o Centro Integrado Florestan Fernandes. E o assentamento Rio Aliança, ocupado em 1997, com emissão de posse em 1998, dando moradia a 50 famílias. Nesse assentamento existem três agrovilas, uma delas feita com casas que já existiam na antiga fazenda.

Por último foi visitada pela ONGD, a Regional Extremo Sul da Bahia (figura 9), que tem sede em Itamarajú. Nessa área nasceu o MST no estado baiano, com sua primeira ocupação em setembro de 1987, já citada no início desse capítulo. Nas regiões de Palmares, próxima a cidade de Itagimirim e Nossa Senhora do Rosário, em Itamarajú, a ONGD não registrou nenhuma informação, por não ser objeto de observação.

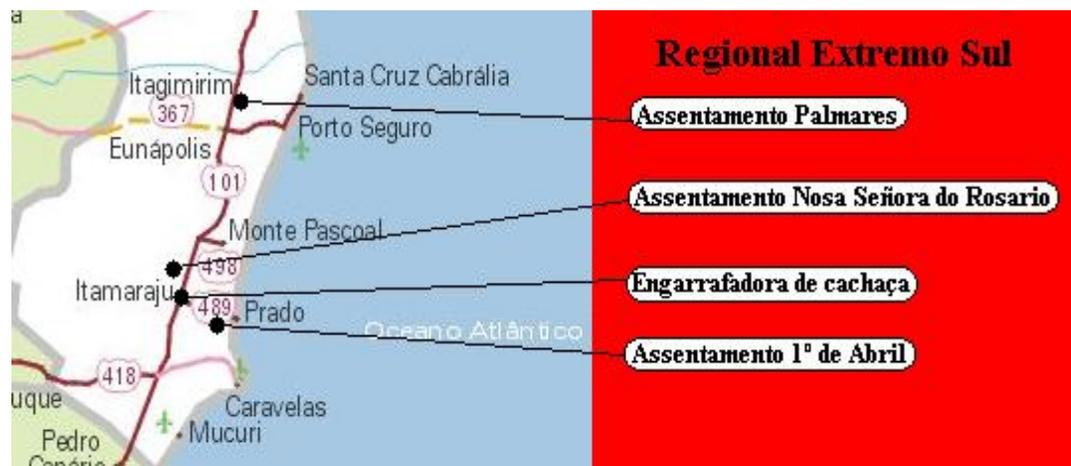


FIGURA 9: Regional Extremo Sul da Bahia.  
(FONTE: ONGD, 2001).

Nessa área conhecida por Regional Extremo Sul, todos os assentamentos estão em cidades próximas ao litoral sul baiano. O Palmares na cidade de Itagimirim, próximo a Eunápolis e Porto Seguro; o assentamento Nossa Senhora do Rosário na cidade de Itamarajú, próximo a um dos pontos turísticos da região, o Monte Pascoal. O assentamento 1º de Abril, localizado perto de Prado, cidade que tem registrado em sua história o primeiro contato entre os índios e a esquadra de Pedro Álvares Cabral.

O assentamento 1º de abril (figura 9), na fazenda Sapocaeira, teve ocupação em 1988 e emissão de posse em 1990. Essa região conta com o importante centro de formação Carlos Mariguella. Deu-se destaque também à importância econômica da região promovida pela engarrafadora de cachaça, localizada na cidade de Itamarajú, bebida que é produzida nos alambiques dos assentamentos da região.

Toda essa gama de experiências de lutas e conquistas da terra faz da Bahia um dos importantes seleiros de promoção e divulgação do movimento do campo, e reforça o significado que ações como essas têm para fortalecer as entidades preocupadas com a questão política em prol da concreta realização da Reforma Agrária no Brasil, ideia atual e contextualizada pela ação do campesinato na Bahia.

#### **1.4. O LATIFÚNDIO E O PAPEL DO CAMPESINATO NA BAHIA**

*...E assim, seja lá como for  
Vai ter fim a infinita aflição  
E o mundo vai ver uma flor  
Brotar do impossível chão.*

*Chico Buarque e Ruy Guerra*

O ponto crucial desse item é delinear o debate que elucida o pensamento sobre a condição do camponês em território baiano, transportando-o para o histórico da tomada latifundiária do espaço agrário na inevitável expulsão do campo. Tal visão política contemporânea tem sido ameaçada por uma nova forma de pensar e discutir o campesinato no país. Pensar e desvelar o campesinato no formato atual é desconstruir a ideia radicalizada de produção no campo promovida pelas relações capitalistas nele implantada.

Revisitar o discurso existente na literatura clássica e trazê-lo para o diálogo do momento, servindo de base tácita para a estruturação do campesinato que desponta, é sem dúvida uma ameaça ao sistema econômico vigente, visto que o campo sempre esteve subordinado ao capital industrial. Deve-se considerar que esse debate está incutido no contexto da ampliação, expansão e reprodução do capital no campo brasileiro e baiano nas suas contradições e no contexto da ação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado baiano.

O novo modelo capitalista implantado no meio agrícola cria eventuais possibilidades para ampliação do latifúndio e do agronegócio em todo Brasil, mas também do campesinato. Esse novo cenário que marca o sistema agrário capitalista possibilitou a criação e estruturação do MPA no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1995 e 1996, depois que uma seca comprometeu a plantação de inúmeras famílias camponesas, forçando-as a se organizar em acampamentos, que ficaram conhecidos por “acampamentos da seca”. Nesse momento, o objetivo principal do MPA era a conquista de um crédito emergencial para resolver esses problemas em primeira instância; mas, o movimento avaliou que o problema não era apenas esse, pois existiam outros entraves de relevância social, ambiental e econômica que impediam o bem estar dos camponeses. A partir disso, o MPA se expandiu e se estruturou em alguns estados, participando da organização das suas lutas, como em Rondônia e no Espírito Santo, quando se instituiu nacionalmente. Neste último, Costa (2011) desenvolveu uma pesquisa sobre a juventude rural no Brasil e afirma: “que, apesar das condições difíceis, o que os camponeses querem é ser camponeses”. Na região Sudoeste da Bahia, o MPA atende os municípios envolvidos em seu projeto. (ANEXO B).

Na Bahia, o MPA surge entre os anos de 1999 e 2000, estruturando a luta do camponês baiano com o apoio da CPT e do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)<sup>24</sup>, para articular a formação de base nesse estado. Contou-se, também, com a participação de militantes do movimento do Rio Grande do Sul na organização e implantação do movimento em território baiano.

A atuação do MPA na região Sudoeste configura-se em uma ação para legitimar a luta do camponês pela terra e sua permanência nela, bem como, tornar concretas as possibilidades de

---

<sup>24</sup>O CEAS presta serviços sociais, especialmente na zona rural, através da busca constante de diálogo com os trabalhadores, donde resulta enriquecimento mútuo: os trabalhadores começam a ser despertados para possibilidades de ações conjuntas que inicialmente partem de situações artificiais, como reuniões que despertam o interesse dos participantes, tornando-se práticas necessárias à vida desses trabalhadores para o enfrentamento de todas as questões que lhes dizem respeito. [www.ceas.com.br/?pageid=41](http://www.ceas.com.br/?pageid=41).

vida digna no campo. Essa realidade já começa a despontar no Sudoeste baiano, para os municípios de: Bom Jesus da Serra, Anagé, Caraíbas, Tremedal, Belo Campo, Vitória da Conquista, Barra do Choça, Ribeirão do Largo e Encruzilhada.

Esse movimento é oriundo da luta de camponeses contra a situação de pobreza e a marginalização, provocadas pelo aumento indiscriminado da produção do capital, “isto só ocorre num modo especial de produção, a produção capitalista” (MARX, 1975, p. 190). Assim, os camponeses atuaram no sentido de construir um projeto popular com vistas a ampliar a agricultura e, dessa forma, eliminar as injustiças sociais no campo e, por se tratar de um movimento organizado por camponeses, formular um projeto para solucionar os problemas do campesinato no Brasil.

A agricultura camponesa é sacrificada sob a égide das contradições geradas pelo modelo implantado, não tendo espaço para sua reprodução, não encontra acesso ao crédito (dinheiro). Contudo, o fragmento a seguir traz para reflexão que:

(...) O dinheiro encerra o movimento apenas para começá-lo de novo. O fim de cada circuito particular, em que a compra se realiza em função da venda, constitui naturalmente o começo de novo circuito. A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites. (MARX, 1975, p.171).

Sob essa visão, pode-se analisar que o camponês quando consegue o crédito que lhe é cedido dentro de um circuito particular de compra e venda, geralmente não tem condições de renegociar ou quitar a dívida, dessa forma, perde a terra para o capital financeiro.

O capital constitui-se enquanto modo de produção dominante, sendo assim, necessita sujeitar a mão-de-obra (trabalho) aos seus imperativos. Esse processo se consolida no âmbito do capitalismo comercial que afasta o trabalhador dos meios de produção, deixando-o livre e desocupado para se submeter ao trabalho assalariado, e se apropriando da sua força de trabalho e do seu excedente. Marx (1975) enfatiza que a existência do indivíduo resulta na produção da força de trabalho, o que consiste na afirmação, na produção e na reprodução do capital. Pode-se entender que:

A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho, e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto, no total dos valores despendidos para sua produção. (MARX, 1975, p. 192).

Nesse processo acredita-se que a reprodução do capital é essencial e tão importante quanto a sua produção, pois ela irá gerar o seu lucro maior. Andrade (1979, p. 60) explica que “essa expansão do modo de produção capitalista se caracteriza pelo fato do camponês se proletarizar, isto é, tornar-se um assalariado que vende a sua força de trabalho e recebe uma remuneração em dinheiro”.

Ao acompanhar a evolução histórica do campesinato na Bahia, pode-se encontrar impregnada nessa sociedade as trajetórias capitalistas que embalam, até o momento atual, a conjuntura política implantada no campo, onde o agronegócio marcha a “passos largos”, destruindo o meio ambiente, retirando o camponês do seu espaço de vida, promovendo a reprodução do capital que resulta na reprodução da mão-de-obra de baixo custo, e, conseqüentemente, os lucros do capital. O lucro excedido produz a mais-valia, como Marx (1975, p.462) arremata:

Prolongada a duração diária do trabalho, amplia-se a escala da produção, permanecendo invariável a parte do capital despendida em maquinaria e construções. Aumenta, então, a mais valia, ao mesmo tempo que diminuem os gastos necessários para obtê-la.

Nessa concepção, o espaço agrário baiano revela o quanto a propriedade da terra se transforma em condição mercantilista, impondo um caráter de mercadoria que converte grande parte da produção agrícola em valor de troca, num momento em que a terra depara-se com a substituição da renda da terra em capital, como demonstra a figura 10, que ilustra a utilização das terras baianas entre os anos de 1970 a 1996:

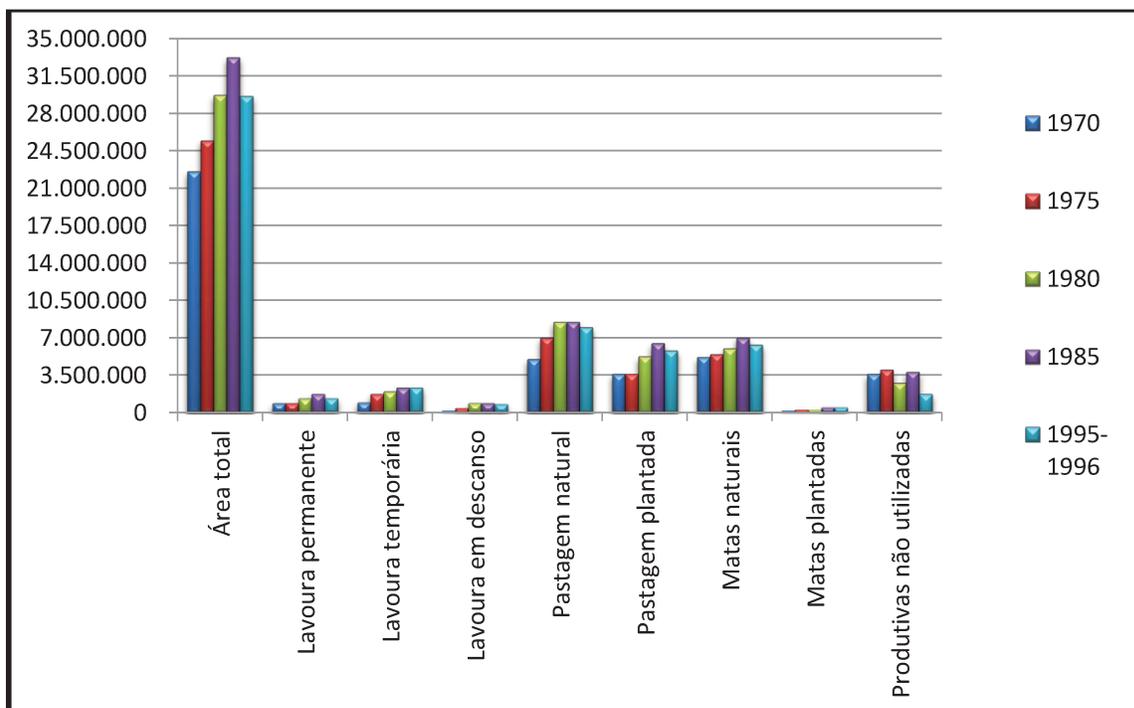


FIGURA 10: Utilização das Terras – Bahia.  
(FONTE: IBGE, 1996).

Pode-se observar no gráfico acima que a utilização total das áreas na Bahia, de acordo ao censo do IBGE, no período de vinte e um anos, a área total oscila entre os 22.000.000 e aproximadamente 33.000.000 de ha. Sendo que entre os anos de 1995 e 1996, esse uso teve uma queda significativa de 2.000.000 de ha, devido às lutas que já começavam a ser travadas no campo com maior intensidade. As áreas produtivas não utilizadas durante esse período não são tão exploradas, se mantendo no espaço de 3.500.000 ha, perdendo sua expressividade nos anos de 1995 e 1996.

No âmbito da agricultura camponesa, o processo modernizante de produção do capital provoca o uso indiscriminado da terra. Dentro desse processo, entende-se que na Bahia o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço para:

A modernização capitalista que ora atinge a agricultura brasileira, por ser capitalista, tem como primeira preocupação a acumulação de capital, concentrado, naturalmente, nas mãos de grupos e empresas que já possuem capital ou que têm facilidade de acesso aos bancos oficiais (...). A mobilização de grandes somas que devem produzir rendas a fim de que se paguem juros dá, naturalmente, aos projetos, preocupações imediatistas, de obtenção de lucros em curto prazo e em proporções gigantescas, fazendo com que as preocupações com a assistência social, a mão-de-obra mobilizada para o trabalho e com a conservação das condições naturais fiquem colocadas em um segundo plano. (ANDRADE, 1979, p. 110).

No bojo do capital aplicado no campo baiano, percebe-se que o território reproduz a propriedade privada da terra, aflorando as relações de poder assim estruturadas e concentradas nas mãos de poucos. Essa situação marginaliza e exclui o camponês que, apesar da expansão do capital no campo, se mantém na resistência, acreditando na sua luta.

Neste sentido, o capital amplia cada vez mais sua influência na agricultura, embora contraditória, recria sua expansão e reprodução de forma avassaladora e, assim, reduz a agricultura à sua lógica e subordina o trabalho ao capital.

Essas são situações que o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia busca amenizar, através de suas ações conjuntas com o camponês que anseia uma vida digna. O retorno a terra significa a garantia econômica, política, cultural e a valorização do seu trabalho, objetivando a construção de um projeto social que contemple suas necessidades e que promova a expulsão latifundiária do campo. O MPA anseia resgatar os princípios dos camponeses valorizando suas experiências e a real aplicação dessas na terra. Parafraseando Souza (2008):

Para consolidar sua estratégia de ação, o MPA vem esboçando no Plano Camponês (trabalho elaborado por 70 intelectuais, estudiosos do campo brasileiro) sua proposta de permanência no campo, considerando as diferenças existentes em cada região. Dentre estas ações, o MPA objetiva: resgatar a autoestima (assim como as condições materiais) dos camponeses, diminuir o êxodo rural, desenvolver trabalhos com a juventude camponesa (objetivando mantê-los no campo), dentre outras questões. [...] Outro princípio fundamental do MPA é o incentivo a diversificação da produção, a alternância entre produção e criação, e entre variados cultivos a garantia da reprodução social durante o ano, contrapondo-se à lógica do capital, que busca inserir o camponês no cultivo especializado, na homogeneização da paisagem, que se contrapõe a riqueza e variedade da roça camponesa. (SOUZA, 2008, p. 541 e 544).

O MPA tem o propósito de fortalecer a agricultura camponesa na região Sudoeste da Bahia, desenvolvendo atividades que permeiam a permanência camponesa na terra, e para tal realiza alianças importantes como a parceria com a Articulação do Semiárido (ASA) que também atua na região na tentativa de minimizar os problemas vividos pelo camponês, dando assistência aos municípios da região Sudoeste, como estes representados na figura 11.

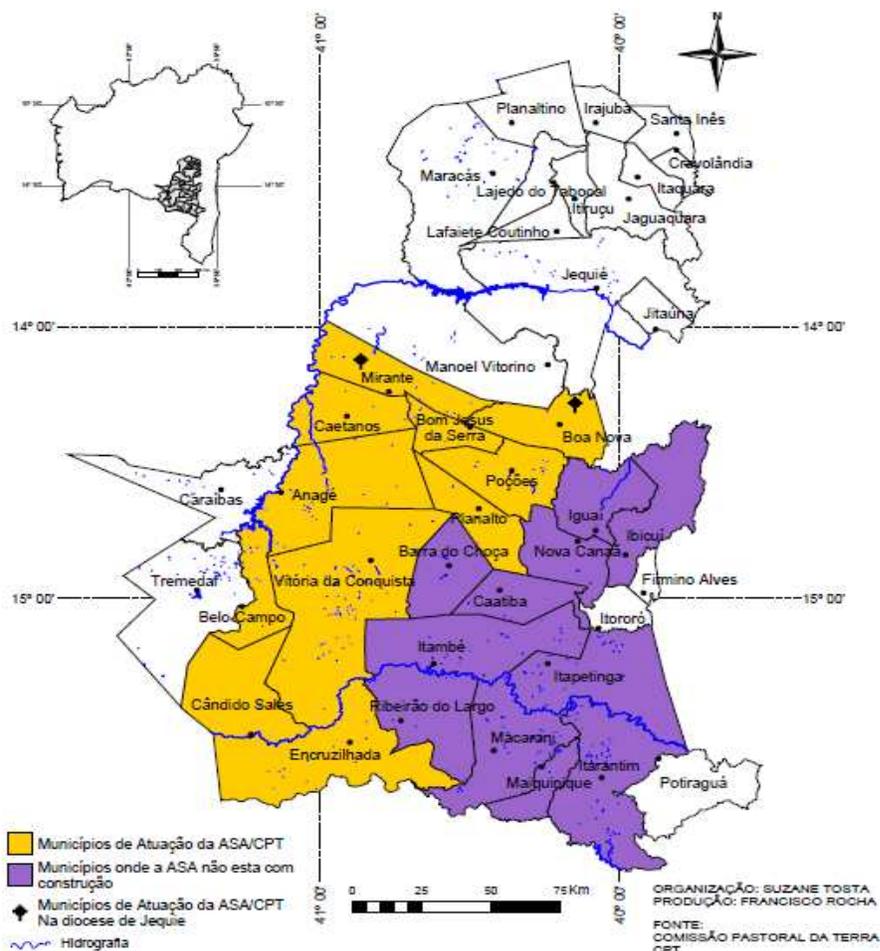


FIGURA 11: Atuação da ASA no Sudoeste da Bahia, 2008.  
(FONTE: CPT, 2008).

A ASA ainda exerce seu papel de defensora da agricultura familiar no Grupo de Trabalho interministerial de combate à desertificação, no qual sua experiência em práticas agrícolas agroecológicas pode ser capitalizada. Também participa ativamente da organização dos Encontros Nacionais de Agroecologia, ou ainda da reflexão sobre segurança alimentar junto ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Essa organização não tem presidente nem hierarquia, apenas uma Coordenação Executiva, composta por dois membros de cada Estado do semiárido. Os Estados têm coordenações estaduais – Fóruns ou ASAs Estaduais – cujos membros são escolhidos pelas diversas microrregiões, e coordenações estaduais ampliadas, que discutem os grandes temas e propõem ações comuns.

A ASA tem o propósito de libertar os camponeses dos modelos dominantes, do ponto de vista técnico: o modelo da revolução verde, dos pacotes, do predomínio das grandes firmas multinacionais; do ponto de vista político: o assistencialismo; do ponto de vista social: o controle e subordinação dos trabalhadores. Quando na ASA os camponeses discutem a questão do agronegócio, não se trata apenas de criticar a tecnologia, o uso de insumos químicos, eles defendem uma visão absolutamente oposta do que é o camponês: no agronegócio, ele é mão de obra, fator de produção; para a ASA, ele é cidadão. O modelo defendido pela ASA é democrático, porque se inspira nas experiências dos camponeses na base. Os modelos impostos de fora desqualificam as práticas tradicionais e podem comprometê-las.

Daí a importância dos objetivos da ASA: não só criar produção e renda, mas suscitar organização e capacidade – técnica e política – passando pela autoestima e criando protagonismo, pondo fim à cultura da subordinação.

Para Souza (2008), é nesse sentido que o MPA juntamente com a ASA atua, orientando os camponeses quanto a sua participação nas conquistas da terra e o envolvimento em outros movimentos sociais como o MST, que busca promover o retorno do camponês a terra. São práticas que os sem-terra, orientados pelo movimento, superam os obstáculos que os impedem de viver com dignidade, de produzir, de possuir autonomia econômica e educação. São práticas que resultam da organização e mobilização do camponês sem terra onde “passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação vinculada com suas necessidades e os desafios da luta pela Reforma Agrária e pelas transformações mais amplas em nosso país” (CALDART, 1997). Assim, como em outros estados, a Bahia tem obtido bons resultados com a aplicação da educação do campo, o que representa mais uma bandeira de luta conquistada no Nordeste.

## 2. EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA

*Os direitos que estão aqui destacados nas paredes, destacados nas músicas, nas bandeiras, na mística: terra, justiça, igualdade, liberdade, trabalho, dignidade, saúde, educação... Como a escola vai incorporar direitos? Esta é a pergunta que nós teríamos que colocar diante do avanço da consciência dos direitos. O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação.*

*Miguel Gonzalez Arroyo*

As palavras de Arroyo (2004), em destaque acima, significam um importante incentivo a construção desse trabalho de dissertação que objetiva analisar a formação educacional dos jovens nos assentamentos do MST, onde pretende-se investigar o caso de Vitória da Conquista, no interior da Bahia, local que oportuniza demonstrar a peleja travada por camponeses na busca da conquista do seu espaço e da valorização de direitos. Dialogar com Arroyo (2004) traz um sentido maior ao pensamento sobre movimento social e educacional no campo, emoldurado pela história das primeiras formas de educação que delinearão a cultura brasileira.

### 2.1. AS LINHAS QUE CONTORNAM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A partir de uma visão paradoxal do modelo colonizador e escravocrata implantado por Portugal no último ano do século XV, como forma de dominação do território, herdou-se, nos tempos modernos, os costumes e mentalidades do passado. Em pleno século XXI percebe-se ainda a forte interferência desse sistema na educação brasileira, o qual deixou profundas características do elitismo que defende e promove a exclusão social, retrocedendo no tempo e no espaço histórico o processo educacional que deveria abranger todos os segmentos da sua sociedade.

A educação brasileira se apresenta até aqui nesse “patamar”, infringindo todas as instâncias da sociedade, onde o meio rural sempre serviu-lhe de doação do bem comum, junto a

exploração capitalista do meio ambiente, deflagrada na modernização do campo. “Dentre as inúmeras atribuições que lhe competiam, estavam a de doar terras em sesmarias a pessoas cristãs e a de escravizar os índios a fim de usá-los no trabalho.” (ANDRADE, 1998, p. 60). Isso explica porque a exploração do meio rural é violenta e ainda é aplicada pelo sistema político brasileiro. Essa situação deixou raízes profundas para o continuísmo do olhar preconceituoso que a sociedade tem contra ao homem do campo, e essa visão foi perpetuada por toda forma de poder implantado no país.

A falta de compromisso dos sistemas políticos do Estado brasileiro quando pensava-se em políticas educacionais para as escolas do país, resultou na crença de que o problema a ser resolvido para extinguir o analfabetismo, a evasão escolar e a educação do povo, principalmente o que vivia nos campos, fosse a localização espacial geográfica de algumas escolas e a pequena densidade de alunos oriundos de regiões rurais. E esse processo é desencadeado por uma série de acontecimentos históricos que definem o que é a educação do campo hoje.

Em 1932 o país ver surgir o cenário crítico de abandono e descaso com a educação brasileira, e mobiliza um grupo de educadores que levam ao conhecimento da nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, considerado por Saviani (2008) como o marco do Escolanovismo no Brasil. O autor ainda considera:

(...) que o *Manifesto de 1932*, mais do que um documento em defesa da Escola Nova, configura-se como um programa de política educacional cujo vetor é a instituição de um sistema completo de educação pública destinado a abarcar todas as crianças e jovens integrantes da população brasileira. Foi, pois, antes de tudo, um manifesto em defesa da escola pública, diferentemente da maioria das experiências da Escola Nova que, no contexto europeu, traziam a marca da iniciativa privada (SAVIANI, 2008, p. 17).

Neste mesmo ano, a política brasileira passa por momentos conturbados na sua história, quando eclode em São Paulo um protesto contra o presidente Getúlio Vargas, que governava sem uma Constituição. Muitos protestos foram gerados, o que fez surgir um movimento conhecido por Revolução Constitucionalista, logo debelado pelo governo.

(...) Exercendo a Presidência em caráter provisório, em cujo período foi eleita uma Assembleia Nacional Constituinte que elaborou uma nova Constituição promulgada em 1934, Getúlio Vargas foi eleito pela própria Assembleia, então transformada em Congresso Nacional, para um período presidencial de quatro anos durante o qual o Congresso Nacional funcionou regularmente, operando, inclusive, como órgão legitimador das medidas de exceção que Vargas ia instituindo progressivamente, sob o pretexto de combater as ações subversivas. (SAVIANI, 2006, p.22)

A vida tem conceitos com diversidades de significados, provenientes das diferenças de classes e, em parte, da variedade de conteúdo na noção de qualidade socialmente útil, conforme o ângulo visual de cada uma das classes ou grupos sociais. A Educação Nova significou a construção educacional no Brasil. Era o período da Segunda República, 1932, foi o momento de mudar a educação tradicional para uma educação com características de sentido amplo e ativo. O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por intelectuais como Anísio Teixeira, Júlio Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Edgar Roquete Pinto, Cecília Benevides de Carvalho Meireles, entre outros. Sobre essa temática podemos aprender que:

De fato, nos meses iniciais de 1932 o documento já estava redigido. Em carta de 14 de março desse ano, Fernando de Azevedo comenta com Anísio Teixeira que escreveu o texto em cinco dias, embora tenha pensado no assunto durante um mês. Portanto, o prazo de dois meses referido por Nóbrega da Cunha foi cumprido. A questão que ocupou o mês de março, e que também é retratada na referida carta de Fernando a Anísio, diz respeito aos mecanismos que garantissem a mais ampla divulgação do “Manifesto”. (SAVIANI, 2008, p. 234).

O documento se tornou um marco para o projeto de renovação educacional do país na defesa de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. A Educação Nova assume, então, uma postura mais humana e passa a exercer a sua verdadeira função social. Saviani (2008, p. 243) comenta que “chegou o momento, então, de explicitar, para o povo e para o governo, as bases e diretrizes da reconstrução educacional. Essa impunha-se como uma tarefa daqueles que tomaram posição de vanguarda”.

A escola tradicional, instalada por uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo humano, que teve, aliás, o seu papel na formação dos quadros rígidos da vida social. Percebe-se com o seguinte fragmento que:

(...) Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo conteúdo de uma época histórica, é evidente que em toda sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX e ENGELS, 2009, p. 67).

Continuando nessa linha de análise, vê-se surgir no cenário educacional brasileiro as Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942, promotoras do fortalecimento do

ideal de educação dualista, uma estratégia separatista de educar a elite de forma diferenciada da classe trabalhadora, separando essas classes de acordo a sua função social.

Entretanto, a separação entre a educação das elites e a das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas de 1942. De acordo com essas leis, o objetivo do ensino secundário e normal seria o de formar as elites que iriam comandar o país, cabendo ao ensino profissional oferecer formação adequada aos filhos dos proletários, aos desvalidos da sorte, aos menos afortunados e aqueles que necessitavam ingressar precocemente no mercado de trabalho.

Na década de 60, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevendo o aumento do fluxo migratório do campo para a cidade e, por fim, o inchaço nas favelas dos grandes centros urbanos, implantou escolas na zona rural para a contenção do homem do campo no seu meio. Embora a LDB, lei nº 4.024 na sua vigência, sendo promulgada em 1961, tenha sido elaborada em caráter de urgência nacional por uma escola pública gratuita e pensada por intelectuais brasileiros da época, ela não conseguiu resolver os problemas das classes operárias muito menos das populações do meio rural. A referida lei, mesmo sendo necessária para conter as injustiças provocadas pelo sistema educacional que se pretendia com a educação dualista<sup>25</sup>, ela teve sua contribuição institucional, como explícito no seguinte trecho:

Na avaliação de Anísio Teixeira, embora a LDB tenha deixado muito a desejar em relação às necessidades do Brasil na conjuntura de sua aprovação, ele considerou uma vitória a orientação liberal, de caráter descentralizador, que prevaleceu no texto da lei (...). A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando, com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino. (SAVIANI, 2008, p. 307).

Todo esse processo desencadeou em uma educação desqualificada para o meio rural, que sempre esteve a mercê das determinações dos centros urbanos. Esse descaso e desinteresse sobre

---

<sup>25</sup> A educação dividida em duas grandes redes as quais correspondem a sociedade capitalista em duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado. O leitor poderá encontrar a origem da palavra no livro de Dermeval Saviani, *História das ideias pedagógicas no Brasil*. (SAVIANI, 2008, p. 284).

a educação rural incidem na organização dos movimentos sociais, como forma de desestruturar a resistência da militância.

A expressão educação básica já indica a ampliação e popularização da escola pública mesmo que a lei só garanta a obrigatoriedade do ensino fundamental. Aos poucos a sociedade está incorporando a importância dos outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino médio. A educação infantil por estar se concretizando como uma ideia de escola e o ensino médio, por ser uma possibilidade de chegar à universidade ou por almejar um emprego melhor para os que deixam os estudos ou não ingressam nas universidades.

A educação do campo também garantida pela (LDB, 1997, p. 39), é assim especificada:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação a natureza do trabalho na zona rural (LDB 9394/96).

Apesar de estar presente na lei, a educação básica no campo não tem sido atendida de maneira satisfatória e nem ao menos tem sido delineada como proposta para a formação de identidade do meio rural, na busca de um novo projeto de desenvolvimento do campo.

Por esses percalços é que o MST, por representar essa parcela excluída da sociedade que se configura através de ações coletivas de luta por terra, para garantir um espaço de vida e sobrevivência, reivindica uma educação que contemple os anseios do homem do campo.

Essas ações transformam o MST em um dos movimentos mais amplos e organizados da história brasileira. Herdeiro de movimentos populares que se destacaram desde os primórdios da colonização europeia, com as Capitâneas Hereditárias, passando pelas guerras de Canudos e Contestado, o MST tem forte influência das Ligas Camponesas, do final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, e outras lutas que significaram a complexidade das relações sociais no/do campo, até chegar à luta pela reforma agrária nas décadas de 70 e 80 do século XX. Nessa

concepção de movimentos sociais que se destacaram na história na América Latina, o pensamento a seguir diz:

Destacar, en el caso latinoamericano, y especialmente el brasileño, el surgimiento de los movimientos sociales (populares y de otra naturaleza – de genero, ecológicos, indígenas, de negros, de derechos humanos etc.), generadores de nuevos sujetos sociales que fortalecieron a la sociedad civil en las últimas décadas, trayendo prácticas innovadoras que pusieron en tela de juicio las prácticas tradicionales implementadas por el Estado y por el mercado, como la ruptura con el “reinado de privilegios” (WANDERLEY, 2003, p. 4).

Dentro desse invólucro de ações coletivas sociais na terra, surgiu a necessidade e a urgência de se pensar a educação no campo, visto que emergia desse núcleo a preocupação com as veias intelectuais do movimento – seus dirigentes e as principais lideranças; preocupação também com jovens e crianças, que representam o futuro e consolidação do seu significado, e participam fortemente da luta pela terra trazendo consigo essa representatividade. Pensar, sistematizar e formalizar a educação escolar comprometida com os princípios ideológicos do movimento tornou-se meta importante para o MST. Nessa ótica entende-se que:

Para o MST, a escola é uma exigência imposta pela realidade das crianças em idade escolar que acompanham os pais nas ocupações de terra. A educação é defendida não como um fim em si mesmo, mas como instrumento de luta pela terra e por condições de vida, de afirmação de sua identidade (CALDART, 2000, p. 73).

A partir desse véis, essa discussão procura analisar as rápidas transformações no campo brasileiro, entre os fins da década de 1970 e início dos anos 1980, através da educação escolar e sua pedagogia ímpar, aplicada em assentamentos rurais, e das ações de sujeitos sociais que participaram desse processo, devido sua condição de excluídos da terra, imposta pelas regras do capitalismo.

No Brasil dos anos 80, os movimentos sociais, particularmente os de caráter popular, foram o lume que orientou os tênues avanços democráticos que a sociedade civil obteve. Eles reorientaram as relações sociais tecnocráticas e autoritárias para formas menos coercitivas. Fizeram-se reconhecer na arena política como interlocutores válidos e necessários, particularmente na transição operada através de processos constitucionais. (GOHN, 2001, p. 52).

Mediante esse processo de ampliação do campo, o MST procura fortalecer suas raízes territorializando o movimento e dando sentido científico e acadêmico a suas ações, engendrando

conhecimentos mais sistemáticos sobre a terra, e isso só é possível mediante a implantação e formalização da educação campestre. Para Pereira (2003, p.7): “O MST pode ser definido, então, como um movimento social que resiste a esse quadro histórico de injustiças cometidas contra os menos favorecidos [...]”.

Sendo esse discurso importante para a formação da consciência política dos militantes do MST, um dos seus objetivos cruciais é perpetuar a educação no campo, não só para aproximar o homem dos conhecimentos sistemáticos da terra, passando pela formação da consciência ambiental, como também construir uma relação entre educação e reforma agrária. No Estado de São Paulo as escolas dos assentamentos já organizaram sua Proposta Pedagógica direcionada para a ação educacional do MST.

Los movimientos están tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con criterios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular. En este punto, llevan la delantera los indígenas ecuatorianos que han puesto en pie la Universidad Intercultural de los Pueblos y Nacionalidades indígenas - que recoge la experiencia de la educación intercultural bilingüe en las casi tres mil escuelas dirigidas por indios-, y los Sin Tierra de Brasil, que dirigen 1.500 escuelas en sus asentamientos, y múltiples espacios de formación de docentes, profesionales y militantes (Dávalos, 2002; Caldart, 2000). Poco a poco, otros movimientos, como los piqueteros, se plantean la necesidad de tomar la educación en sus manos, ya que los estados nacionales tienden a desentenderse de la formación. En todo caso, quedó atrás el tiempo en el que intelectuales ajenos al movimiento hablaban en su nombre (ZIBECHI, 2003, p. 3).

De acordo com o autor, vários segmentos sociais que representam movimentos populares em toda a América Latina estão criando sistemas pedagógicos próprios para fomentar a educação popular, a exemplo do Brasil, que tem se empenhado nessa conduta educacional, como uma forma de manter seu espaço politicamente correto e de forma integralizadora.

Nesse panorama da educação no MST, muitas foram as preocupações com normas e objetivos a serem alcançados com as propostas pedagógicas do movimento, nela estavam inseridos todos os sujeitos que participaram desse cenário emblemático, e agora era importante que esta ação educacional contemplasse o seu conjunto.

Através da dinâmica de organização de luta pela terra veio em seguida o avanço da educação do campo, exigindo de seus membros um pensamento mais reflexivo sobre o tipo de educação que seria oferecida nos espaços do MST, passando a ser mola propulsora para profundos questionamentos sobre a instituição escola. Caldart (1997) explica que a discussão sobre educação mobilizou o movimento o que possibilitou encontros e reuniões para tratar dos

interesses educacionais de várias regiões, com o intuito de traçar planos e objetivos pedagógicos para nortear as escolas que já se expandiam nos assentamentos rurais.

Para tanto, foram elaboradas propostas calcadas nos princípios pedagógicos e filosóficos do MST:

Princípios pedagógicos:

1. Relação entre prática e teoria; 2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3. A realidade como base da produção do conhecimento; 4. Conteúdos formativos socialmente úteis; 5. Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8. Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9. Gestão democrática; 10. Auto-organização dos/das estudantes; 11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; 12. Atitudes e Habilidades de pesquisa; 13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, 1997 - Caderno de Educação, nº 8, p. 24).

Princípios filosóficos:

1. Educação para a transformação social: Educação de classe massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo; 2. Educação para o trabalho e a cooperação; 3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4. Educação com/para valores humanistas e socialistas; 5. Educação como processo permanente de formação/transformação humana. (MST, 1997 – Caderno de Educação, nº 8, p. 10).

Essa pedagogia apresenta diretrizes educacionais tanto formais como informais, fazendo com que a experiência transcenda a escolarização, “não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola” (CALDART, 2000, p.143).

A preocupação com a educação do campo veio junto com a formalização do MST, em 1984, quando ocorreu o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel/PN. Inicia-se com a organização dos trabalhadores rurais sem terra em acampamentos, mostrando que era possível e viável a sua ação. Famílias passaram a viver em conjunto, exigindo a construção de novas relações, inseridas num processo de conquista da terra, carregadas de profundo sentido social. Caldart (2000), explica que as crianças aprenderam a viver com as diversidades (raça, religião, cultura, gênero, etc.), mesmo que em barracas de lona, e criaram diferentes formas de sociabilidade.

Aqui surge o lugar das trocas de experiências de vidas, vínculos de comunicação são estabelecidos entre sujeitos e suas famílias, novos símbolos e códigos são utilizados no diálogo cotidiano. A plantação e colheita, as crias, a economia, a política, se transformam em um câmbio

social, ação inerente a todo ser humano, esse processo marca o início da história da educação do MST. Caldart e Schuwaab (1991) destacam o acampamento de Encruzilhada do Natalino, município de Ronda Alta/RS, como o local onde surgiram as primeiras preocupações com as crianças em acampamentos, sua infância num acampamento à beira de uma rodovia. Essa situação deixou um grupo de mães preocupadas “(...) alguns adultos perceberam a ansiedade dessas crianças e começaram a pensar no que fazer com elas. São formados grupos de mães, que passam a orientar as brincadeiras do grupo com as crianças” (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p.87).

Ainda segundo as autoras, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocorreu em 1985, trazendo consigo importantes características desse período: a formação de Educação e coletivos regionais no interior de cada Estado. Foram metas de articulação dos sujeitos envolvidos com educação nos acampamentos e assentamentos, endossadas por uma reflexão pedagógica idealizadora realizada por aqueles que construíram o setor educacional, inspirados nas ideias de Paulo Freire, que favoreceu grandiosamente a elaboração dessa pedagogia diferenciada, implantada na escola do campo.

Em 1985, a Fazenda Annoni, que representava um latifúndio de 9.300 hectares, no município de Pontão/RS, foi ocupada por mais de 1.500 famílias, que desenvolveram atividades através de equipes de trabalho, principalmente a equipe de educação, e o agrupamento de mães foi o alicerce para a construção dessas equipes, para solucionar problemas ligados a segurança das crianças. “No começo, também aqui não se pensava em escola e nem se sabia discutir com elas o que estava se passando ali” (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p. 89).

O MST formou equipes designadas a organizar as atividades do acampamento de maneira sistemática. A equipe responsável pela educação passou a fazer parte das discussões sobre os problemas do acampamento e sobre o ensino e escolarização infantil, essas reflexões levaram o grupo a pensar a educação popular e a apontar a necessidade de uma escola no acampamento Annoni. Esse assunto repercutiu de forma acelerada chegando a dividir a opinião do grupo.

Bernadete Schuwaab (1991), uma das ativistas da equipe de educação, juntamente com outras professoras e voluntários conseguiram mobilizar a maioria dos acampados, levantando questionamentos e considerações sobre a importância da educação e da escola para o acampamento, transformando essa iniciativa em mais uma bandeira de luta, agora uma escola oficial para Annoni. A prefeitura municipal de Sarandi e o governo do Estado do Rio Grande do

Sul foram acionados e prometeram destinar verbas para a escola. Até 1987, esse problema não tinha sido resolvido, forçando um grupo de acampados a procurar a prefeitura, e com pedaços de lona construir a primeira escola oficial do acampamento, como relatam as autoras (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p.91): “As aulas aconteciam todas no mesmo barracão, num sistema de três turnos. Eram 23 professores para 600 alunos de 1ª série”.

Em seguida é aprovada a construção da escola e com mais algumas estratégias de ocupação de toda a fazenda, foi necessária a anexação de mais sete escolas no acampamento Annoni. Este fato chamou a atenção de outros assentamentos e acampamentos, possibilitando a formação de equipes regionais interligadas que, como relata (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p.94), “mobilizou e articulou professores representantes de assentamentos de toda região”<sup>26</sup>.

Desde então o MST vem se empenhando em formalizar sua proposta pedagógica no intuito de desenvolver ciência no campo e garantir a qualidade de vida de seus seguidores.

Para Zibechi esses movimentos sociais da atualidade, estão relacionados por categorias distintas: territorialidade, autonomia política, valorização da cultura, afirmação de identidade e capacidade de formar seus próprios intelectuais. “Las formas de organización de los actuales movimientos tienden a reproducir la vida cotidiana, familiar y comunitaria, asumiendo a menudo la forma de redes de auto organización territorial” (ZIBECHI, 2003, p.3).

A partir do que foi exposto, torna-se de fundamental relevância social, analisar a ação do MST e a construção da sua história até a elaboração de seu sistema pedagógico e implantação da educação escolar em áreas de assentamentos rurais, Educação essa, norteadora dos significados que visam aprofundar suas raízes, valorizar culturas e disseminar vivências da/na terra.

Com essa atmosfera, surge uma necessidade premente de pensar a educação no campo. Uma educação voltada especificamente, não somente para atender as necessidades dos sujeitos diretamente ligados com as lideranças intelectuais do movimento, no sentido de organizar o enfrentamento político, mas também para atender a formação da identidade rural dos jovens que compõem o quadro humano do MST.

---

<sup>26</sup>Caldart e Schuwaab (1991) citam a região de Novo Sarandi, Passo Real e, principalmente, Nova Ronda Alta.

## 2.2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE RURAL NA BAHIA

*Necessitamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política.*

*Paulo Freire*

Ao refletir sob o pensamento de Paulo Freire (1978), entende-se que, atualmente, a educação do campo tem procurado comprovar que sua aplicação contribui para a formação de uma sociedade justa e igualitária no meio rural, o que tem garantido a permanência do pequeno agricultor em assentamentos rurais de todo Brasil, pois é através do conhecimento formal e informal que seus seguidores conseguem organizar seu estilo próprio social e cultural de vida.

Quer dizer, superada a sociedade de classes, chegando o momento histórico em que prevalecem os interesses comuns, a dominação cede lugar à hegemonia, a coerção à persuasão, a repressão se desfaz, prevalecendo a compreensão. Aí, sim, estarão dadas historicamente as condições para o pleno exercício da prática educativa. (SAVIANI, 2008, p. 87).

Trazendo essa realidade para a Bahia, onde geralmente todos os governos falam sobre educação, percebe-se que não é assim que ocorre, existem ainda muitos entraves políticos na sua real aplicação. Para Mészáros (2008) as instituições de educação foram se adaptando ao sistema do capital no decorrer do tempo. No sul da Bahia, por exemplo, as escolas do meio rural são precárias e insuficientes, geralmente funcionam embaixo de armazéns e até em casa de taipa. Essa situação retrata o descaso e a falta de políticas públicas direcionadas para a educação do campo baiano, embora alguns projetos já pleiteiem o desenvolvimento da vida em assentamentos rurais via sistema educacional.

Já é percebido que no meio rural baiano estão os dados mais altos de analfabetismo do Brasil. Segundo índices informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de cada dez pessoas que moram no campo, quatro não sabem ler, nem escrever. Já no meio urbano, esse índice é de 20%, de cada dez pessoas, duas não sabem ler. De acordo as reflexões do autor Roca (1996, p.121) que discute educação rural na América Latina:

El analfabetismo de jóvenes y adultos es uno de los más graves problemas de la población rural. Lamentablemente, no se dispone de estadísticas muy actualizadas, que provienen siempre de los censos nacionales de población(...) Em la totalidad de los

países, las tasas de analfabetismo rural son mucho más elevadas que las del analfabetismo urbano.

Dentro desse contexto, é importante salientar que o IBGE concede informações sobre as taxas de analfabetismo nas grandes regiões brasileiras, onde o Nordeste se destaca com seu índice assustador de analfabetismo em relação as demais regiões brasileiras. Observa-se que segundo informações do IBGE, através da Pesquisa por Amostra de Domicílios, 2010, que a região nordestina apresenta taxas sobre a falta de escolaridade entre pessoas de 15 anos ou mais.

Segundo os dados do IBGE, a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade caiu de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010. Em 2000, o Brasil tinha 16.294.889 analfabetos nessa faixa etária, ao passo que os dados do Censo 2010 apontam 13.933.173 pessoas que não sabiam ler ou escrever, sendo que 39,2% desse contingente eram de idosos. Entretanto, a maior proporção de analfabetos estava nos municípios com até 50 mil habitantes na região Nordeste: cerca de 28% da população de 15 anos ou mais. Nessas cidades, a proporção de idosos que não sabiam ler e escrever girava em torno de 60%. Na região do Semiárido a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais também foi bem mais elevada do que a média obtida para o país, mas teve uma redução de 32,6%, em 2000, para 24,3%, em 2010. Entre os analfabetos residentes nessa região, 65% eram pessoas maiores de 60 anos de idade.

A taxa nacional de analfabetismo para os adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos atingia 2,5% em 2010. No total de jovens nessa faixa etária por região, a maior taxa era de 4,9% no Nordeste, onde pouco mais de meio milhão de pessoas de 15 a 24 anos de idade (502.124) disseram não saber ler e escrever, contra 1,1% no Sul e 1,5% no Sudeste. A situação mais grave foi verificada nos municípios com até 10 mil habitantes da região Nordeste (7,2%), ao passo que nas cidades com mais de 500 mil habitantes da região Sul, a taxa era de 0,7%. A comparação com 2000, mostra que houve crescimento da alfabetização das pessoas nesta faixa etária, passando de 94,2% para 97,5% em 2010.

A proporção de crianças de 10 anos de idade que não sabiam ler e escrever era de 6,5% em 2010, inferior à de 2000, 11,4%. Nos municípios com até 5 mil habitantes (5,8%), os índices de analfabetismo são menores que nos municípios de médio porte (10,1% nas cidades entre 20 mil e 50 mil habitantes). Em 2000, os índices eram de 11,4% e de 18,7, respectivamente.

Nas capitais, os percentuais de crianças de 10 anos de idade que não sabiam ler ou escrever eram mais baixos que no conjunto do estado, em especial no Nordeste. Em São Luis

(6,1%) e em Teresina (4,9%), a proporção de crianças nesta situação era 2,5 vezes inferior à dos respectivos estados, Maranhão (16,4%) e Piauí (13,7%). A pior situação foi encontrada em Maceió, com 11,6%, embora seja melhor que no estado de Alagoas como um todo (17,8%).

Dos 1.304 municípios brasileiros com taxas de analfabetismo iguais ou superiores a 25%, 32 não ofereciam o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), um programa dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que desenvolve a alfabetização de jovens e adultos e dá continuidade aos estudos escolares no Ensino Fundamental e Médio.

De acordo a tabela 10, o PRONERA ampliou a taxa de escolaridade dos jovens e adultos de 99.531 entre 1998 a 2002 para 299.277 entre 2003 a 2010.

**TABELA 10 - Números do Pronera**

<b>Modalidades</b>	<b>1998 a 2002</b>	<b>2003 a 2010</b>
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	99.531	299.277
Médio e Superior	1.874	46.891
Especialização	-	461
<b>TOTAL DE ALUNOS</b>	<b>101.405</b>	<b>346.629</b>
Instituições/parcerias	45	65

(FONTE: INCRA – [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), 2011).

A maioria desses alunos estava no Nordeste. João Dias (RN) apresentou o maior índice (38,9%), seguido de Monte Santo (BA), com 35,6%, e São Brás (AL), com 34,7%. No Norte, eram três municípios, todos em Tocantins (Ponte Alta do Bom Jesus, Mateiros e Centenário). Quatro estavam no Sudeste, localizados em Minas Gerais (Miravânia, Frei Gaspar, Bertópolis, Santa Helena de Minas).

De acordo os dados do INCRA, o analfabetismo entre pretos e pardos passa de 20% nas menores cidades. Nos últimos anos, houve uma redução das taxas de analfabetismo no país para todas as categorias de cor ou raça, mas subsistem grandes diferenças. A taxa nacional de analfabetismo entre pessoas de 15 ou mais anos de idade era de 9,6% em 2010. Segundo o INCRA, nesse grupo etário, os pretos e pardos tiveram percentuais de analfabetos de 14,4% e 13,0%, respectivamente, contra 5,9% dos brancos, com destaque para os municípios de menor porte. O analfabetismo na população preta de 15 anos ou mais chegou a 27,1% nos municípios

com até 5.000 habitantes e a 28,3% nas cidades entre 5.001 e 20.000 habitantes, caindo para 24,7% nos municípios entre 20.001 e 50.000 habitantes. Entre os pardos, a taxa de analfabetismo variou de 20,0% a 22,1% nos grupos de municípios desde os com até 5.000 habitantes até os de 50.000 habitantes.

O IBGE também destaca na figura 12 a representação das regiões brasileiras por analfabetismo, comprovando a máxima de que o Nordeste é a região mais problemática quanto a essa questão.

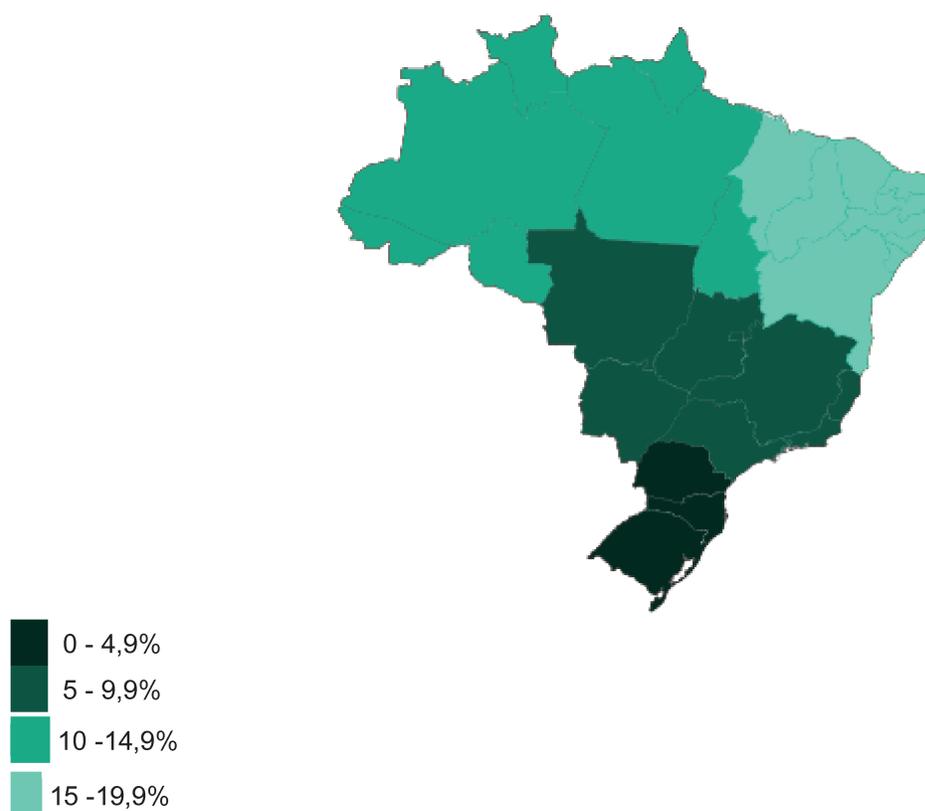


FIGURA 12: Mapa das regiões brasileiras por analfabetismo segundo o censo, 2010. (FONTE: IBGE, 2010).

Toda essa pesquisa e elaboração desses dados feitos com a educação no Brasil remetem a questões históricas relacionadas com a economia do país. Os anos 90 foram marcados por transformações cruciais no mercado de trabalho brasileiro, o que de fato contribuiu com o afastamento de um grande contingente de estudantes, principalmente dos jovens, da escola, principalmente na região Nordeste, com percentual de 15 a 19,9% de analfabetismo do país.

A recessão econômica do período de 1990 a 1992, a abertura comercial, a busca do setor privado por maior competitividade, influenciaram de forma determinante no desenvolvimento de rendimentos dos indivíduos.

O avanço da tecnologia foi também apontado como o principal motivo da eliminação do trabalhador do setor secundário. Esse crescimento tecnológico não conseguiu gerar postos de trabalho em quantidade suficiente para impedir o crescimento do desemprego. Segundo dados cedidos pelo IBGE, o trabalho autônomo, como fator da necessidade de trabalho, expandiu-se enormemente nos anos 90, aumentando o contingente populacional de desempregados e a real expansão de “desocupados” analfabetos, e fora de um espaço social que acolhesse as expectativas de vida. Isso de acordo com a expectativa de vida da realidade brasileira.

Esse processo é desencadeado também pela falta de instrução e isso fica muito transparente quando verifica-se os dados apresentados e constata-se que a região Nordeste é a detentora dos índices mais preocupantes de analfabetismo do país. O IBGE ainda explica que o total entre homens e mulheres, inclusive pessoas com idade ignorada na pesquisa, se coloca bem a frente das demais regiões, com 20,6% desse resultado, sendo que a região Sudeste aparece com 6,1%. Os jovens nordestinos com idades entre 15 e 24 anos, entre homens e mulheres, aparecem, no seu total, com 7,2%, enquanto a região Sul e Sudeste não passa de 1%. Já a população com 25 anos ou mais, aparece na pesquisa com expressa percentagem nas regiões Norte com 16,9% e a região Centro-Oeste com 12,1%, mas não ultrapassam o Nordeste que tem 28,9% da população total, entre homens e mulheres, do analfabetismo do país.

Diante desse quadro, também presente no campo do estado baiano, surge o programa Todos pela Alfabetização (TOPA)<sup>27</sup>, um programa de alfabetização de jovens e adultos criado pelo governo estadual. O Topa foi criado em 2007 para reduzir o índice de analfabetismo na Bahia. O TOPA ainda informa que até 2011 o programa já atendeu a 841 mil pessoas e está presente em 407 municípios. Ele traz, na sua concepção, a garantia do direito à alfabetização dos baianos. Para isso, a Secretaria da Educação firmou parceria com as prefeituras municipais e entidades de movimentos sociais e sindicais, além de universidades públicas e privadas.

---

<sup>27</sup>O programa é uma iniciativa da Secretaria Estadual da Educação (SEC), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com as quatro universidades estaduais – UNEB, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) –, e com as prefeituras dos municípios beneficiados.

Segundo informações cedidas pelo TOPA, a Bahia vem se destacando na alfabetização do país. O que confirma as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2010, que aponta o estado baiano como destaque em todo Nordeste na redução do analfabetismo.

O TOPA objetiva alcançar o fortalecimento da alfabetização, ofertando a jovens com mais de 15 anos, adultos e idosos, que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, o acesso à educação. Esse programa ainda garante a alfabetização nas unidades prisionais. Segundo informações cedidas pelo programa, existem hoje 1.536 internos analfabetos, o que representa 14,8% da população carcerária do estado. Por isso é fundamental que a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) promova essa erradicação no sistema prisional.

Nesse sentido, a Coordenação de Estudos e Desenvolvimento da Gestão Penal (Cedegep) criou um grupo de trabalho constituído pela SJCDH, as Secretarias da Educação (SEC), de Cultura (Secult) e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), que vai construir um Plano Estadual de Educação Prisional com uma intervenção pedagógica diferenciada e humanizada, contemplando diversas ações articuladas nas áreas da educação, cultura e esporte.

Na Bahia, o analfabetismo é ainda mais preocupante na zona rural, onde estão concentrados mais de 53% dos moradores com incapacidade de realizar leituras ou escrever. Contudo, nas áreas urbanas, os números também impressionam: 845 mil pessoas que vivem nas cidades enfrentam o problema.

A falta de escolas e infraestrutura adequadas para alfabetização acabam levando alunos da zona rural para a cidade, trazendo consigo problemas como o analfabetismo. Mais de 95% dos analfabetos baianos têm mais de 25 anos, o que, segundo o IBGE, demonstra que esse é um problema já enraizado na sociedade brasileira, uma vez que quase 98% dos baianos com idade entre 7 e 14 anos estão estudando. Não seria interessante que essa nova geração contribuísse com a ampliação dessas taxas.

O Estado necessita promover uma educação de qualidade para que seus jovens possam construir a sua própria história no cenário educacional do país, principalmente os jovens que vivem e se educam nos campos.

A construção histórica do conceito de Educação do Campo para Caldart (2004) é emblemático. Esse processo abrange a participação consciente do homem do campo, realmente comprometido, existente nos diferentes espaços e contextos sócio-políticos brasileiros, sua contribuição foi fundamental. Esse conceito está ligado a formação de sujeitos políticos

emancipados, e não se reduz à mera localização espacial de escolas construídas na zona rural.

Segundo as reflexões da autora:

Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação como um direito universal, de todos: um direito humano, de cada pessoa em vista de seu desenvolvimento mais pleno, e um direito social, de cidadania ou de participação mais crítica e ativa na dinâmica da sociedade. Como direito, não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (CALDART, 2004, p.150).

Os problemas da educação do campo na Bahia apontam para a necessidade de pensar em perspectivas de investimentos em políticas públicas para esta área, com ênfase nos aspectos inerentes à relação entre educação e desenvolvimento do campo, acesso a direitos e fortalecimento das lutas por um modelo de desenvolvimento ambientalmente equilibrado, socialmente justo e economicamente sustentável.

As disputas por terras e por recursos financeiros separam os representantes do agronegócio das muitas famílias que vivem da agricultura familiar na Bahia. A crescente adesão de pequenos agricultores a movimentos rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL/CUT), demonstram como suas principais demandas e necessidades não são atendidas, como seus direitos sociais fundamentais têm sido violados. O quadro é agravado pela incapacidade do poder público em subsidiar a agricultura familiar. Como explica o autor a seguir:

Entendemos, também, que o desenvolvimento do capitalismo é desigual e contraditório e que sua essência está na reprodução ampliada do capital. À proporção que acontece o desenvolvimento do capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos. (FERNANDES, 1999, p.29 e 30).

Além disso, a expressiva população afrodescendente e indígena baiana é vítima de discriminações sociais, econômicas, culturais e ambientais, que justificam ações de políticas afirmativas. Nesse sentido, a atuação da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE Bahia) se dá no fortalecimento e na articulação de sujeitos políticos para exercerem a sua cidadania e fortalecerem a luta pela exigibilidade de direitos, estimulando o associativismo produtivo e a implementação de atividades de capacitação para a gestão de experiências de desenvolvimento sustentável e solidário. Esse órgão tem por missão contribuir

para a construção de uma sociedade democrática oferecendo alternativas para o desenvolvimento sustentável contemplando a inclusão social, preservação do meio ambiente, bem como, a universalização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A FASE Bahia fica situada em Itabuna, cidade baiana do sul do estado, foi fundada em 1961 e atua nessa região desde 1987. A FASE é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente e de assistência social<sup>28</sup>.

A intervenção nestes três níveis se constitui, hoje, na metodologia da FASE para trabalho em educação popular: a combinação da ação direta com o fortalecimento dos sujeitos coletivos autônomos e com a proposição de políticas públicas, complementada pela implementação de projetos demonstrativos de caráter multiplicador.

A atuação da FASE é organizada em quatro grandes áreas temáticas: questão urbana e democratização da gestão das cidades; direitos e conflitos do trabalho; questão agrária, agroecologia e segurança alimentar; e globalização, democracia e cidadania. Estes temas estão presentes nos programas e projetos que orientam as suas ações.

Os seus objetivos, que estão resumidos no lema “Solidariedade e Educação”, é a promoção da educação e do desenvolvimento das parcelas da população com as quais trabalha, através do incentivo a comportamentos de participação, organização e solidariedade e, portanto, da criação de movimentos, organismos e associações (ou de estímulo a eles) e da defesa do meio ambiente. A contribuição para a confrontação da pobreza, a garantia dos direitos sociais mínimos e o provimento de condições para atender às contingências sociais; a promoção da assistência técnica, através da elaboração e da divulgação de metodologia, pesquisas, avaliações, planos, projetos e estudos necessários à realização de ações; e a disseminação do enfoque inovador da sustentabilidade.

Analisar e averiguar esse tema no estado da Bahia oportunizam entender sua real aplicabilidade nessas áreas, contudo, entender a formação do estudante do movimento, com vistas a valorizar sua imagem enquanto cidadão.

---

<sup>28</sup>A FASE exprime uma visão de desenvolvimento social, construída a partir da atuação concreta junto aos beneficiados, às organizações sociais e de base e, também, aos formuladores de políticas públicas, inclui a defesa da gestão democrática e da redistribuição radical do acesso à terra e à riqueza, o respeito às diferenças e à diversidade social, a valorização das relações de gênero e a ênfase no social e no público.

Dentro dessa temática pretende-se, como prioridade, dá maior enfoque a educação de jovens do campo, visto que, esse processo se desenrola nesse espaço – no campo – de histórico conflituoso, quando será possível aprimorar as reflexões sobre educação do campo na Bahia.

Acredita-se que as interfaces entre assentamentos rurais e educação do campo coloquem-se no debate atual em novas dimensões, reforçando a busca de alternativas para a erradicação do analfabetismo no meio rural, como aquelas pensadas nessa pesquisa, voltadas a captar o grau de intensidade e o significado das mudanças proporcionadas pelos movimentos sociais rurais.

No momento um dos grandes desafios dos movimentos sociais rurais, é ampliar a escola e tirar o homem do campo da dependência das escolas urbanas e dessa forma valorizar sua mística, seus conhecimentos agrícolas e ambientais, bem como, as melhores condições de vida dos assentados que vivem no seu próprio espaço conquistado com muita luta. Nessa ótica o trecho a seguir, salienta que:

O mesmo modelo de desenvolvimento que gera os sem-terra também os exclui de outros direitos sociais, entre eles o de ter acesso à escola. A grande maioria dos sem-terra tem um baixo nível de escolaridade e uma experiência pessoal de escola que não deseja para seus filhos: discriminação, professores despreparados, reprovação, exclusão. O Censo da Reforma Agrária, realizado pelo INCRA durante o ano de 1997 em parceria com algumas universidades brasileiras, apontou um índice de 29,5% de jovens e adultos analfabetos nos assentamentos (CALDART, 2000, p.147).

Entendendo esses como seres que darão continuidade ao processo da luta pela terra e esperança de uma representatividade mais humanizada. Pensar, sistematizar e formalizar a educação dos jovens, comprometida com os princípios ideológicos do movimento do qual fazem parte, é agora meta importante para o MST.

Nesse panorama o qual vislumbra a história da educação do MST, muitas foram as preocupações com as normas e objetivos a serem alcançados com a proposta pedagógica do movimento. Nela estavam inseridos todos os sujeitos que participaram desse cenário emblemático, e agora, mais do que nunca, era importante que esta ação educacional contemplasse o conjunto do MST. Assim, comenta-se que:

O objetivo da formação política de jovens agricultores sem-terra nas escolas do Movimento situa-se, como antes referido, em campo inteiramente distinto — em resumo, pretende-se tão somente produzir a adesão a uma compreensão “total” e fechada da política que, de fato, sequer procura situar-se concretamente em relação ao desenvolvimento político brasileiro recente, pois volta-se inteiramente “para dentro”, já

que é destinada precipuamente a manter a disciplina, a motivação e a coesão entre seus militantes intermediários. (NAVARRO, 2002, p.12).

Mediante essa reflexão, acredita-se que o MST é atualmente um movimento social organizado, que pretende viabilizar a disciplina e a motivação como meios de trabalho para aproximar o homem do campo ao seu espaço de sobrevivência, criando assim, oportunidades para colocar em prática suas ações de cidadania, permitindo aos militantes a valorização pelos seus serviços, os quais irão garantir uma vida melhor, além de semear a ideia da luta e produção para não perder o significado e força que o movimento construiu. Caldart (2004, p. 30) contribui nesse diálogo quando explica:

Afirmo antes que, para compreender como historicamente se constituiu uma *questão da educação* no MST, e dentro dela uma determinada concepção de escola, é preciso apreender qual o sentido educativo do MST, enquanto movimento social com características muito próprias, definidas dentro do contexto da sua luta principal, que é a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil. Em outras palavras, é preciso compreender a experiência mais ampla de formação humana dessas pessoas, dessa coletividade, ou desse novo sujeito social, para entender por que e como estão propondo uma escola que, simplesmente, possa se constituir como parte dessa experiência.

Dentro dessa perspectiva, observa-se a vivência de categorias esquecidas pela historiografia oficial no cotidiano de um movimento social o qual representa uma parcela significativa da sociedade brasileira. “Os jovens do MST já tomaram consciência de serem indivíduos sem-terra, expropriados da terra e de seus bens, se encontram enquanto povo Sem Terra, sujeitos da produção da própria história”<sup>29</sup>, e faz da reforma agrária, na ótica do MST, um grande projeto de inclusão social.

A percepção do jovem começa a ter notoriedade em meados do século XVI, na Europa. Segundo Phillip Ariès (1981) é nesse período que o jovem deixa de ser visto como sujeito cômico que divertia os adultos para ser modelo de inocência e pureza mitificada pela ideologia cristã, um período propício para ser sujeito da educação escolar visando o aprimoramento moral, espiritual e intelectual. Para esse autor, cada período histórico foi marcado por uma etapa privilegiada, ou seja, decorrente das transformações das funções sociais e depositária de novos valores e sentimentos: a juventude seria a idade privilegiada do século XVII.

---

<sup>29</sup> Caderno Fazendo Escola. Construindo o caminho numa escola de assentamento do MST.

Esta visão europeia foi implantada no Brasil pelos Padres Jesuítas, onde os povos indígenas, africanos, além dos pobres, eram sujeitos de uma educação formal que visava o aprimoramento para o trabalho e para a aceitação de sua condição de colonizado. O trabalho dos jesuítas também buscou “civilizar o país”:

O clero secular e regular foi o responsável pela instrução e pela manutenção da fé dos colonos e seus descendentes nos limites da moral, da justiça e humanidade. (...) Lançaram ainda, os fundamentos do nosso edifício social, as bases segundo as quais formou-se nosso espírito público e foram pioneiros na instalação de escolas nesta parte da América do Sul e, talvez, em toda a América neolatina (ALMEIDA, 2000, p. 25).

Contudo, nas entrelinhas da nossa história, é notória a presença e participação constante dos jovens nas lutas sociais desencadeadas há mais de cinco séculos, fruto das contradições geradas pelo capitalismo desenvolvido no Brasil.

Entende-se que em ações do movimento no campo a participação, geralmente, envolve toda a família e é de costume não haver uma preocupação em evitar a presença de adolescentes nos levantes de luta e conquista da terra. Sobre esse aspecto Oliveira (1999) relata a experiência de crianças na luta armada pela terra:

(...) Perto do meio dia, a polícia havia rendido os posseiros. Mulheres e crianças foram levadas para o campo de futebol, onde os PMs tinham seu acampamento. (...) O dia, cinzento e seco, estava terminando. Eram cinco da tarde, mulheres e crianças já estavam sendo conduzidas para a polícia em Colorado d'Oeste. Mas na fazenda, os PMs queriam mais vingança(OLIVEIRA, 1999, p. 112-113).

Diante de tais fatos vê-se o latifúndio aprofundando suas raízes atreladas ao tipo de capitalismo implantado no Brasil. A agricultura familiar e de subsistência foi, ao longo desses mais de quinhentos anos, deteriorada, e por consequência essas famílias esquecidas à margem da sociedade. Para explicar melhor esse processo Veiga (2000) relata que cada vez menos a agricultura patronal, a mais favorecida pelo sistema do capital, emprega o homem do campo.

Sendo assim, a reforma agrária no Brasil deverá não apenas devolver o homem do campo ao seu local de origem, “não devemos desprezar a possibilidade do retorno para onde ficaram pedaços das raízes” (BOGO, 2000, p. 9), mas oferecer subsídios para sua vida na terra. Essa pesquisa deverá ser aplicada na íntegra atingindo a todos que já fazem parte dessa história, os quais possam ter a esperança de terra, de cidadania e autonomia para promover, junto aos jovens, uma boa formação educacional em busca de melhores perspectivas de vida através do

desenvolvimento socioambiental, aprimorando o desenvolvimento econômico para a garantia e permanência do homem nessas áreas.

### **2.3. DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NA PERSPECTIVA DE VIDA NO CAMPO**

*Esse processo de adaptação das regiões agrícolas modernas se dá com grande rapidez, impondo-lhes, num pequeno espaço de tempo, sistemas de vida cuja relação com o meio é reflexa, enquanto as determinações fundamentais vêm de fora.*

*Milton Santos*

A frase de Milton Santos (2000), destacada acima, enfatiza o pensamento de que o ser humano avançou tanto em termos tecnológicos, libertou-se dos limites impostos pela natureza, dominou-a tão completamente que passou a vê-la como algo separado dele mesmo. Com o processo intenso de industrialização/urbanização, os impactos ambientais foram aumentando cada vez mais, até que no pós-guerra, passaram a ter consequências globais.

Durante séculos o homem foi aprimorando as técnicas agrícolas, causando profundas mudanças na natureza. A partir de 1820, a natureza passou a ser fornecedora de fertilizantes minerais para a agricultura e, no final desse mesmo século, os fertilizantes tornaram-se sintéticos, ou seja, produzidos artificialmente em indústrias. Assim, aos poucos, os agroquímicos foram substituindo os nutrientes que antes eram supridos por processos naturais.

Quanto aos venenos químicos, alguns já eram conhecidos no começo do século XX, mas foi após a Segunda Guerra Mundial que o uso de agrotóxicos se intensificou. Nessa época, algumas indústrias químicas voltadas para o setor bélico passaram a divulgar a aplicação agrícola de seus produtos para a eliminação de insetos e outros tipos de pragas, proliferando uma “guerra” contra a natureza.

Um terceiro elemento impactante da modernização agrícola foi a mecanização que teve origem nos Estados Unidos, criado para explorar grandes extensões de terras. Em meados do século XIX já eram utilizadas pesadas máquinas a vapor para tracionar arados e colheitadeiras, desmatar e movimentar terras. Assim, pode dizer que:

Os últimos séculos marcaram, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações. (SANTOS, 2000, p. 88).

A partir de 1943, pesquisas financiadas pela Fundação Rockefeller e realizadas no México, passaram a estudar alguns cultivos importantes. Através de técnicas de melhoramento essas pesquisas obtiveram algumas variedades de milho e trigo denominadas Variedades de Alta Produtividade (VAP). Posteriormente, as Fundações Rockefeller e Ford criaram, nas Filipinas, o centro de pesquisa que iria desenvolver as VAPs de arroz. O principal aspecto destacado pelos criadores das VAPs era a sua altíssima produtividade quando cultivadas segundo um conjunto de recomendações, que incluía o uso de agroquímicos, irrigação e mecanização. Através dessa discussão, percebe-se que:

Os incentivadores da Revolução Verde, principalmente os Estados Unidos, procurando convencer os países subdesenvolvidos a adotar o modelo, acenavam com vantagens como altas produtividades obtidas com o uso das VAPs, possibilidade de financiamentos para importação de insumos, convênios intergovernamentais, etc. (ROSA, 1998, p. 19).

Um novo cenário internacional se delineou, após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos tornou-se o grande líder do mundo capitalista, enquanto a União Soviética dominava o mundo socialista. Nesse período desencadeia-se a chamada Guerra Fria, que teve repercussão, também, na agricultura e no modo de vida no campo. O problema da fome tornava-se cada vez mais sério em várias partes do mundo, os governos americanos e grandes capitalistas temiam as tensões sociais existentes em muitos países, o que poderia significar, em primeira instância, o enfraquecimento do domínio capitalista norte-americano sobre países considerados pobres ou em desenvolvimento. Somava-se a esse processo, o fato de indústrias químicas e de insumos, objetivarem ampliar sua rede ociosa considerável, implantando novas oportunidades de negócios para o avanço da tecnologia no campo. Para o autor a seguir:

A globalização e o neoliberalismo, que representam, no estágio atual, a fase mais elevada do capitalismo, da forma impiedosa com que vem sendo feita, com a destruição dos recursos naturais e a degradação da natureza pela poluição dos solos, das águas e do ar, põe em risco a própria sobrevivência da humanidade. (ANDRADE, 1998, p. 238).

As décadas de 50 e 60 são consideradas por Rosa (1998) como momentos de grande destaque para aspectos que contribuíram para uma articulação econômica que envolvia as indústrias química e mecânica, onde as fundações Ford, Rockefeller e Kellogg, a Agência Internacional para o Desenvolvimento, destacado como entidade do governo federal americano, e a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas (ONU). A união dessas entidades tinha como propósito elaborar um conjunto de propostas voltado aos países subdesenvolvidos, conhecido como Revolução Verde<sup>30</sup>. Esse era o novo modelo para sanar a fome no mundo, visando o aumento substancial da produção de alimentos, e como não poderia deixar de ser, o uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas (VAPs) e mecanização das lavouras.

O principal fator determinante para o rápido e eficiente crescimento da modernização foi o crédito subsidiado oferecido aos grandes latifundiários para a compra de insumos e máquinas e as seguras propostas oferecidas pela Revolução Verde como plantar sempre com as sementes VAPs “nutrir as plantações” com adubos químicos; defender os vegetais com inseticidas, fungicidas e acaricidas; eliminar, por meio de herbicidas, os vegetais indesejáveis que crescem junto às culturas; economizar trabalho humano usando tratores e outros equipamentos mecânicos. A reflexão a seguir diz:

A modernização agrícola priorizou o aumento da produtividade por área, direcionando a maioria dos esforços para a produção, debilitando as demais partes dos vegetais (folhas, troncos e raízes) e reduzindo a produção de biomassa. Acontece que essas outras partes dos vegetais são aproveitadas por muitos agricultores como complemento alimentar para animais, adubo orgânico, proteção para o solo e em outros usos. (ROSA, 1998, p. 27).

Os efeitos da modernização atingiram muitos lugares com proporções irreversíveis. O processo de modernização modificou a característica do cultivo tradicional, aumentando a produção agrícola, nessas últimas décadas, com a utilização intensa de agrotóxicos. A Revolução Verde significou, em curto prazo, resultados positivos para os produtores ricos, que possuíam recursos e terras ideais para a aplicação da modernização.

---

<sup>30</sup> A Revolução Verde (expressão criada em 1966 por William Gown) representou a mecanização no campo, aliada a fertilização do solo e desenvolvimento de pesquisas em sementes adaptáveis a diferentes solos e condições climáticas, tinha o discurso de aumentar a produção agrícola e acabar com a fome mundial. [www.alunosonline.com.br/geografia/revolucaoverde.html](http://www.alunosonline.com.br/geografia/revolucaoverde.html)

É na concretude desta luta que podemos compreender as contradições do processo de modernização ocorrido no campo brasileiro, posto ser seus beneficiários as classes dominantes (proprietários latifundiários e capitalistas), *versus* os reais interesses daqueles que vivem do trabalho – os trabalhadores assalariados e camponeses, que pedem suas terras, seus instrumentos de produção, as garantias salariais, ou passam a resistir no campo com uma série de dificuldades, cada vez mais espremidos pelos projetos do agronegócio – que buscam se tornar hegemônicos. A modernização reproduz o atraso, reproduz a pobreza, mas também as possibilidades de garantir a renda e a acumulação – por parte das classes dominantes, que se apropriam da riqueza produzida pelos trabalhadores assalariados e camponeses, mas contraditoriamente por estes – latifundiários e capitalistas – apropriados. (SOUZA, 2008, p. 285 – 286).

A Revolução Verde provocou impactos ambientais incalculáveis e de difícil recuperação, atingindo principalmente a própria produção agrícola, através da degradação dos solos ou erosão genética e aumentando a pobreza no campo. Esse sistema inviabilizou importantes elementos naturais envolvidos na atividade agrícola, descaracterizando e alterando processos ambientais através da artificialização dos campos agrícolas, comprometendo sistemas inteiros onde os ecossistemas possuem diferenças ambientais entre si, gerando problemas como os desequilíbrios populacionais de insetos e ervas.

Para se compreender melhor as consequências que a Revolução Verde teve no Brasil, é preciso primeiramente se entender em qual contexto histórico a mesma foi implantada no país. Durante a ditadura militar, muito se discutia a respeito de qual caminho o país deveria seguir para aumentar sua produtividade agrícola. Duas possibilidades distintas predominavam: a que defendia o aumento da produtividade por meio da reforma agrária, e a que defendia a adoção de pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem se tocar na questão fundiária.

O Governo militar adotou a opção de manter a estrutura agrária que já existia no Brasil e adotou as bases do modelo da Revolução Verde. Essa postura foi muito questionada por seus críticos que a denominaram modernização conservadora. Primeiramente as regiões que sofreram mais intensamente foram as regiões Sul, Sudeste e um pouco mais tarde, a região Centro Oeste. A grande abertura da nova fronteira agrícola foi executada pela grande empresa com o apoio do estado. Foi observada a preferência pelas monoculturas com o objetivo de exportação como soja, milho, algodão e arroz. Logo depois, a cana-de-açúcar também teve sua expansão observada devido aos incentivos do programa Proálcool. Observou-se que as atitudes tomadas aumentaram sim a produtividade do setor, entretanto houve um grande custo para a sociedade e para o meio ambiente. Considerando-se o processo de modernização da agricultura:

O novo padrão exigiu uma adequação no modo de organizar a agricultura brasileira, submetendo-a também ao comércio internacional, aos interesses dos grandes grupos estrangeiros. Assim, desde meados da década de noventa, está em curso no Brasil um modelo agrícola que as próprias elites alcunharam de “modelo norte-americano”, em que se miram para “modernizar” o meio rural brasileiro. Na verdade, estão adotando medidas que viabilizam e privilegiam grandes fazendas exportadoras de grão, entregam o comércio agrícola a grandes oligopólios, entregam a agroindústria nacional para grupos estrangeiros e sucateiam os serviços públicos agrícolas – crédito rural, pesquisa, assistência técnica, armazenagem -, mecanismos fundamentais para a garantia da atividade agrícola em qualquer parte do mundo. (STÉDILE, UnB Ano I, Nº 3, jul/ago/set, 2001).

Com relação à questão ambiental, pode se destacar a erosão genética, um dos processos de degradação provocado pela seleção de espécies e pelo desmatamento. O processo de modernização da agricultura acentuou a extinção de espécies, tanto animais quanto vegetais por ter se dedicado a produtos economicamente mais rentáveis. Rosa (1998), diz que o desmatamento de vastas áreas para o cultivo de monoculturas acarretou a proliferação de pragas que se alimentam desses cultivos como a lagarta da soja, o besouro bicudo do algodão.

Para se combater essas e outras diversas pragas que atacavam os cultivos, os produtores investiram no uso intensivo de agrotóxicos, fungicidas, herbicidas e inseticidas sem se levar em conta o fato de que, quanto mais se usa esses insumos, mais as pragas tendem a se tornar resistentes, demandando cada vez mais o uso de agrotóxicos. O uso indiscriminado desses insumos ainda provocou a contaminação de solos, rios, animais e por consequência, de todo o ecossistema. Ainda pode ser observado outro problema quanto a irrigação, que se usada de maneira errada, nos moldes da Revolução Verde, altera todo o ciclo hidrológico natural.

Como se observou, a Revolução Verde causou grandes impactos ambientais, mas não pode se esquecer de que o homem, apesar de causador desses impactos, também sofre com as consequências de seus atos, tanto como ser biológico quanto como ser social. Biologicamente a saúde do homem foi afetada pelo uso de agrotóxicos que se acumulam no organismo e causam doenças e impactos irreversíveis. Não pode se esquecer também que o contato direto que o homem do campo teve com tais produtos, sem se usar o equipamento de proteção necessário, acarretou problemas de saúde como: lesões hepáticas e renais, distúrbios mentais e doenças respiratórias.

Do ponto de vista social, o processo de modernização da agricultura é extremamente desigual e excludente, visto que privilegia os poucos grandes produtores em detrimento de outros pequenos produtores familiares. Primeiramente os investimentos não atingem de forma

democrática os estabelecimentos já que as maiores parcelas de financiamentos se destinaram a grandes e médios produtores, deixando de fora os pequenos produtores. Para explicar melhor esse processo, o trecho a seguir ressalta que:

As vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira. E isto ocorre em contexto no qual a forma de agricultura mais favorecida – a patronal – está empregando cada vez menos trabalhadores, o que acarreta cada vez mais concentração de renda e exclusão social. (VEIGA, 2000, p. 113).

A mecanização também acentuou o desemprego no campo conforme a intensificação do processo. Isso ocorreu porque as máquinas agrícolas implantadas e advindas dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde eram poupadoras de mão-de-obra.

Os produtores que não receberam investimentos, ou seja, os pequenos produtores, não conseguiram acompanhar essa modernização, muitas vezes sendo obrigados a vender suas terras aos grandes produtores o que acarretou uma grande expropriação de terras. Esses produtores expropriados de suas terras migraram para cidades grandes, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo para trabalhar em empregos de remuneração baixa, em empregos informais ou ainda colaborar com o aumento da criminalidade, na pior das hipóteses. Populações advindas do meio rural se veem obrigadas, pela falta de oportunidades, a morar em favelas, muitas vezes em condições precárias, ou em periferias das grandes cidades.

A perda das terras pelos pequenos produtores ocasionou ainda a concentração fundiária e de renda nas mãos de grandes produtores. Essa concentração é evidenciada ao se observar os conflitos pela terra, acentuados devido às tensões geradas pelo desenvolvimento de mobilizações de trabalhadores rurais pela reforma agrária como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra).

A implantação da Revolução Verde não levou em consideração a realidade rural, principalmente dos países considerados “subdesenvolvidos”, desmerecendo as necessidades, interesses e possibilidades dos pequenos agricultores. O novo modelo implantado na agricultura oportunizou o enriquecimento de latifundiários, aumentando e ampliando a produção para o mercado externo.

A forte influência dos resultados da modernização da agricultura a partir da Revolução Verde gerou muitos problemas socioambientais, muitos segmentos sociais passaram a buscar

opções para a produção agrícola. Essas novas alternativas referem-se a questão da ética, porque envolve uma postura mais conscientizadora e entende a humanidade como parte da complexidade da vida e não como centro dela.

A maior parte das propostas de perspectivas de vida no campo é construir modelos que promovam o desenvolvimento social rural e ao mesmo tempo possibilitem a conservação ambiental, ou seja, uma postura social e ambientalmente sustentável. Em países subdesenvolvidos, surgem propostas que alcançam metas onde se destacam a geração de empregos e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, a fim de garantir a permanência dessas pessoas nas zonas rurais. Dentro desse contexto, reflete-se o seguinte comentário:

A implantação de grandes projetos de investimento na promoção do desenvolvimento regional ou local é também de grande importância, mas dentro dos parâmetros da *sustentabilidade* do desenvolvimento e de sua *endogeneidade*. Necessita-se, portanto, evitar os enormes custos econômicos, sociais e ambientais produzidos por grandes empreendimentos. (CAVALCANTE, 1997, p.129).

O conjunto de propostas para a resolução de problemas da agricultura recebe a denominação de agricultura alternativa. Nesse grupo destacam-se três importantes correntes: agricultura de baixo insumo, a orgânica e a agroecológica. Existem ainda algumas propostas de agricultura alternativa, mas não tem a preocupação de serem ambientalmente sustentáveis. Muitos povos desenvolveram técnicas agrícolas adaptadas as condições socioambientais locais, conseguindo manter uma produtividade suficiente para atender as suas necessidades sem provocar danos graves ao meio ambiente. Um exemplo muito significativo e que vale uma ressalva, é sobre as comunidades indígenas, que sempre viveram em harmonia com a natureza, mantendo um equilíbrio socioambiental, como um estudo que foi feito sobre os índios Caiapós na região amazônica, o mesmo revelou as avançadas práticas agrícolas de manejo florestal, incluindo cultivo de árvores frutíferas nas aldeias, replantio de árvores, transplante de espécies entre áreas, cultivo de plantas medicinais e manejo de insetos como abelhas e formigas. Outros estudos comprovam que vários grupos indígenas, como os Tukuna, Desâna, Paumari e Cintalarga, além de plantar, fazem seleção genética e cruzamento de plantas para obter frutos maiores ou com características desejáveis.

Uma das práticas mais usuais entre agricultores tradicionais em todo o mundo é o cultivo de policulturas. No Brasil 80% do feijão produzido é plantado junto com o milho, café, mandioca, batata e outras espécies. Rosa (1998) explica que na Nigéria, uma unidade típica de produção pode conter mais de oito espécies, como banana, feijão, goiaba, melão, mandioca e muitas outras. Um exemplo de policultura tradicional que se destaca pela impressionante diversidade de plantas cultivadas são as chamadas hortas familiares da ilha de Java (Indonésia), constituídas pela união de hortas, campos de cultivo, pomares e florestas nativas. A vantagem da prática da policultura é diminuir o risco de perdas expressivas. Assim, caso ocorra o ataque de alguma praga em uma das culturas, provavelmente existirão cultivos mais resistentes e até imunes a tal praga, o mesmo ocorrendo em caso de algum fenômeno climático prejudicial a algumas culturas específicas, como seca ou frio.

Os agricultores familiares vêm mostrando um dinamismo impressionante e uma grande capacidade de resolver os problemas específicos do cotidiano rural. Um exemplo da sua versatilidade é a produção de máquinas e equipamentos leves para a execução de diversas atividades agrícolas. Esses equipamentos desenvolvidos pelos usuários são ideais para o trabalho em policulturas e locais com grande declividade ou que possuem muitas rochas, permitindo seu aproveitamento com menor impacto ambiental. Além disso, eles se enquadram perfeitamente as necessidades e condições locais e oferecem vantagens como baixo custo, redução do desperdício de sementes e adubos e mínima necessidade de manutenção (que, quando necessária, é feita pelo próprio usuário). As máquinas são tracionadas por animais ou microtratores, razão pela qual provocam reduzida compactação dos solos e permitem aos agricultores maior versatilidade.

Muitas propostas alternativas para o desenvolvimento econômico se apoiam nos conhecimentos dos agricultores tradicionais e familiares, por esse motivo, uma preocupação constante de algumas correntes de agricultura sustentável é a preservação cultural desses povos e comunidades, a fim de resgatar seus conceitos e técnicas de sustentabilidade local.

Hoje em dia alguns órgãos governamentais e principalmente ONGs de assessoria de desenvolvimento rural procuram sensibilizar o homem do campo quanto as possibilidades de melhorar substancialmente suas condições de vida e aumentar o retorno econômico de suas atividades. Para isso, propõem pequenas mudanças em suas práticas aliadas a condutas associativas entre os pares. Sobre essa questão Cavalcante assegura que:

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) estão participando cada vez mais da promoção do processo de desenvolvimento econômico com uma maior preocupação social e ambiental. Recursos latentes disponíveis nas suas áreas de influências estão sendo mobilizadas. (CAVALCANTE, 1997, p.128).

Segundo o autor, alguns incentivos sociais têm orientado o homem do campo na sua trajetória, ele aprende a fazer a integração entre criação e cultivo aumentando a eficiência no aproveitamento dos recursos naturais locais, como o dos dejetos das criações de porcos na produção de adubos orgânicos, que por sua vez servem para nutrir o solo onde se plantou o milho que irá alimentar os porcos, mantendo o processo natural de reciclagem. Nesse processo busca-se diminuir o estresse dos animais, reduzindo e até eliminando as rações industrializadas e mantendo as criações em ambientes mais próximos aos naturais. Animais criados nos moldes sustentáveis, alternativos, tendem a ser mais saudáveis, conforme se verificou quando da divulgação dos riscos de bovinos ingleses estarem contaminados pela doença chamada “vaca louca”. Na ocasião, os únicos criadores que conseguiram vender seus produtos foram aqueles que aplicavam técnicas naturais de criação e de alimentação e que, portanto, não corriam riscos de contaminação.

Outra função importante reservada aos animais em algumas propostas de equilíbrio ambiental é o seu aproveitamento como fonte auxiliar de energia e trabalho nas atividades com a terra. Os animais podem, ainda, agir diretamente como controladores de elementos nocivos à agricultura, como é o caso das galinhas-d’angola, vorazes devoradoras de insetos.

Nas últimas décadas vem crescendo o número de propostas ligadas ao cultivo de árvores e ao uso sustentável das florestas. As práticas agrícolas associadas as árvores, são tão antigas quanto a própria agricultura. Com o tempo, os modelos de agricultura dominantes foram descartando as árvores, mas é muito comum encontrá-las nos estabelecimentos de agricultores mais antigos.

Os principais benefícios do uso de árvores são: enriquecimento e proteção dos solos; geração de lenhas e madeiras; sombreamentos para as plantas cultivadas e criações; proteção aos mananciais; aproveitamento dos nutrientes disponíveis no solo (as raízes das árvores funcionam como bombas de secção, trazendo para superfície recursos minerais das camadas mais profundas); melhoria no aproveitamento de energia solar; aumento da produção total da área; redução de ervas invasoras; extração de produtos para uso medicinal.

Diversas propostas encaram as árvores como elementos importantes, ou mesmo centrais, nas atividades agropecuárias. De acordo com Rosa (1998), entre elas destacam-se o cultivo agrícola em consórcio com árvores usualmente exploradas (seringueiras, coqueiros, cajueiros e outras espécies frutíferas, árvores que geram lenhas ou madeiras); pastagem em consórcio com árvores para pousios (descanso da terra); utilização de árvores para regeneração de áreas degradadas; adensamento de vegetais de interesse socioeconômico em matas nativas.

Veiga (2000), explica que entre as várias modalidades de uso de árvores na agricultura, podemos destacar a agrossilvicultura sustentável, trata-se de um sistema de uso da terra no qual são cultivadas árvores em consórcio com culturas agrícolas ou criação de animais. A idéia é construir um agrossistema semelhante a uma floresta recompondo a vegetação, com formas e funções semelhantes às encontradas na natureza. O objetivo principal é aumentar a densidade vegetal por unidade de área e assim diminuir a intervenção de insumos externos e proteger as culturas. A proposta baseia-se no entendimento de que a função de vegetação é controlar as entradas de nutrientes, água e energia.

Outro sistema, trata-se de uma experiência inovadora, desenvolvida numa fazenda do sul do estado da Bahia, a agroflorestação, onde um pesquisador conduziu um projeto de recuperação de áreas agrícolas degradadas, transformando-as em matas biologicamente diversificadas e produtivas, dessa forma o que ele fez foi seguir o conceito de que a “lógica da natureza” deve ser o referencial para se trabalhar com a agricultura.

Outra iniciativa também praticada no Brasil são as reservas extrativistas, é uma proposta que nasceu dos povos da floresta amazônica, tem como objetivo extrair alguns produtos florestais sem desmatar, degradar ou prejudicar o ecossistema. São mais de trinta produtos retirados para comercialização, entre os quais se destacam o látex e outras resinas, castanhas, essências e ervas. Uma característica importante das reservas extrativistas que chama a atenção de muitos socioambientalistas é como se dá o funcionamento de regime propriedade da terra, pertencente a União ou ao Estado, que concedem as famílias dos extrativistas o “direito de coleta” de uma parcela dentro da reserva, e em troca essas famílias cuidam da preservação dessas florestas.

De acordo com Rosa (1998), a silvicultura é também um modelo já praticado no Brasil e que apresenta resultados positivos para as grandes indústrias, trata-se do cultivo de árvores, geralmente usa-se espécies exóticas que sejam estranhas ao ecossistema local. Essas árvores são matéria-prima para vários tipos de empresas, sendo as maiores consumidoras para as indústrias

de papel e celulose, as siderúrgicas e as manufactureiras de móveis. Para garantir suas produções essas empresas investem e incentivam a implantação de reflorestamentos de espécies como o pinus e o eucalipto.

A silvicultura pode ser chamada também de “reflorestamento” e tem provocado o desmatamento da vegetação nativa em várias regiões do planeta, e em muitos casos os reflorestamentos são feitos em terras utilizadas para a plantação de alimentos. Inclusive, está para ser votado na Câmara dos Deputados o novo Código Florestal Brasileiro, onde deputados ruralistas estão investindo fortemente em uma campanha para excluir proteções ambientais e anistiar desmatadores<sup>31</sup>.

Há uma conclamação de ambientalistas e estudiosos brasileiros para que sejam rejeitadas as propostas de alteração do Código Florestal Brasileiro, que aumentam o desmatamento e anistiam crimes ambientais. Qualquer mudança nesta lei deverá fortalecer proteções ambientais e favorecer pequenos agricultores. São muitos os prejuízos provocados pelo reflorestamento, destacando-se a redução de empregos rurais, a diminuição da produção de alimentos, a degradação do solo entre outros.

A silvicultura no Brasil chega a atingir dez milhões de hectares. Essa área corresponde à área ocupada por quatro milhões de pequenos estabelecimentos rurais brasileiros. Para sanar com esse problema, algumas pesquisas estão buscando conciliar a silvicultura com a preservação ambiental, mas, infelizmente, ainda é preciso enfrentar os interesses econômicos que sustentam os reflorestamentos convencionais.

A agricultura de baixos insumos pode ser considerada a resposta da agricultura convencional como críticas a Revolução Verde. Entende-se que as características que marcam a modernização agrícola funcionariam se atendessem as condições dos pequenos agricultores e se tivesse uma preocupação voltada para o meio ambiente.

Direcionada aos agricultores de poucos recursos, a agricultura de baixos insumos tem entre suas preocupações principais o desenvolvimento de propostas economicamente viáveis para os produtos pobres. Ela também procura desenvolver práticas mais sistemáticas em relação ao meio ambiente, reduzindo o uso de insumos químicos bem como a redução dos desperdícios ou perdas de potencialidades do solo.

---

<sup>31</sup>Foi criado pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. O Código estabelece limites de uso da propriedade, que deve respeitar a vegetação existente na terra, é considerada um bem de interesse comum a todos os brasileiros.

Uma vez que os recursos naturais são finitos, procura-se aproveitar da melhor maneira possível os recursos como água, solo, nutrientes e o capital. Para tanto são aplicadas práticas que envolvem o uso reduzido de insumos e a reciclagem generalizada dos restos de culturas e demais sobras.

Esse modelo de agricultura procura evitar o descarte de materiais orgânicos, acreditando-se que a queimada é outro tipo de desperdício agrícola, pois trata-se da eliminação de recursos plenamente disponíveis aos agricultores, mesmo aos mais pobres. Acreditando-se também nessa proposta, comenta-se que:

O caso dos produtores de batata- inglesa usada como semente é um exemplo dessa proposta. Semanalmente, os agricultores aplicavam inseticidas para se precaverem dos pulgões que atacam essas plantações. Mesmo quando não havia presença de tais agentes agressores, era feita a pulverização, que representava um dos maiores gastos para os produtores, além de gerar problemas de contaminação dos produtos, do solo e das águas. Pesquisadores detectaram que 95% dos pulgões encontrados nessas plantações são inofensivos à cultura, partindo desse dado os venenos passaram a ser aplicados apenas quando havia risco efetivo às plantações. (ROSA, 1998, p.77).

Entende-se que as iniciativas simples e baratas melhoram significativamente nas condições de produção, como exemplo apresenta-se o que ocorreu na cidade de Bom Conselho (PE). Rosa (1998) explica que no sertão nordestino, a prefeitura investiu em tecnologia barata e comprou cinquenta juntas de bois, beneficiando 750 famílias em sistema de rodízio.

A agroecologia é a junção dos conhecimentos ecológicos aplicados a agricultura, passando os campos agrícolas a serem denominados agroecossistemas. Muitos estudiosos têm intercalado a biologia e a ecologia para melhor compreender os fenômenos relacionados a agricultura, então surge um novo conceito ecológico utilizado nos estudos agrícolas, é o de *sucessão*. Trata-se de um processo de transformação de um ecossistema no qual as espécies predominantes são gradualmente substituídas, geralmente aumentando a diversidade, a complexidade e o porte do conjunto vegetal. Há um contínuo processo de “preparação” do ambiente para que as formas vegetais criem as condições favoráveis para o desenvolvimento dos ecossistemas.

O conceito de agroecossistema está relacionado ao fato de que os processos agrícolas não devem ser analisados separadamente, portanto, um problema em uma cultura deve ser estudado a partir das características da cultura em questão, das relações desta com o ambiente e dos ciclos de nutrientes a que está submetida.

A sustentabilidade ambiental é entendida, do ponto de vista agrícola, como o equilíbrio dos elementos biológicos com os componentes abióticos do meio ambiente, de forma a estabilizar a produção agrícola em longo prazo, sem esgotar os recursos naturais necessários nem romper os ciclos de nutrientes e os fluxos de energia da natureza. Devem ser incluídos como elementos biológicos, além das plantas cultivadas, todos os organismos vivos dos campos de cultivo.

Na agricultura, a diversidade biológica de espécies é muito importante. Inúmeras pesquisas demonstram que sistemas de cultivos apresentando maior diversidade de espécies vegetais e animais têm melhores condições de desenvolvimento, não necessitando de grandes quantidades de insumos.

Os novos modelos agrícolas procuram reduzir as diferenças entre os agroecossistemas e os ecossistemas por meio de técnicas e princípios como a policultura, a simulação de sucessão, a adubação orgânica, a integração entre cultivo e criação de animais e o aproveitamento da vegetação nativa. Uma planta saudável, vivendo em condições ambientais semelhantes as de sua origem, normalmente terá boas condições de se defender das pragas em geral, pois diversos processos de autorregulação do ambiente impedem a superpopulação do ambiente, ou seja, metade dos insetos se alimenta de outros insetos, outros tantos preferem vegetais e apenas uma pequena parcela se alimenta dos cultivos agrícolas. Dentro desse contexto o autor esclarece que:

Dada a sua importância, os agricultores orgânicos entendem que o solo merece uma proteção especial, principalmente em climas tropicais como o do Brasil. Nesse sentido, além das práticas convencionais de manejo e conservação do solo, são propostas outras técnicas visando preservar e incentivar sua atividade biológica, como a manutenção da sua cobertura, a redução do uso de máquinas agrícolas, a extinção da prática de revolvimento ou aração profunda, a aplicação de adubação verde e outras técnicas alternativas. (ROSA, 1998, p.80)

Na agricultura orgânica há uma maior preocupação com os aspectos ecológicos envolvidos na atividade agrícola, dando maior destaque para os componentes do solo. Os agricultores orgânicos procuram desenvolver culturas sem o uso de agrotóxicos, com a intenção de proteger o meio ambiente, essa questão se aproxima mais da realidade vivenciada nas áreas de assentamento, porque se produz alimentos mais nutritivos, evita-se a intoxicação de agricultores e supostos consumidores, além de ser uma técnica mais econômica para o camponês.

A proposta de agricultura orgânica está sendo adotada nos países desenvolvidos. Rosa (1998) salienta que em 1991 cerca de 3% da agricultura europeia era orgânica. Esse crescimento

é tão significativo que fez surgir um segmento industrial especializado em máquinas, equipamentos e insumos orgânicos.

A agricultura orgânica defende que o solo é um elemento fundamental para o funcionamento de qualquer produção. Um dos lemas de grande importância para a agricultura orgânica é: “deve-se alimentar o solo e não a planta”, pois ele é fonte da vida e, quando equilibrado e biologicamente ativo, resulta em plantas, animais e seres humanos saudáveis.

Frente a perspectiva de melhor qualidade de vida no campo, muitos assentamentos rurais têm optado pelos novos modelos de agricultura, com intuito de garantir a economia do camponês, investindo na produção com pouca renda, mas em compensação, retirando um lucro, ainda que pequeno, mas com qualidade para uma alimentação saudável.

Dentro dos modelos utilizados por assentamentos rurais, a agricultura de subsistência representa uma atividade agrícola destinada à produção alimentícia para a própria família. Geralmente convivem em áreas pequenas e a organização e distribuição do trabalho são feitas entre eles. Frente a essas perspectivas sustentáveis de vida no campo, pode-se dizer que dentro da sistemática que envolve a educação do campo na Bahia, surge a necessidade de se intensificar o sistema educacional como meio de formação do indivíduo que se diz rural e que pretende desenvolver tecnologia agricultável juntamente com proteção ambiental. Assim, será possível classificar o a contextualização histórica, a formação humana e o conhecimento jovem do assentamento Lagoa e Caldeirão, de forma a contemplar as ideias até aqui discutidas.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, FORMAÇÃO HUMANA E CONHECIMENTO JOVEM NO LAGOA E CALDEIRÃO NO SUDOESTE DA BAHIA

*O que não podemos, como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, a favor de que, contra que, a favor de quem, contra quem virá; sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o “inédito viável” demandando de nós a luta por ele.*

*Paulo Freire*

Apropriar-se do espaço rural é meta crucial para o camponês restabelecer suas relações com a vida coletiva e com a natureza. A conquista do assentamento trouxe à tona a possibilidade de resolver os problemas do passado na consciência, trazendo fundamentalmente elementos importantes para a formação da identidade camponesa.

O camponês sofreu sendo apartado da terra, mas conseguiu construir outras significações sociais ao retornar para ela. Nesse segundo momento, o retorno para onde o reconhecimento próprio emerge e começa a ser estruturado através da participação nas ações coletivas nos assentamentos, traz as reflexões que revigoram o estímulo de se fazer presente nas articulações da produção, da distribuição dos bens sociais, nas disputas econômicas, na mística, na ideologia e na política da sociedade.

A vida do Sem Terra deu origem a uma série de ações gestadas nos comportamentos advindos do ritmo de vida nos assentamentos do MST, porque ela gradativamente permite cristalizar a socialização, a formação humana e a práxis social mais duradouras. A reconstrução da ligação com a terra é favorecida e permite a estabilidade. Embora, sua trajetória seja acidentada e carregada de rupturas, os que participam da luta não perdem por completo sua identificação com a terra, mas o processo pode impedir a família de se enraizar nela. Segundo Tarelho (1989, p. 98):

O movimento de luta pela posse da terra em questão nasceu dentro de um espaço, criado pelas Comunidades de Base. Um espaço comunicativo onde se desenvolveram experiências pedagógicas que tornaram visíveis as relações de poder e os conflitos sociais. Enfim, um espaço mediado por concepções e por valores que contribuíram para

a tomada de consciência de estados coletivos de privação, para a reelaboração da noção de direitos instituída e para a afirmação de sujeitos coletivos capazes de ação.

É justamente para essa visão crucial que o pensamento remete, para como o modo de vida Sem Terra expandiu as atividades do MST e consolidou diversas ações, incluindo a experiência coletiva do camponês, envolvendo-os na reconstrução de seus ideais através da elaboração do seu próprio projeto sociocultural. Esse processo de compreensão/reflexão sobre a conquista da terra consolida-se em ações humanas na terra conquistada, para tanto,

A consciência individual articula pensamento, linguagem, percepção, memória, emoção, motricidade, em construção constante, que só ocorre a partir da ação do sujeito na cadeia da atividade humana na qual está inserido. As significações sociais são refletidas e fixadas na linguagem, o que dá estabilidade à realidade, permitindo generalização e assimilação da experiência de vários indivíduos, de muitas gerações, por meio do sujeito. Portanto, as significações mediatizam o reflexo individual do mundo, refratando o que é vivido. Produzem-se, então, os sentidos pessoais, que se utilizam das significações, mas constituem-se na prática de cada um, construindo-se hierarquias de motivos e valores individuais que (re)significam o mundo (CASTELO BRANCO, 2000, p. 26).

Neste sentido, confirma-se a teoria das questões levantadas até aqui, ou seja, a consciência do camponês pela conquista da terra enquanto amálgama da tradição rural, a qual permite aos Sem Terra disseminar suas experiências, ocupando-se do espaço e das relações internas e, como parte de uma esfera mais ampla, externamente, com as vivências e experiências nas ações de espaços institucionais e públicos. Bogo (2000) explica que “o MST por sua natureza é um movimento de massas. Carrega em si uma enormidade de diferenças, hábitos, jeitos, métodos e comportamentos”, (figura 13).

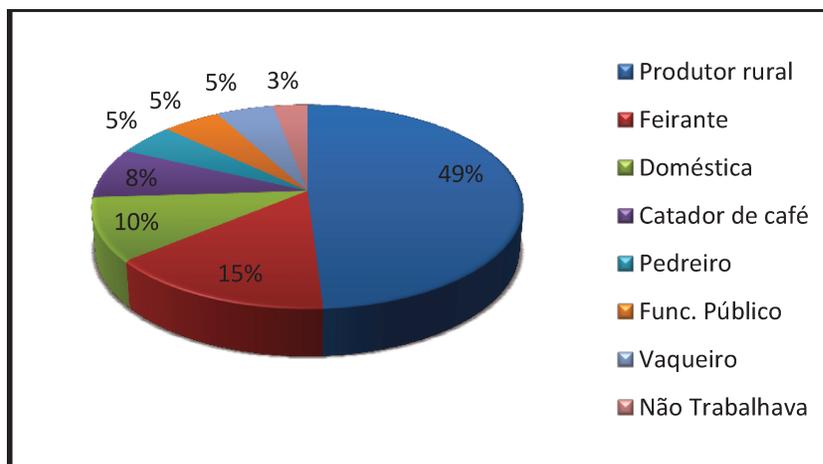


FIGURA 13: Atividades antes exercidas pelas famílias assentadas.

É nesse patamar que se encontra o assentamento Lagoa e Caldeirão, localizado no município de Vitória da Conquista, Bahia, na união de diferentes realidades de vida, como mostra a figura 15%, a junção de experiências diversificadas num só espaço. Nessa perspectiva entende-se que a experiência e a educação são componentes importantes dentro do projeto sociocultural do MST, essa vivência está calcada no perfil do assentado, como visto na figura 13. Dentre as famílias assentadas entrevistadas, 49% são produtores rurais, logo em seguida vem o feirante, 13%, profissional que tem experiência em manusear produtos agrícolas. Esse conhecimento adquirido pelo exercício diário também orienta e converte o pensamento em prática, (reflexão/ação) e conduz, por meio da linguagem, os princípios e experiências educacionais realizadas nos assentamentos, isto porque é na terra que os camponeses poderão expressar as experiências, também educacionais, adquiridas. Parafraseando Caldart (1997), “passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação vinculada com suas necessidades e os desafios da luta pela Reforma Agrária e pelas transformações mais amplas em nosso país”.

Os camponeses de Lagoa e Caldeirão apresentam um perfil bem diversificado. Embora todos exerçam atividades relacionadas com o meio rural, muitos deles trabalharam em outras atividades como: feirante, vaqueiro, funcionário público, pedreiro, doméstica, catador de café e produtor rural. Todos eles sofreram com o processo de modernização agrícola e foram pressionados a deixar suas terras e suas áreas de serviço.

Esses camponeses buscam melhores condições de vida através do seu trabalho, mas o sistema de produção capitalista tem uma tendência a total exclusão social do campo e a desvalorização do trabalho, sujeitando a renda camponesa ao capital.

Dentro dessas representações simbólicas que se encontram os assentados do Lagoa e Caldeirão no interior da Bahia. De acordo com um dos líderes da área Brigada Maria Zilda, os assentados têm muito orgulho de viver ali e isso é passado de pai para filho, porque a luta foi muito árdua até conseguirem a terra, mas com a conquista veio a vontade de trabalhar. O líder é também um assentado e além de ser líder do movimento é também agente comunitário da comunidade. Em entrevista concedida no dia 27/11/2011 ele relata que:

Cada família aqui possui 10ha de terra e são 120 famílias cadastradas. Na minha propriedade trabalham duas pessoas de 4 a 5 dias fazendo a capinagem e preparando a terra para plantar, são dois jovens que cuidam da terra fora do horário da escola, eu pago pelo dia trabalhado, eles trabalham direitinho, tem sentimento pela terra e ainda ajudam

no roçado dos pais. (H.A.C. – Camponês e líder. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Foi explicado, também, por um segundo líder da área, como funciona o sistema de produção do assentamento, já que cada família possui 10ha de terra, desde sua origem até o destino final do cultivo. Fala da sua produção com orgulho e dos resultados obtidos com as sementes crioulas.

O produto que mais se planta é o café, essa plantação vai, no geral, em 1ha, a gente trabalha com semente crioula, são sementes tratadas com produção orgânica e ficam em processo de reserva, depois de plantadas quando nascem o resultado é fantástico (C.D. – camponês e líder. Assentamento Mutum, 27/11/2011).



FOTO 1: Plantação consorciada de feijão e café no Lagoa e Caldeirão.



FOTO 2: Plantação de café no Lagoa e Caldeirão.

De acordo com um técnico agrícola da área, uma grande quantidade de espécies usadas na nossa alimentação é nativa das Américas e foram deixadas pelos indígenas (Astecas, Maias, Incas e outros) como, por exemplo: milho, batata, mandioca, feijão, algodão tomate, pimenta, amendoim, cacau, abóbora e outros. Outras foram trazidas de outros continentes, como o trigo e o arroz, mas já por centenas de anos são conservadas e melhoradas pelas famílias agricultoras. Essas sementes que são conservadas e melhoradas são chamadas de sementes crioulas.



FOTO 3: Plantação com sementes crioulas no Lagoa e Caldeirão.

Essas sementes são um sucesso, eu guardo elas em vasilhas tampadas, sem oxigenação e deixo guardadas durante um tempo, depois ficam prontas para plantar e comercializar, porque já tem muitos agricultores plantando com as sementes crioulas. (C.D. – camponês e líder. Assentamento Mutum, 27/11/2011).



FOTO 4: Sementes crioulas de feijão roxo.



FOTO 5: Sementes crioulas de milho.

Toda essa plantação e cultivo tem o acompanhamento da assistência técnica e os camponeses garantem que é tudo produção orgânica. Os demais cultivos mais comercializados entre os assentados são: o urucum, mandioca, feijão, abóbora, maracujá, que são plantados de forma consorciada, também com destino comercial e consumo próprio, como representada na figura 14.

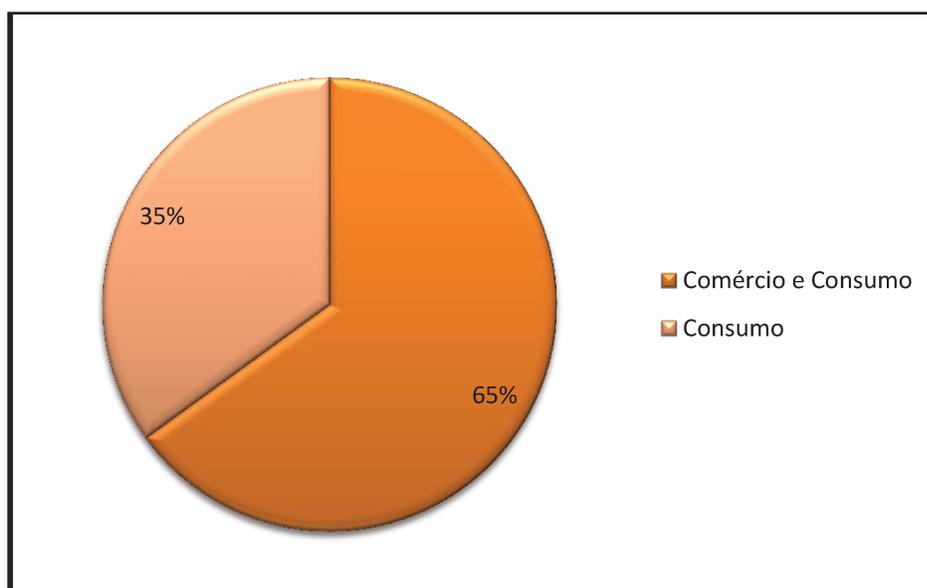


FIGURA 14: Destino da produção.

Esse trabalho realizado pelos camponeses é o resultado positivo da permanência do homem no campo, onde já é possível visualizar o saldo comercial dessa produção, também utilizada para sustentar a família. Percebe-se que, atualmente, 65% da produção representam o comércio e consumo das famílias do assentamento, produção muito superior a de produção de consumo, que se distribui nos 35% que são utilizados apenas para consumo familiar. Isso faz parte da lógica camponesa, em se reproduzir do produto de seu trabalho.

A disponibilidade e continuidade dessas sementes é virtude e missão da agricultura familiar/camponesa e não depende de nenhuma empresa ou país e, são fundamentais para a garantia de segurança e soberania alimentar dos povos. As sementes crioulas são adaptadas aos ambientes locais, portanto mais resistentes, e menos dependentes de insumos. São também a garantia da diversidade alimentar e contribuem com a biodiversidade dentro dos sistemas de

produção. A biodiversidade é a base para a sustentabilidade dos ecossistemas (sistemas naturais) e também dos agroecossistemas (sistemas cultivados).



FOTO 6: Colheita da jaca.



FOTO 7: Colheita da manga.

Outro cultivo muito praticado pelo camponês nordestino dentro dessa área é a mandioca e o feijão que tem muita representatividade comercial em todos os assentamentos da região de Vitória da Conquista e na área da Brigada Maria Zilda, seu cultivo está em um momento de alta produção (fotos 8 e 9). Os camponeses da área revelam que as dificuldades encontradas na terra existem, principalmente na seca, período onde buscam alternativas para fazer pequenos negócios na cidade.



FOTO 8: Plantação de feijão.



FOTO 9: Plantação de mandioca.

Esses camponeses revelam que estar no campo significa ter oportunidade de trabalho de viver dignamente e poder sentir nas mãos o retorno do que produzem, é um sonho conquistado.

Oportunidade de trabalho, de estudo, de possuir a terra. Vida confraternizada. Essa é a característica do meu grupo, nos empenhamos através da luta para que as coisas aconteçam. Somos nós, homens e mulheres fortes e trabalhadores. (C.D. – camponês e líder. Assentamento Mutum, 27/11/2011).

Processo garantido de vida, porque antes a gente estava sem perspectiva e eu pensava: como vou manter minha família? Não tinha condições. Mas aqui valorizei a vida em comunidade, transmitindo e trocando conhecimentos, quando oriento os companheiros. (H.A.C. – Camponês e líder. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

A dificuldade sempre vai existir, mas a luta vale a pena. Já tivemos várias vitórias e uma delas, que é mais importante, eu acho, é ter condições de se manter, de botar alimento na mesa, de trabalhar com dignidade, plantar e colher. A água é o mais difícil, mas todo mundo trabalha junto. Ah! E a questão da saúde também que precisa melhorar. Fora isso a vida é de muita paz, não conseguiria viver na cidade. (R. S. – Camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Foi possível averiguar que as plantações de grande parte dos assentados, nesse momento do ano, estão em alta, no momento melhor da colheita. Segundo o líder da área, tem havido a melhoria na produção e no rendimento da produtividade, devido ao bom uso da terra, através da consciência coletiva ambiental, como nos revela a figura 15.

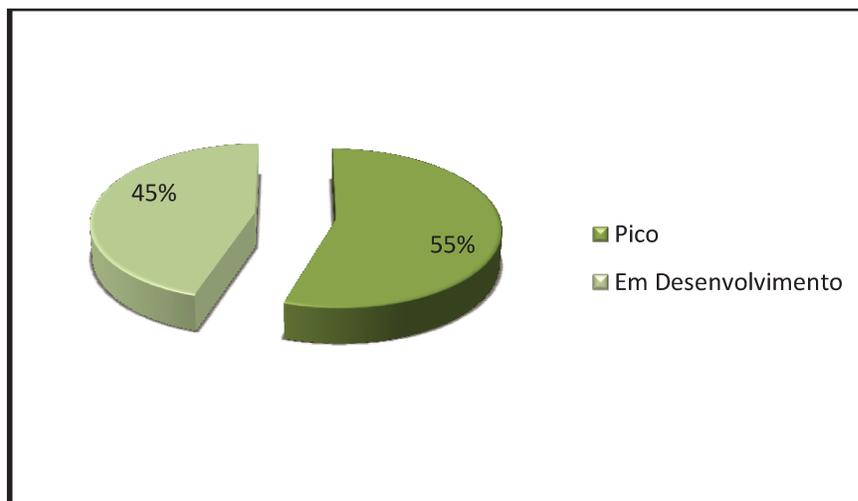


FIGURA 15: Estágio da produção.

Dois dos entrevistados explicam que os camponeses já estão no assentamento há mais de 15 anos e isso faz com que essa vivência com a terra traga mais consciência e cuidados com a produção.

Nóis procura acompanhar o período de chuvas, tempo da água e neblina e como praticamos a agricultura e a pecuária bovina, a gente procura organizar os dois direitinho, pra não misturar. (E. P. – Camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Quem tem vontade de trabaiaá, consegue resultado, quem investe na produção e na criação tem retorno, sim. Antes alguns amigos queriam o produto agrotóxico, que era mais rápido, depois dos curso e das primeiras colheita, percebemos que era bom e econômico. (J.C. – Camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Diante destes fatos é que entende-se que a identidade rural consolida-se no momento idêntico de reconhecimento mútuo entre os camponeses que se lançaram nessa mesma luta para conquista da terra. Em outras palavras, esse processo configura-se nas definições do acesso ao espaço para a constituição de uma identidade social, pautadas nas possibilidades de formação pessoal de seus membros, além do controle sobre o próprio tempo de trabalho, um modo de vida com finalidades próprias, diferenciadas daquelas definidas pela classe dominante. Ferrante (2000, p.7) conceitua esse modo de vida como “um espaço de articulação de práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais e mecanismos de decisão política”. Assim, os camponeses do Lagoa e Caldeirão construíram uma forma de olhar o mundo através da conquista da terra almejada e a garantia da permanência no seu espaço.

### 3.1. O ASSENTAMENTO LAGOA E CALDEIRÃO, TERRA ALMEJADA

*Curvas do Rio*

*Vô corrê trecho  
Vô percoráu 'a terra preupodêtrabaiá  
Prá vê se dêxo  
Essa minha pobre terra véiadiscansá  
Foi na Monarca a primeira dirrubada  
Dêrna d'intão é sol é fogo é tái d'inxada  
Me ispera, assunta bem  
Inté a bôcadas águaqui vem  
Num chora conforma mulé  
Eu volto se assim Deus quisé*

*Elomar Figueira Melo*

A letra poética de Elomar, cantor consagrado da arte nordestina e nascido em Vitória da Conquista, retrata a vida do camponês nordestino, que buscou no movimento social a chance de voltar a terra. Muitos deles chegaram no Lagoa e Caldeirão, um assentamento rural do MST, implantado em uma área que apresenta problemas no âmbito social, ambiental e econômico, o que torna a prática de algumas alternativas de subsistência para a agricultura do local, um suporte importante para sanar alguns desses problemas. Para tanto torna-se importante o seu estudo, a fim de se averiguar as características diferenciadas existentes da área como a produção, a preservação ambiental, partindo da observação direta da sua localização, do seu histórico, características físicas, infraestrutura, aspectos socioeconômicos, até a representação do perfil de seus assentados e, conseqüentemente, na educação voltada a promoção da melhoria das condições de vida dos assentados.

#### 3.1.1. Localização da Área

O assentamento Lagoa e Caldeirão localiza-se nas proximidades do Distrito de Veredinha no município de Vitória da Conquista/BA. O acesso se dá pela BR-116 no sentido Vitória da Conquista/Sul do país. O município está localizado na região Sudoeste da Bahia, como demonstra o mapeamento da figura 16. Segue-se até o Distrito de Veredinha a cerca de 75km da cidade de Vitória da Conquista, percorre-se mais cerca de 15km, entrando pela margem esquerda da rodovia, até chegar ao assentamento.

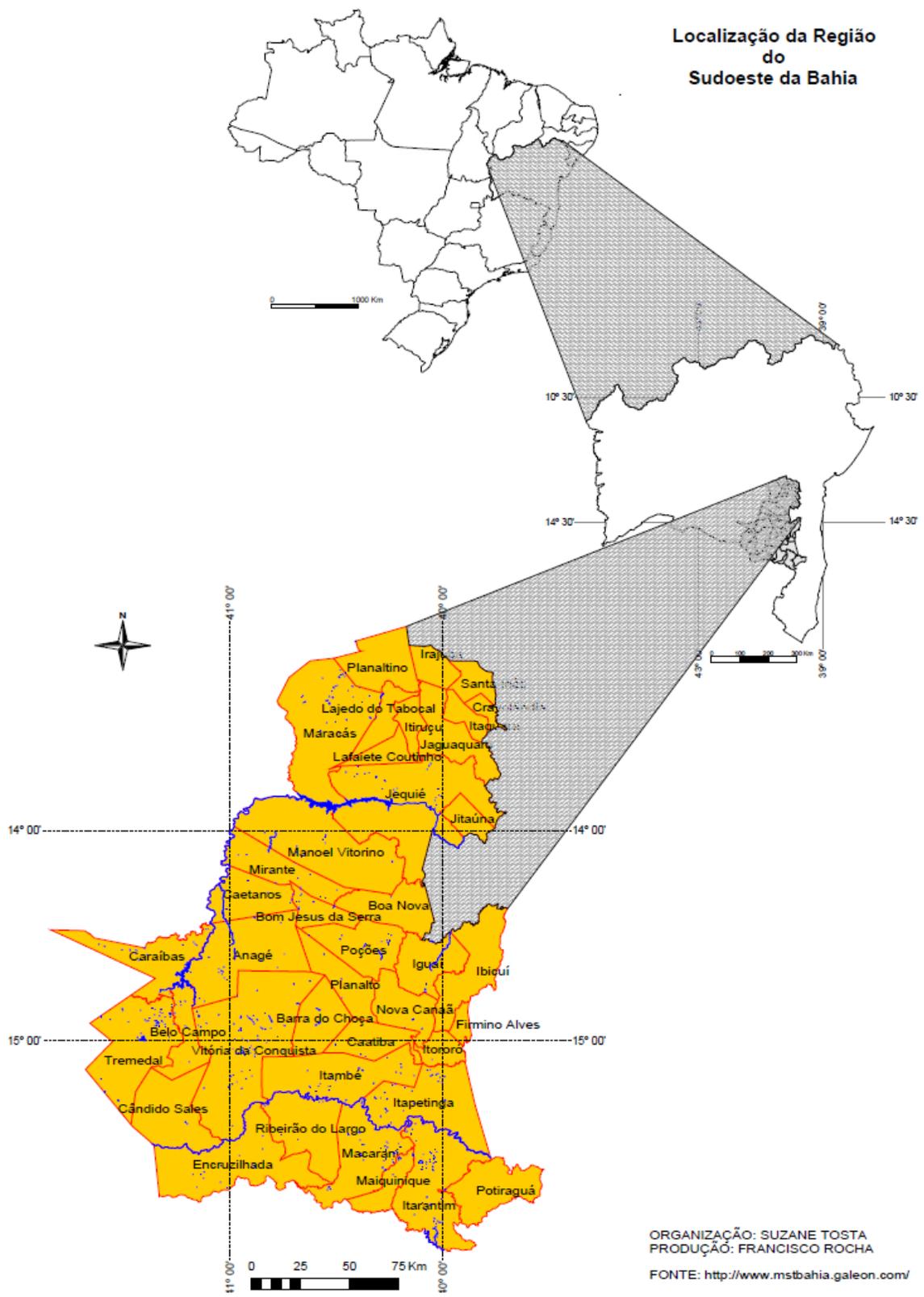


FIGURA 16: Localização da região Sudoeste da Bahia.  
 (FONTE: ROCHA e SOUZA, 2008)

Essa área situa-se na região conhecida como Chapadão onde encontra-se mais quatro assentamentos vizinhos: Conquista da Rio Pardo, Cipó, Olho D`água e Mutum, todos localizados na estrada BA- 415 que liga Vitória da Conquista ao município de Itambé- Ba. O assentamento faz limites ao Norte com Cipó, ao Sul com o Olho D`água, ao Leste com algumas fazendas vizinhas e a Oeste com o assentamento Mutum (ANEXO C).

De acordo com as informações obtidas com o Projeto de Pesquisa e Reforma Agrária na Região do Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nos assentamentos rurais, o Lagoa e Caldeirão enfrenta grandes problemas devido a falta de uma boa infraestrutura, adequada as demandas das famílias assentadas e deficiência no sistema de saúde.

Para compreender o potencial dessa área, foi necessário descrever com mais detalhes algumas questões relevantes, para apreender todo o funcionamento do quadro humano e material do assentamento, a fim de se entender o desenvolvimento econômico que movimenta a comunidade.

### 3.1.2. Histórico

O assentamento Lagoa e Caldeirão foi criado em 12 de setembro de 1995, sob orientação do MST. No início o INCRA constatou que a área era passível de Reforma Agrária e cadastrou 120 famílias, somando-se um número de 1022 pessoas, aproximadamente. Parte do crescimento populacional do assentamento se deve a fatores como casamentos, nascimentos, chegada de parentes e trabalhadores rurais vindos de outros assentamentos. Porém, os assentados não cadastrados não eram reconhecidos pelo INCRA, portanto não beneficiados com o crédito, sobretudo poderiam ter acesso a serviços fornecidos pelo município como educação, saúde e transporte.

O assentamento tem 1507 hectares. Em 1995, o processo de ocupação contou com a presença de trabalhadores rurais de várias localidades, como essas demonstradas na figura 17 a seguir, sendo a maioria oriunda de Vitória da Conquista.

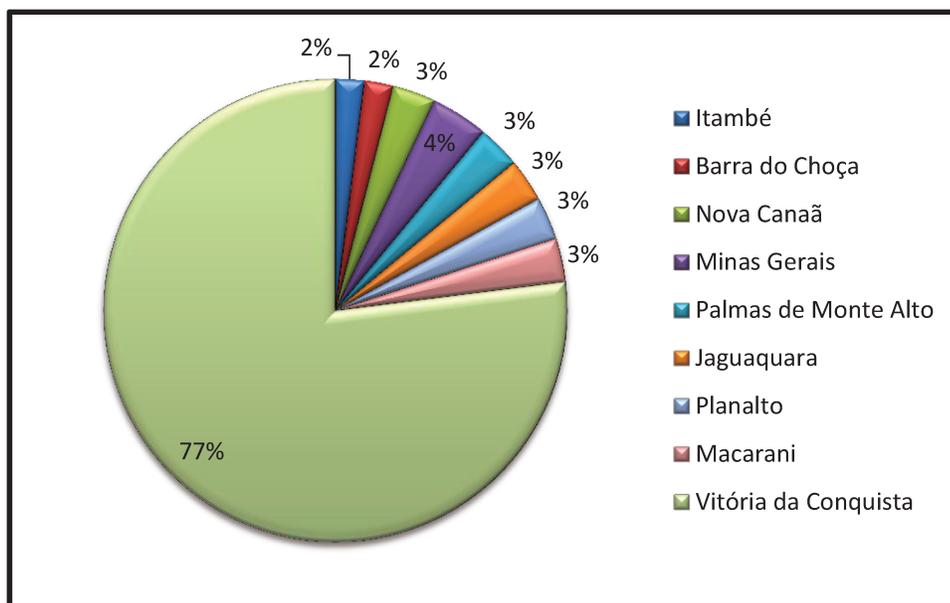


FIGURA 17 – Cidades e Estados onde viviam os assentados.

Esses trabalhadores rurais foram mobilizados pelos militantes do MST, da CPT e posteriormente pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O processo de luta pela terra já estava sendo discutido há algum tempo pelos assentados, orientados por essas entidades, porém essa conquista só foi concretizada em 1995.

Algumas famílias desse assentamento eram influenciadas por políticos da região, essa situação trouxe sérios problemas para essa comunidade, ao questionarem o posicionamento político do MST. Essa postura se transformou em conflitos que ocasionou a expulsão de 20 famílias do assentamento, visto que:

[...] perdendo a dimensão da luta pela terra, por via de um movimento social, consideravam-se legítimos proprietários dos lotes, desconhecendo que o que rege o movimento é a posse e o uso da terra, que não pertence ao assentado (e sua família), mas é pública, em que o assentado possui apenas o direito de explorá-la para garantir a reprodução da família. (SOUZA, 2008, p. 511).

Atualmente essas famílias já estão distribuídas em lotes de 10 hectares, com mais 10 ha no coletivo<sup>32</sup>. Nessa área é realizado trabalho através de grupos distribuídos durante a semana, tudo que é produzido no lote coletivo é repartido pelas famílias do assentamento e comercializado nas feiras livres da região. Para realizar esse trabalho é disponibilizado um trator,

<sup>32</sup> Coletivo é um lote da área reservado para a produção e criação, destinada a todos os assentados que trabalham juntos em prol do desenvolvimento do próprio assentamento.

um caminhão, além de um curral com um tronco para 150 animais. Na produção coletiva são desenvolvidas experiências alternativas com mandioca e cana. Cada família possui uma casa no conjunto da agrovila, (foto 10). Vale destacar que nem todos os assentamentos da região possuem agrovilas, existem outros que possuem residência no próprio lote.



FOTO 10: Agrovila do Lagoa e Caldeirão.

### 3.1.3. – Características Físicas

Existem vários fatores condicionantes para o uso potencial do assentamento, segundo levantamento técnico do INCRA, entre eles destaca-se o clima, analisado segundo a classificação de Köppen<sup>33</sup>, o clima da região é do tipo Cfb1, mesotérmico, caracterizado por temperaturas amenas em função da altitude elevada, sendo a temperatura média anual de 20°C; precipitação média anual na faixa de 750 a 900mm; evapotranspiração potencial 1000mm; pluviosidade entre 750 a 1000mm anuais com chuvas relativamente bem distribuídas durante o ano todo. Sua pluviosidade poderá ser melhor visualizada na figura 18, que confirma as informações cedidas pelos técnicos agrícolas do MST, ocorrendo as maiores precipitações entre os meses de outubro e março.

---

<sup>33</sup> A classificação de Köppen é o sistema de controle global dos tipos climáticos mais utilizados em Geografia, climatologia e ecologia. A classificação foi proposta em 1900 pelo climatologista alemão Wladimir Köppen, tendo sido por ele aperfeiçoada em 1918, 1927 e 1936 com a publicação de novas versões, preparadas em colaboração com Rudolf Geiger, então o nome - Köppen-Geiger.

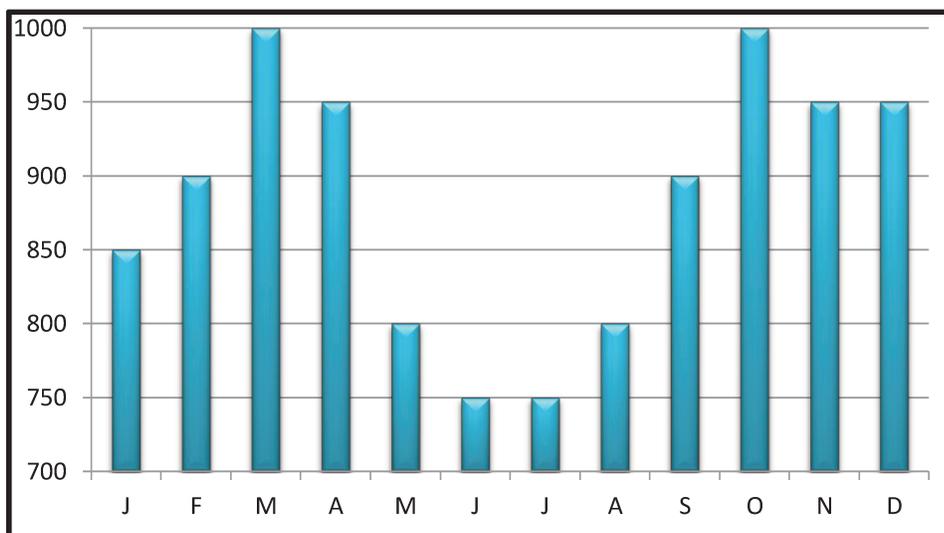


FIGURA 18: Levantamento pluviométrico da área (mm), 2010.

No período seco, que ocorre nos meses mais frios (maio, junho, julho e agosto), há quase sempre formações de nevoeiro e orvalho, estes são aproveitados pelas plantas para suprimento de água, o que atenua a pouca precipitação desse período. Pode-se dizer que o clima é sub úmido, representante de uma zona de transição entre o clima úmido das regiões litorâneas e o clima seco do Sertão.

Segundo os técnicos agrícolas da área, o assentamento possui uma reserva florestal (foto 11) que corresponde a 20% da área total, é bem característica da chamada “mata de cipó” ou floresta estacional latifoliada caducifólia não espinhosa sem palmeiras, a qual apresenta as seguintes características: árvores altas de 10 a 12m de altura, com diâmetro pequeno a médio, alta densidade (nº de árvores/área), com pouca presença de palmeiras e plantas espinhosas, grande presença de lianas (cipós) e muitas espécies das famílias rubiáceas, euforbiáceas, violáceas, com as seguintes espécies representativas:

*Cipós* – Escada de macaco (Bauhinia);

*Cipó-Branco* – (Lundiasp);

*Cipó-Cururu* – (Paulínia sp);

*Árvores* – Braúna (Schinopsis brasiliensis);

*Sucupira* – (Pterocarpus abruptos);

*Pau-D`álho* – (Galesiasp).



FOTO 11: Área de reserva florestal.

Cada assentamento da região possui 20% da sua área destinada a preservação ambiental. Essa é uma das iniciativas do MST na tentativa de conscientizar os assentados quanto a importância de se preservar o meio ambiente e produzir em ritmo de equilíbrio com a natureza através de aspectos socioambientais, como aqueles descritos no capítulo 2. Constitui-se em fundamental atuação, conciliar o desenvolvimento econômico de produção com a preservação do meio ambiente através do cuidado com a natureza.

O relevo do assentamento em sua maior parte é plano a suave ondulado, 60% da área, apresenta tabuleiros intercalados por boqueirões, com relevo fortemente ondulado, sendo sua altitude em torno de 800m.

Os jovens do assentamento aprendem na escola, através da disciplina Técnicas Agrícolas e através dos cursos recebidos pelos técnicos agrícolas da área a conhecer o potencial das suas terras, através da classificação do tipo de solo, segundo levantamento exploratório realizado pelo INCRA na região. Nessa localidade encontram-se os seguintes tipos de solo: Latossolo Vermelho Amarelo Eutrófico e Podzólico Vermelho. A formação geológica e litológica é argilo/arenoso, recobrimdo o calcário Bambuí<sup>34</sup>.

Essas são classificações dos tipos de solo que tem como fortes características a fertilidade baixa a média, permeabilidade moderada, declividade de superfície plana a ondulada, erosão

---

<sup>34</sup> Feições geológicas que apresentam-se como "canaletas" de dissolução que, ao se desenvolverem muito, formam formas de pequenas pontas ou pináculos nas rochas. [http://vsites.unb.br/ig/glossario/fig/lapies\\_calcarioBambui\\_BomJesusLapa\\_BA.htm](http://vsites.unb.br/ig/glossario/fig/lapies_calcarioBambui_BomJesusLapa_BA.htm).

laminar (ligeiramente no horizonte A), inundação inexistente, drenagem excessiva, pedregosidade ausente e erosão sem sulcos.

Os solos caracterizados Podzólico Vermelho, indicam que estes solos estão situados em seus locais de eleva o, com forma o geológica e litológica do cretáceo arenito, cujo material originário   decomposi o do arenito e do calcário com influência de cobertura de material argiloso, ou seja, solo com capacidade para desenvolver uma boa planta o (fotos 12 e 13).

De acordo com jovens assentados:

A gente trabalha com a terra sabendo o que está fazendo, temos um pouco de no o de como lhe d  com o trato d  terra e a planta o. Nas terras do lote coletivo a gente já sabe que o que a gente plantar vai d . (G. M. Jovem camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

A terra   seca, quando chove não   o bastante, dá muito trabalho mas vale a pena e sabendo como tratar a terra, saber em que terreno a gente está pisando   muito bom. A gente aprende também a tratar a terra com produtos orgânicos. (A. S. Jovem camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Meu pai sempre diz que a terra precisa descansar, quando a gente cuida vem bons frutos. O tempo seco   ruim,   muito difícil, mas aprendemos a cuidar da terra mesmo assim. O importante   que depois temos bons resultados. (B. L. Jovem camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

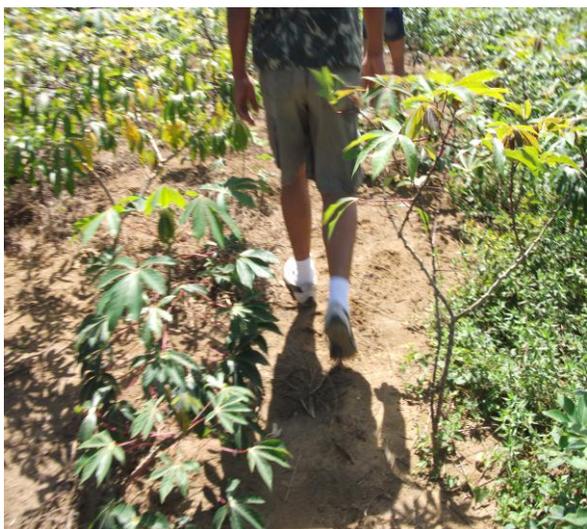


FOTO 12: Planta o em área de solo Podzólico Vermelho.



FOTO 13: Planta o orgânica

Considerando-se os fatores físicos da região, tais como solo e clima, conclui-se que a capacidade de uso das terras do assentamento é bastante diversificada, podendo ser explorada da seguinte maneira:

Pecuária extensiva e semiextensiva com criação de bovinos, equinos e caprinos.

Agricultura com plantio de café, cana-de-açúcar e culturas de subsistência tais como milho, mandioca, feijão entre outros.

#### 3.1.4. Infraestrutura

Além da agrovila, existem outras benfeitorias já realizadas na área, como por exemplo, cinco poços artesianos, 30km de rede elétrica, além das duas escolas, uma primária e outra de ensino fundamental.

O abastecimento de água é viabilizado por grandes poços artesianos que funcionam por meio de eletricidade e distribuem a água na agrovila, onde são depositadas em tanques. Nos lotes o abastecimento é feito por meio de baldes d`água carregadas no lombo de animal. Porém essa realidade irá mudar com a chegada da adutora do Rio Pardo.

Segundo o entrevistado, líder da área, o INCRA/BA dará início as obras para construção da Adutora do Rio Pardo, contemplando os anseios dos assentados em realizar o sonho de ter água encanada, dando fim a uma demanda histórica por água potável, ou seja, 2,4 mil pessoas, de seis assentamentos em Vitória da Conquista.

Para a tão esperada realização foi organizado um evento no dia 16/12/2011, para a chegada das máquinas o qual ocorreu no assentamento Lagoa e Caldeirão, as mesmas darão início as obras (fotos 14 e 15).



FOTOS 14 e 15: Máquinas para a obra da Adutora do Rio Pardo.

A chegada dessa obra foi mais uma vitória nossa, porque pressionamos o INCRA e o governo, significando que nossa união e nossa luta não tem que acabar, que estamos fortalecidos naquilo que acreditamos. (C.D. líder camponês. Assentamento Mutum, 16/12/2011).

O evento contou com a presença de representantes políticos da região e do município de Vitória da Conquista, que, aliás, como disse o líder C.D., a prefeitura, que é do PT, não tem prestado os serviços necessários para comunidade como, por exemplo, a reforma da escola.

Como eles são do PT e eles tem um histórico de apoiar nosso movimento (MST), eles vieram, pelo menos, dá apoio e acompanhar o representante do governador Jaques Wagner, Sr. Paulo César Lisboa. (C.D. Líder camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 16/12/2011).



FOTO 16: Prefeito de Vitória da Conquista.



FOTO 17: Políticos da região.



FOTO 18: Propaganda da Prefeitura.



FOTO 19: Evento no Lagoa e Caldeirão.

Participaram do evento o gestor da Secretaria Estadual de Relações Institucionais, Paulo Cézar Lisboa, representando o governador da Bahia, Jaques Wagner; o diretor de Desenvolvimento do Incra, Luiz Gugé Santos Fernandes; o deputado federal, Valmir Assunção; e os deputados estaduais, Marcelino Galo e José Raimundo Fontes.

O dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST na região Sudoeste, também acredita que a adutora vai transformar, para melhor, a vida de milhares de pessoas, em entrevista ele diz:

Essa obra sempre foi um desejo de todas as famílias assentadas na região do Chapadão. Uma reivindicação de mais de uma década que a gente tem junto ao Incra e isso representa uma mudança na vida dessas pessoas, pois elas vão ter acesso à água nas suas residências, que é a maior dificuldade enfrentada no momento. Com certeza, a adutora vai contribuir para a permanência da população nos assentamentos e para melhorar a produção agrícola. (V.R. Dirigente do movimento. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 16/12/2011).

O assentamento ainda não possui esgotamento sanitário, porém, tem-se a preocupação com a higiene local, ressaltando a atenção para que não ocorra a contaminação da água e do solo do referido local.

O transporte utilizado (figura 19) pelos assentados é disponibilizado pela empresa de ônibus coletivo Passaredo, que trafega na área duas vezes por dia, de segunda a sábado, com valor de R\$ 7,00 a passagem.

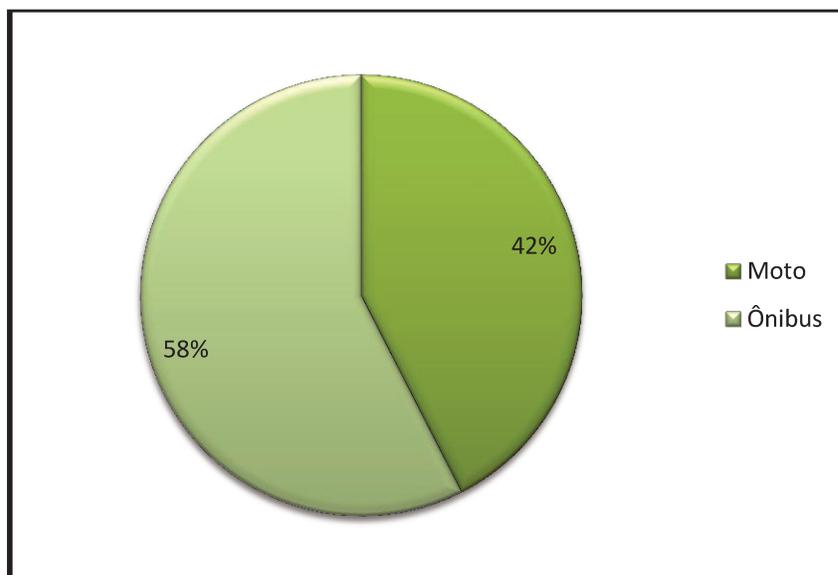


FIGURA 19: Transporte mais utilizado para cidade.

Os assentados costumam fazer esse percurso pelo menos duas vezes na semana para cidade de Vitória da Conquista, para comprar bens comuns e vender seus produtos, 58% dos usuários já acostumaram com a viagem e alegam que o transporte é seguro, embora a estrada seja de terra vermelha e tenha algumas passagens perigosas, principalmente na época das chuvas, mas é sempre uma viagem muito tranquila, (foto 20). Os 42% dos assentados que viajam de moto, é porque possuem esse veículo e vão poucas vezes à cidade de moto, geralmente utilizam esse veículo para trafegar pela região.

Esse ônibus é cedido pela prefeitura de Conquista, a gente, do movimento, conseguiu depois de alguns pedidos e algumas visitas lá na prefeitura. Conversamos com o Secretário de Transportes. Então, através dele ganhamos o ônibus da Passaredo. Eles, junto com alguns líderes do movimento ajudaram a organizar o melhor horário da gente ir para cidade, que é bom, porque a gente vai no médico, hospital, na feira. Comprei o presente de aniversário da minha filha. É bom. (A. M. C. – Camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).



FOTO 20: Transporte confortável e seguro.

Existe também a preocupação com a coleta de lixo que é feita diariamente através de mutirão, onde, em área específica, todo material recolhido é incinerado, principalmente o lixo não biodegradável, transparecendo a conscientização no tangente a conservação da área como um todo, evitando a proliferação de doenças transmitidas por insetos e outros tipos nocivos. Esse trabalho de reflexão consciente é feito por projetos desenvolvidos pela escola e nas reuniões dos assentados com coordenadores.

Sendo a habitação imprescindível ao resgate da dignidade dos camponeses assentados, haja vista, que por muito tempo essas famílias ficaram restritas a condições precárias de moradia (barracos de lona), hoje os mesmos contam com casa própria, onde cada residência possui uma sala, dois quartos, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço, o que propicia uma melhor qualidade de vida (fotos 21 e 22).



FOTOS 21 e 22: Casa da agrovila por fora e por dentro.

O Tratamento da saúde no assentamento é acompanhado por um médico e um dentista que comparecem uma vez no mês e duas enfermeiras disponibilizadas pela prefeitura de Vitória da Conquista, que dão assistência diária. Reside no assentamento um agente de saúde que dá assistência em todas as casas, trabalhando na orientação quanto aos cuidados que devem ser tomados em relação a certos tipos de doenças. Os problemas de saúde mais sérios e urgentes são encaminhados para os hospitais em Vitória da Conquista. Existe um posto de saúde, mas atualmente está fechado e não tem dado assistência necessária para a população.

### 3.1.5. Aspectos socioeconômicos

De 1997 até os dias atuais, segundo o relato dos próprios assentados, a qualidade de vida melhorou consideravelmente com as novas alternativas utilizadas na agricultura de subsistência (sem agrotóxicos), conhecida como um sistema de produção agrícola que visa a sobrevivência do agricultor e sua família. É utilizada através de recursos técnicos pouco desenvolvidos destinados a baixa produção. Esse sistema é válido porque aproxima mais o trabalhador rural ao campo, dando-lhe oportunidades para investir mais e melhor na sua produção, priorizando a sua economia, já que não pode acompanhar a produção de grandes fazendas exportadoras, mas pode garantir a alimentação da família e a tentativa de ampliar a produção para a pequena comercialização. Para que isso fosse possível, os camponeses puderam contar com sua experiência no campo. Assim, de acordo aos resultados obtidos com as famílias entrevistadas. Pode-se averiguar na figura 20 que vinte e cinco delas já moram no campo há mais de 15 anos.

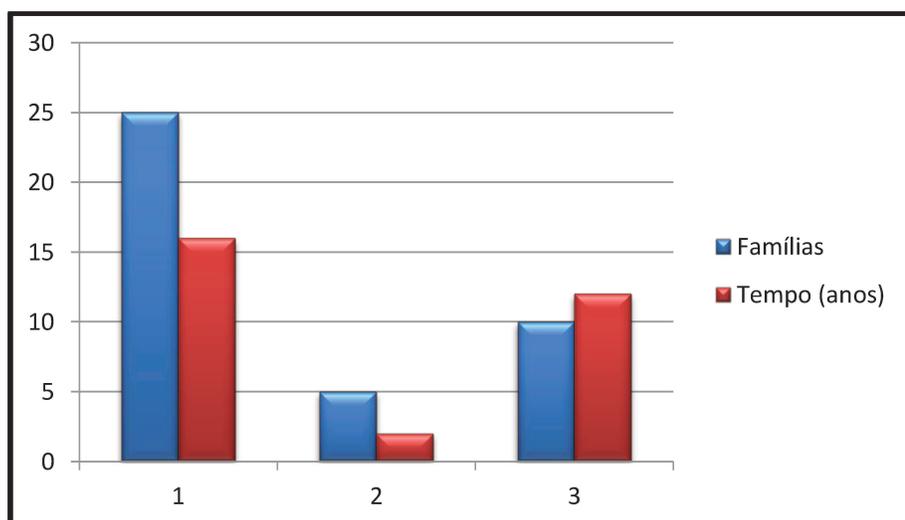


FIGURA 20: Tempo de moradia.

De acordo com o presidente da Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Lagoa e Caldeirão Ltda (COOPLAC), os primeiros projetos de produção fracassaram porque alguns camponeses não tinham muito conhecimento com a terra e aplicaram de forma ineficiente os créditos que receberam para produção agrícola, conseqüentemente, não tiveram retorno e adquiriram a dívida junto ao Governo Federal, mas com algumas mobilizações em Brasília eles conseguiram renegociar a dívida.

Para melhor aproveitamento dos lotes implantou-se o plantio consorciado que representa um melhor aproveitamento da área, significando maior diversificação de culturas plantadas, bem como, maior produtividade e um melhor incentivo econômico, o que ajuda na superação das dificuldades trazidas com a época das secas, entre outros problemas, sanar as despesas da família.

Nesse processo, essas famílias contam com a participação dos jovens na produção e na organização interna do assentamento. Essa atuação constante dos jovens requer dedicação na vida de militante sem terra, agora, camponês assentado.

#### 4. ATUAÇÃO DO JOVEM CAMPONÊS NO ASSENTAMENTO LAGOA E CALDEIRÃO

Vem teçamos a nossa liberdade  
Braços fortes que rasgam o chão  
Sob a sombra de nossa valentia  
Desfraldemos a nossa rebeldia  
E plantemos nesta terra como irmãos!  
Vem, lutemos punho erguido  
Nossa força nos leva a edificar  
Nossa pátria livre e forte

Construída pelo poder popular  
Braços erguidos ditemos nossa história  
Sufocando com força os opressores  
Hasteemos a bandeira colorida  
Despertemos esta pátria adormecida

O amanhã pertence a nós trabalhadores!  
Nossa força resgatada pela chama  
Da esperança no triunfo que virá  
Forjaremos desta luta com certeza  
Pátria livre operária camponesa  
Nossa estrela enfim triunfará!

Hino do Movimento Sem Terra  
(Letra: Ademar Bogo; Música Willy C. de Oliveira)

Os jovens do Lagoa e Caldeirão gostam da vida no campo e acreditam num futuro promissor tanto para a economia como para a educação do assentamento. Essa análise foi possível mediante a aplicação dos procedimentos metodológicos, o que possibilitou entender como os jovens participam da vida camponesa.

Dentro da perspectiva metodológica, a pesquisa teve orientação quantitativa e qualitativa para contemplar as questões pensadas nos objetivos, sendo que ela foi dividida em três fases: a) levantamento bibliográfico (obras documentadas acerca do MST, mapas regionais); b) utilização de questionários para coleta de dados, entrevistas, fotografias, visitas à escola do assentamento; c) sistematização de resultados.

De acordo ao exposto, a metodologia utilizada nesta pesquisa priorizou o estudo de campo como um processo que norteará a práxis e fundamentará as reflexões sobre a educação do campo. Dentro desse contexto, foram avaliados dados referentes à implantação de escolas nessas áreas e a qualidade da educação oferecida para os jovens do assentamento.

Também como procedimentos metodológicos, foram desenvolvidas leituras teóricas, as quais ajudaram na aplicação do método selecionado, o que permitiu visualizar o desenvolvimento da educação ao longo dos dezesseis anos de fundação do assentamento, bem como, a implantação do sistema pedagógico no campo, sendo possível realizar um minucioso exame de suas particularidades e da totalidade no quadro agrário que se estabelece para além do regional.

Foi necessária a utilização do método estatístico, o qual teve o assessoramento de coordenadores pedagógicos, professores e diretores do Lagoa e Caldeirão para, a partir da tabulação dos dados, apresentar percentuais relativos a educação e o histórico do assentamento, o que possibilitaram conhecer a evolução do campo pelos moldes da educação.

Tendo em vista esses procedimentos e o estudo realizado, é que foi investigada a formação educacional dos jovens no assentamento Lagoa e Caldeirão. Desenvolveu-se, a partir do amparo nas questões práticas e teóricas, reflexões fundamentais as quais resgataram os valores humanos, sobretudo, aqueles inerentes a formação da cidadania e da conquista da terra por parte dos jovens assentados, ressaltando uma temática atual, sobretudo no assentamento em estudo, que envolve a educação e o desenvolvimento do campo brasileiro.

Observou-se que a atuação dos jovens é fundamental para as discussões sobre a organização do espaço que eles mesmos compõem. Existe um trabalho coletivo de troca de experiências que valoriza o convívio entre as famílias e o jovem está sempre presente, participando das decisões. Eles entendem que já são assentados, mas que a luta deve continuar.

Eu gosto de morar aqui, já me acostumei com a vida no campo, é tranquila, já tentei morar na cidade com minha tia, que mora em Vitória da Conquista, mas não gostei da escola e senti falta daqui. (P. A. – Camponesa. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Eu vivo aqui por acreditar no que faço. Eu e minha família fomos vitoriosos nessa conquista, foi difícil consegui, mas com a conquista ganhamos casa, terra para plantar e toda nossa luta vale a pena. Ajudo meu pai na produção, estudo aqui mesmo, agora em dezembro termino a 8ª série. (B. O. – Camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Eu também não quero sair do assentamento, mas eu moro no Mutum e estudo aqui, no Caldeirão, faço a 8ª série e esse ano participo da formatura. Eu gosto de ir na cidade, passear e comprar algumas coisas mas pra morar eu gosto muito daqui, a gente participa de uns projetos muito bons da escola, tem gincana. Eu também ajudo minha mãe e meu pai na plantação e colheita. (C. S. – Camponesa. Assentamento Mutum, 27/11/2011).

Os instrumentos utilizados na coleta de dados qualitativos foram obtidos através das entrevistas realizadas de forma individual/familiar. Tais informações complementaram as vivências junto à comunidade do assentamento. Dentre os resultados obtidos, foram privilegiadas as informações referentes à participação dos jovens na dinâmica social do assentamento como: participação política, lazer, atividades comuns, escolaridade, composição familiar, renda familiar, envolvimento com a escola e perspectivas para o futuro no campo.

Por meio de documentos, buscou-se, ainda, identificar o processo de proletarização dos camponeses, sendo que eles enfrentaram com grande resistência no sentido de continuarem em seus espaços de produção social. Junto a essas constatações, entender como funciona o papel do jovem camponês que acompanha sua família na vida do campo.

Assim, os dados coletados, referem-se à realização de entrevistas e aplicação de questionários, participação em eventos ocorridos no assentamento, bem como, a pesquisa de documentos e elaboração fotográfica.

Além da utilização de fontes documentais, houve a consulta a trabalhos já realizados sobre os problemas que assolam o campo brasileiro, primordialmente os que abordam a região Sudoeste da Bahia. Pesquisou-se, também, os dados disponibilizados pelo INCRA, CPT, IBGE, ONGD, e o MST, dando significado fundamental para a realização da pesquisa, que objetivou analisar a formação educacional dos jovens do movimento.

Mediante a metodologia foi possível observar a construção da autonomia e integridade humanas dentro de suas possibilidades e dimensões na totalidade social e na perspectiva de uma relação dialética entre teoria e prática, orientadas de acordo ao método adotado – o materialismo histórico dialético.

Dentre os 40 jovens entrevistados, verificou-se que o gênero masculino predomina na população jovem do assentamento, somando 65% masculino sobre 35% feminino, como apresentado na figura 21.

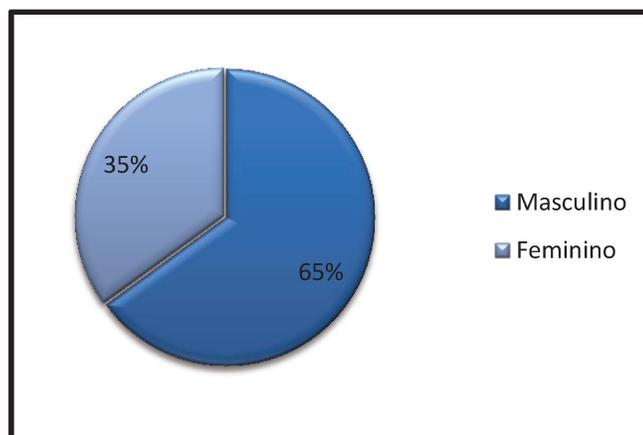


FIGURA 21: Gênero dos jovens entrevistados.

Os jovens também participam da organização política e eventos culturais de outros assentamentos por toda a região do Sudoeste, fortalecendo a continuidade da luta e a busca de melhorias para os assentamentos, bem como, a melhor forma de sanar os problemas que atingem a vida no campo.

A metodologia aplicada também contemplou a amostragem de 33,3% no universo de 120 famílias cadastradas no assentamento, ou seja, 40 famílias foram envolvidas na pesquisa. Entretanto, em cada família foi entrevistado um jovem entre 15 e 28 anos. Entre esses, apenas 5% são casados como mostra a figura 22 a seguir.

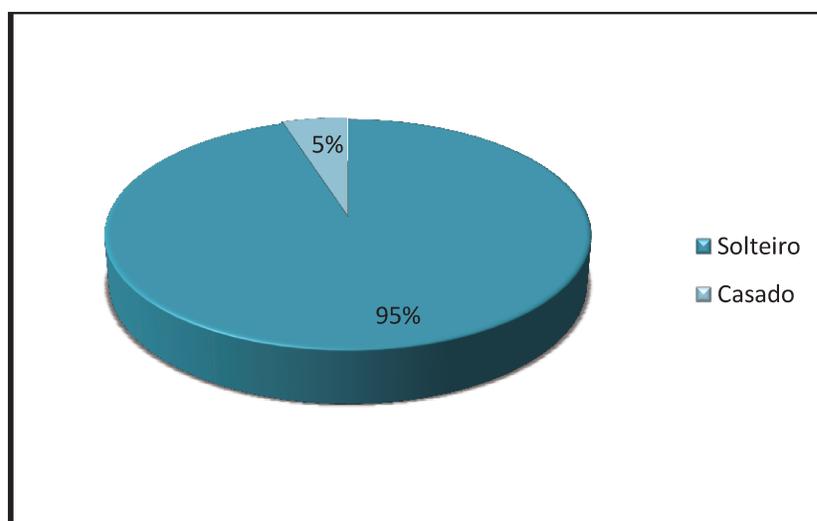


FIGURA 22: Jovens casados e solteiros.

Para esses jovens a saúde e educação do MST começa no período de organização do povo para a ocupação do espaço. Ao chegar à terra que foi conquistada com muitas lutas outros

problemas aparecem e para enfrentar e superar esses problemas, o MST cria condições para que esse sonho não termine com a conquista da terra, a exemplo do trabalho com os valores e princípios humanistas e socialistas adotados pela organização do movimento.

Ainda dentro dessa descrição, foi observado que a maior parte deles é negra (figura 23) condizendo com a realidade de todo estado baiano, que segundo o IBGE (2010) o predomínio da população da Bahia é de cor negra.

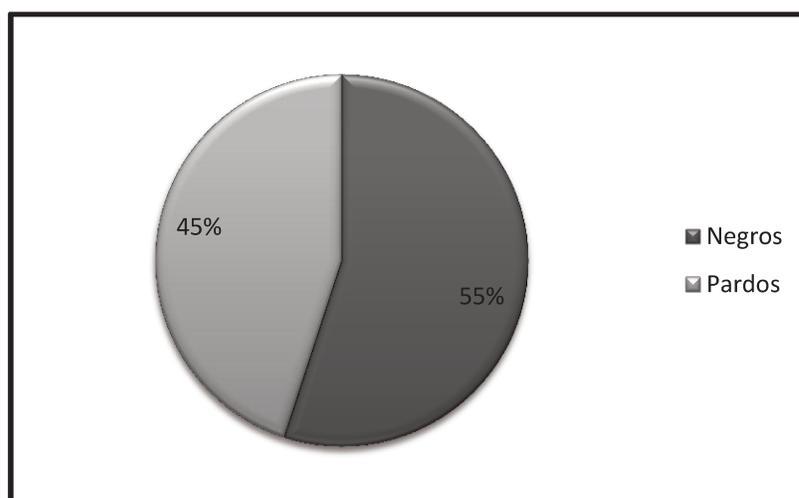


FIGURA 23: Cor ou raça.

Sendo assim, foi verificado que os jovens que participaram da pesquisa 55% são negros e 45% da cor parda.

Durante a entrevista com professores percebeu-se que existe todo um cuidado na educação dos alunos em relação aos direitos humanos e o respeito com o próximo, dessa forma procura-se evitar o preconceito racial.

Aqui, em nossas reuniões, conversamos muito sobre a questão do preconceito e isso não acontece na nossa comunidade, entendemos que todos têm o mesmo direito, todos somos iguais. Isso também é muito conversado na escola com nossos alunos. (F. M. – Camponesa professora. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Nunca ouvi falar de atos preconceituosos por aqui, nem em relação a cor, nem religião, nem a nada. Já vi uma briguinha uma vez por causa de namorada, ciúmes, bobeira. Mas aqui as pessoas se respeitam muito. (K. P. – Camponês professor. Assentamento Lagoa Caldeirão, 27/11/2011).

Tendo em vista os procedimentos aplicados na pesquisa, os jovens corresponderam a expectativa em torno das reflexões fundamentais para o resgate dos valores humanos, sobretudo

aqueles inerentes a formação da cidadania e da conquista da terra, onde são envolvidos a educação e o desenvolvimento do campo brasileiro. Para tanto, essa presença se expressa em todas as instâncias da sociedade, visto que os jovens do assentamento Lagoa e Caldeirão estão habituados a participar coletivamente de eventos políticos para a luta e conquista de seus objetivos. Esses dados podem ser vistos na figura 24.

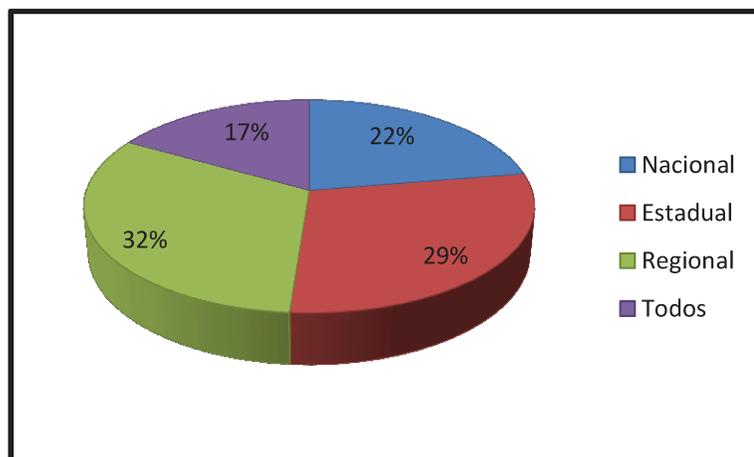


FIGURA 24: Participação política.

Existe uma forte participação em eventos políticos regionais, 32% dos entrevistados. Já em eventos estaduais, que requer maior mobilidade e mais despesas, 29% declararam ter participado o que, ainda assim, significa uma expressiva participação. Os jovens, em sua maioria com mais de 20 anos, mais experientes com a luta pela terra, compõem o quadro dos que já participaram em todos os tipos de eventos políticos, 17% e os encontros nacionais já tiveram a participação de 22%.

Essa trajetória dos jovens enriquece os valores a serem trabalhados e aplicados na vida no campo, tudo envolve, não apenas atuação política, mas a solidariedade, a cooperação, a valorização da vida, do estudo e do trabalho, essa máxima vem melhor refletida no trecho seguinte:

A terra não significa somente a sustentabilidade física da vida humana, portanto, não tem apenas um significado real de cunho político, econômico e social, mas tem também um sentido simbólico. Terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social. Consequentemente, a luta dos sem terra é uma luta por uma heterotopia, um “outro lugar” qualitativamente diferente e de resistência ao processo de desterritorialização, forçada pelo modelo agrário e agropecuário implantado no Brasil. (SAUER, 2002, p. 21).

Acreditando nessa dinâmica social no campo, percebe-se que para além do sentido simbólico, existe também a capacidade de indignação, o sentido de luta, resistência e o resgate da cultura popular. Essa atuação dos jovens também se estende para os acontecimentos internos do assentamento, quando as atividades de lazer e cultura acontecem, como demonstra a figura 25.

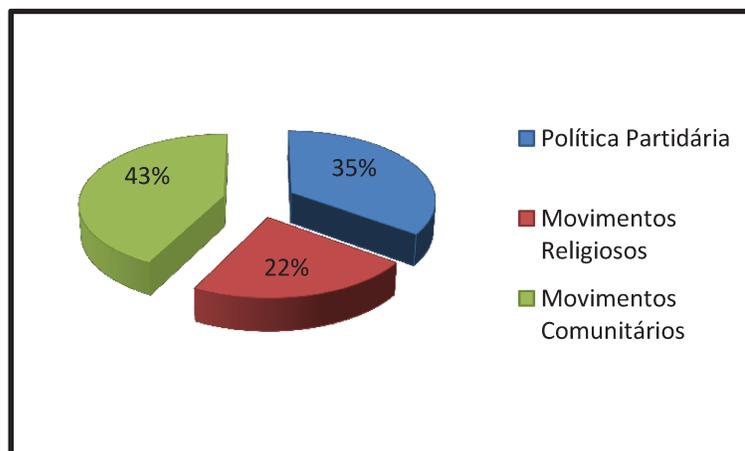


FIGURA 25: Lazer e cultura.

Ficou constatado, através dos dados, que uma grande parcela dos jovens interagem com os movimentos comunitários, momento de se discutir os problemas da comunidade, representado por 43%, em contrapartida 35% gostam da atuação política, mesmo nas horas de lazer e 22% preferem os movimentos religiosos nos momentos de entretenimento com a comunidade. De acordo a dados recolhidos sobre religião a que predomina é o catolicismo e a igreja (foto 23) que acolhe esses movimentos e recebe comunidades vizinhas, está localizada no assentamento Lagoa e Caldeirão.



FOTO 23: Igreja católica no assentamento Lagoa e Caldeirão.

Além das atividades religiosas, os jovens contam com atividades comuns que ocorrem na vida diária na hora do descanso e aos finais de semana, então, se dividem da seguinte forma, (figura 26).

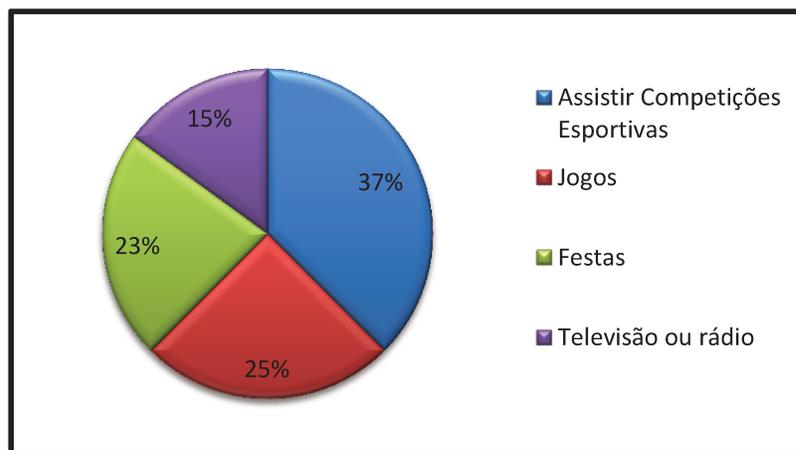


FIGURA 26: Atividades comuns.

Eles se dividem por grupos de interesses próprios, de acordo a satisfação pessoal. Verifica-se que a maioria dos jovens gosta de assistir a competições esportivas. Essas competições são organizadas por eles e, às vezes, com professores e líderes. 25% dos jovens entrevistados gostam de jogos, todos os tipos, inclusive o baralho e a sinuca. Existem aqueles que gostam de festas, 23%, número superior aos 15% que preferem ficar em casa assistindo televisão ou escutando rádio.

Mesmo com todas as dificuldades os assentados conseguem sobreviver num espaço pequeno com a família numerosa, (figura 27).

Com o passar dos anos a família vai crescendo e chegam os filhos, netos, e vão ficando. A casa é pequena, mas cabe todo mundo, é como coração de mãe, tem lugar para todos. (C. A. – Camponês. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

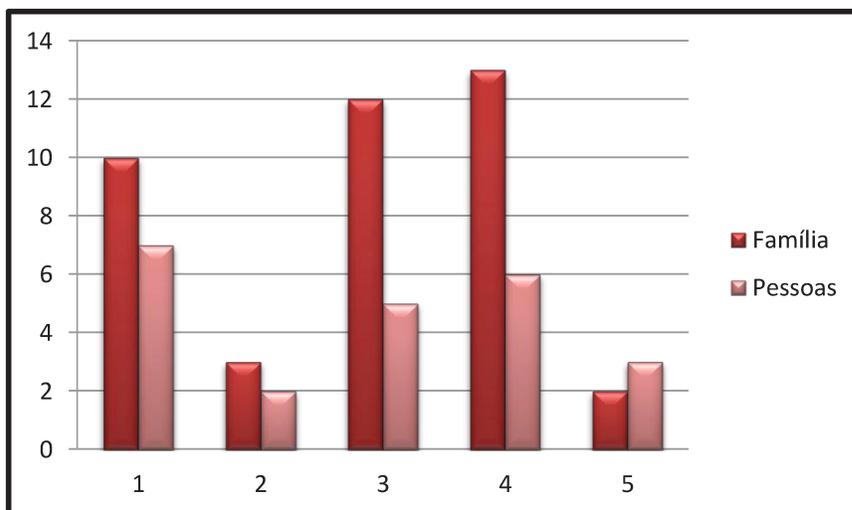


FIGURA 27: Número de pessoas por família.

A partir desses dados foi possível perceber que mesmo com pouco espaço na agrovila, as famílias numerosas não reclamam da situação, existem 13 famílias composta por seis pessoas; 12 com cinco membros e 10 famílias com sete pessoas. Ainda assim, eles sentem prazer em ter sua própria residência para abrigar a família. Esse quesito não tira a qualidade de vida dos camponeses.

Ficou constatado que essas famílias têm uma renda, na sua maioria 95% dos entrevistados, de 1 a 3 salários mínimos (figura 28).

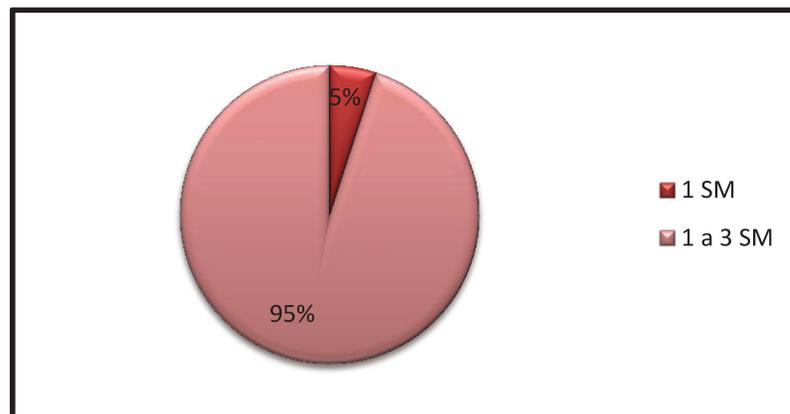


FIGURA 28: Salário mínimo.

Os outros 5% das famílias entrevistadas, conseguem sobreviver com apenas 1 salário mínimo, mas conseguem produzir e garantir a alimentação, mesmo porque, essas famílias ainda contam com a aposentadoria, além do salário, como o exemplo visto na figura 29.

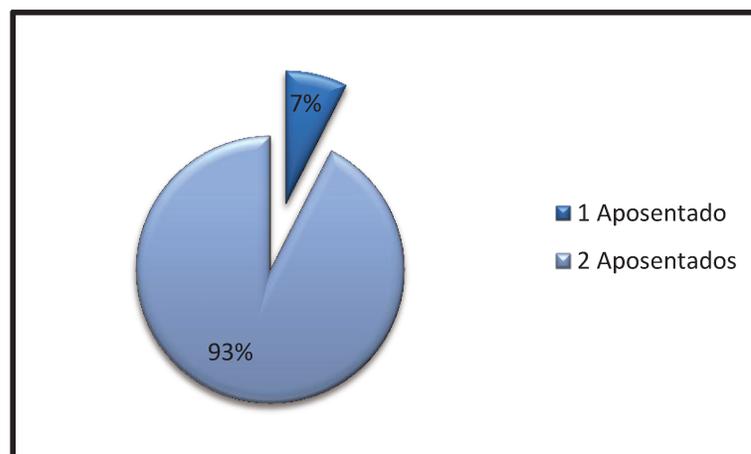


FIGURA 29: Aposentados por domicílio.

De acordo os dados levantados, 7% das famílias no Lagoa e Caldeirão, convivem com um aposentado, enquanto que a maior parcela, 93%, têm 2 aposentados em casa. Essa fonte de renda, da aposentadoria, contribui com a renda mensal familiar juntamente com a renda da produção doméstica.

É nessa realidade que se desenrola a atuação e vida dos jovens camponeses do Lagoa e Caldeirão, dentro do mais puro espírito de luta pela conquista de uma nova sociedade, onde se vislumbra possibilidades de uma nova cultura e cidadania, responsáveis pela criação de um novo

homem e de uma nova mulher, e isso tem sido colocado em prática, também, com a orientação da escola Fábio Henrique por meio de seus educadores e pela educação do campo.

#### **4.1 A ESCOLA FÁBIO HENRIQUE E A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

*A educação dos sem-terra do MST começa  
Com seu enraizamento em uma coletividade,  
Que não nega o seu passado mas projeta  
Um futuro que eles mesmos poderão  
Ajudar a construir.  
(MST – Caderno de Educação nº 9, p. 6).*

A escola Fábio Henrique tem um quadro composto por professores concursados pelo município de Vitória da Conquista, alguns moram na cidade e outros no próprio assentamento. A diretora da escola, em entrevista concedida no dia 27/11/2011, revelou que é pós-graduada em psicopedagogia, é militante do MST há 17 anos e trabalha na direção da escola há 1 ano, quando passou no concurso do município.

Estou satisfeita com os resultados que a escola tem trazido, primeiro porque os professores são capacitados e atendem os requisitos que uma escola de assentamento exige; segundo, porque, como você diz, a escola não tem números de evasão, aqui o aluno só sai da escola num caso extremo de saúde; e terceiro, é que a escola para nossa comunidade, representa uma conquista, efeitos de mais uma bandeira de luta levantada, e esse resultado é vivenciado pelos alunos e por todos assentados. É mais um espaço para a formação do jovem assentado. (N. P. – Diretora da escola. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Um dos melhores projetos que fizemos aqui foi o “jovem, é hora de rugir”, foi muito bom, envolvemos alunos de outros assentamentos no sentimento de união, de luta. Ficamos felizes. (E.S. coordenadora pedagógica. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

A escola Fábio Henrique, recebeu esse nome como homenagem a um militante que atuou nos primeiros movimentos de luta pela terra no Sudoeste baiano e foi assassinado na década de 1990, no extremo Sul da Bahia.

A escola tem um pequeno espaço, mas consegue abrigar alunos do Lagoa e Caldeirão e de outros assentamentos. Segundo a vice-diretora a escola foi fundada em 1996 e é um referencial

educacional na região, todos querem estudar na escola. Embora seja uma escola simples, participa efetivamente da vida dos alunos, orientando-os no posicionamento de ser sem terra.

O espaço da escola foi uma vitória conquistada, depois de muita luta conseguimos trazer a escola para o assentamento. Conversamos muito com a prefeitura. (E.S. coordenadora pedagógica. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).



FOTOS 24 e 25: Escola Municipal Fábio Henrique.

Ficou comprovado que o aluno (jovem assentado) é sempre envolvido nas atividades da escola, eles gostam de viver todos os momentos que a escola promove. Nesse mesmo tempo, final do ano, a escola organiza projetos e eventos para todos dos assentamentos, para o fechamento do ano letivo.

Vivenciar nas inter-relações grupais os valores e princípios de solidariedade, cooperação, participação no processo organizativo, são valores que a escola preserva.

Aqui nós valorizamos muito a participação dos alunos nas atividades da escola e eles gostam muito do que fazem. É porque eles acreditam no movimento também, né. Então, eles próprios valorizam as próprias atividades. (E.S. coordenadora pedagógica. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

Nós orientamos, sim, os alunos a continuarem no movimento, valorizamos muito o pensamento do aluno em relação aos valores do campo. Acredito que a educação do campo tem que ser diferenciada para atender as demandas que a vida no campo exige, principalmente porque estamos em uma área de assentamento. Precisamos nos organizar econômica e politicamente, mesmo porque é necessário fortalecer o grupo e garantir o futuro do movimento que já está nas mãos dos nossas jovens. (N. P. – diretora. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

A realidade da escola é bem complexa, enfrentamos muitas dificuldades como: a falta de recursos didáticos; o espaço físico da escola é muito pequeno e aqui atendemos alunos de outros assentamentos, mas contamos com a compreensão dos alunos e dos pais e é através disso que conseguimos desenvolver um papel importante para a escola e para a vida dos nossos alunos. (F. C. – professora. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).



FOTO 26: Sala de Informática.



FOTO: 27: Biblioteca da escola

Os profissionais da escola, desde a direção até os faxineiros, são preparados para estimular os jovens a construir sua história de vida a partir da preservação da memória, como forma de resguardar valores humanos e se entender como cidadãos de direitos e isso é possível através da escola, assim, procura-se aumentar o nível de entusiasmo e participação nas aulas. Os projetos são pensados pelo quadro docente de formas a contribuir com as perspectivas de futuro dos jovens, espera-se que os jovens possam mudar as suas percepções do ambiente educativo. Assim, Furtado (2002) explica que a educação provoca mudanças profundas:

o verdadeiro desenvolvimento dá-se nos homens e nas mulheres, tem importante dimensão política e a distinção fundamental entre desenvolvimento e subdesenvolvimento está associada aos esforços e resultados das ações nos planos políticos para diminuir a heterogeneidade social que o modo capitalista de produção gera. A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento. É neste caminho que cremos. É viável ter-se outra concepção de ruralidade. A sustentabilidade está em desenvolver o campo com todas as suas especificidades a partir das potencialidades de seus sujeitos e das inter-relações econômicas, políticas, ambientais, culturais. (FURTADO, 2002, p. 19).

Todos acreditam que, individualmente, o aluno irá fortalecer a capacidade de resistência psicológica para lidar com problemas futuros. Para tanto os espaços da escola são preparados para os jovens visualizarem a razão de ser educativo e atuante do movimento.



FOTO 28: Temas pregados na escola do assentamento.



FOTO 29: Relação movimento de educação e mobilização



FOTO 30: Cartaz expressando a necessidade de luta do movimento na escola.

A escola ainda procura criar coletivamente espaços de ajuda mútua, que no futuro, poderão prevenir situações de conflitos, por meio de um processo de discussão e reflexão, dessa forma, cria-se, também, opções de lazer coordenadas pelos próprios jovens da comunidade.



FOTOS 31 e 32: Jovens atuantes.

Segundo a diretora da escola, existem projetos para o cuidado em prevenir e diminuir o uso de drogas, inclusive as consideradas lícitas, como tabaco e bebidas alcoólicas o que também promove o debate contra os conflitos e violência tanto na família como na comunidade e a busca de alternativas de conciliação e mediação para resolução dos conflitos cotidianos.

Quando aparecem alguns desses problemas na comunidade, somos procurados pelos pais dos alunos e ajudamos com conselhos e orientações (N.P. – Diretora da escola. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).



FOTO 33: Viva os camponeses.

É válido lembrar que a escola faz uma homenagem ao militante do MST, Fábio Henrique, que morreu em combate pela terra no assentamento Amaralina, assassinado pela polícia militar de Vitória da Conquista.

No assentamento Lagoa e Caldeirão, a escola municipal Fábio Henrique, funciona da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental, com aulas de Zootecnia e Técnicas Agrícolas, aos alunos desse e de outros cinco assentamentos.

Durante a semana pedagógica é planejado todo o ano letivo, aqui nós utilizamos o modelo curricular do município de Vitória da Conquista, com tudo LDB, PCN, mas fazemos adequações de acordo a realidade do assentamento. Na escola funciona o EJA do 1º ao 5º ano e em 2012 teremos o PRO-EJA com o 6º ao 9º ano. Procuramos seguir a pedagogia de Paulo Freire, modelo próprio, nacional. Inclusive, em 2012 será implantado o Ensino Médio, cedido pelo estado. É mais uma alternativa de garantir que o aluno camponês permaneça no campo, portanto, estamos em festa. (N.P. – diretora. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).



FOTO 34: Quadro com Paulo Freire.

A escola também investe muito nos esportes, os próprios alunos organizam campeonatos que envolvem todos os assentamentos da Brigada Maria Zilda.



FOTO 35: Elaboração de Projetos.



FOTO 36: Vitórias e conquistas.

Essa iniciativa da escola ajuda os alunos a preencher as horas vagas com um esporte, porque eles estão fazendo o que gostam, fora que é bom para mente e para o corpo. Fazemos um trabalho de conscientização do não uso das drogas. (N.P. – diretora. Assentamento Lagoa e Caldeirão, 27/11/2011).

A escola Fábio Henrique vai passar por reformas para ampliação de mais salas de aula e conta com um projeto da prefeitura discutido por setores do movimento para melhorar a infraestrutura e aquisição de materiais didáticos. Essas mudanças visam a qualidade do ensino e a permanência dos jovens no campo, esses acreditam num futuro melhor para o assentamento a partir da educação do campo.

## **4.2. PERSPECTIVAS DOS JOVENS PARA O FUTURO**

Durante as visitas no campo foi importante investigar como os jovens assentados entendem a relação do campo com a cidade, levando-se em consideração a condição de ser jovem assentado. Eles contestam, principalmente as meninas, não ter no campo tudo que a cidade oferece, mas na cidade sentem algum tipo de discriminação por ser de um assentamento. Foi com diálogo aberto que trocamos ideias sobre as questões que envolvem a ensino e a permanência dos

jovens no campo, esses acreditam num futuro melhor para o assentamento a partir da educação do campo.



FOTO 37 E 38: Jovens participam de eventos do assentamento.

Gosto da minha vida aqui no assentamento, sempre que preciso de alguma coisa eu vou na cidade, só sinto falta de algumas coisas que encontramos na cidade, por exemplo, o shopping, eu acho bonito, lá tem cinema. (A. C. – jovem assentado, 27/11/2011).

Eu prefiro morar no campo mesmo, já estou acostumado, a vida é dura por aqui, mas ter conquistado a terra foi muito bom, pra mim e para minha família, vejo meus pais felizes, satisfeitos com o trabalho na terra. Antes a preocupação da minha mãe era com a escola mas agora já vamos ter o Ensino Médio e vou continuar no assentamento. (L. B. – jovem assentado, 27/11/2011).

Eu acho que a escola, a educação, ajuda a gostar do movimento, do assentamento, eu gosto porque a gente consegue ter contatos com amigos e parentes de outros assentamentos, eu tenho muitos amigos. A escola é boa, os professores são ótimos. Vou terminar a 8ª série e teremos formatura com festa e tudo. (M. R. – jovem assentado, 27/11/2011).



FOTOS 39 e 40 : Cerimônia de formatura da 8ª série.



FOTOS 41 e 42: Festa de formatura da 8ª série.



Outro diálogo que ilustra a questão do campo e o urbano é a dificuldade encontrada na cidade significando a expulsão e discriminação em relação aos jovens assentados, eles sentem uma indignação sobre a cidade, por causa das dificuldades econômicas, fora o ritmo agitado da vida urbana, então, fica um sentimento de impotência do jovem. Eles entendem que depois dos estudos tem que se pensar em um trabalho e a cidade oferece mais oportunidades para isso, embora eles acreditem ter poucas chances perante os jovens urbanos.

Não me sinto inferior ao jovem da cidade, sei que tem diferenças, mas me sinto com vantagem, porque o que eu aprendi eles não vão saber nunca. É questão mesmo da educação e da maturidade, a gente ganha mais experiência com a vida, mais maturidade, a dificuldade ensina muito. A gente aprende valores que o jovem da cidade não sabe. (G. B. – jovem assentado, 27/11/2011).

Não vejo jeito para mim na cidade porque existe muita diferença muito grande em viver aqui e lá, eu sei que eu quero fazer vestibular, mas não me vejo morando lá. Se a gente para e pensa, vamos ver que existem alternativas aqui para trabalho, nossa comunidade precisa de médico, de enfermeiro, de professor, de técnico agrícola, podemos estudar e voltar para trabalhar aqui. (F. M. – jovem assentado, 27/11/2011).

Eu sei que a cidade traz mais oportunidades, eu tenho vontade de morar lá uns tempos, mas só por experiência, eu também gostaria de estudar e vim trabalhar aqui, eu gosto de ser assentado, não tenho problema com isso. A gente aprende muito na caminhada e a luta é bonita e cheia de significados, todo encontro que eu vou, tanto aqui ou em Brasília, fico emocionado. (H. C. – jovem assentado, 27/11/2011).

Já conheço essa história, sei que a cidade dá mais oportunidade de emprego, mas aqui a gente aprende na escola a se valorizar, afinal de contas, no geral, a cidade precisa do campo. Eu trabalho com meu pai e fico satisfeito com o resultado da produção, quando vamos na feira vendemos e compro com meu dinheiro as coisas que preciso. (U. P. – jovem assentado, 27/11/2011).

A gente aprende, também, na escola, como produzir com produtos orgânicos e como ter sucesso com a produção, é o que garante nossa vida, é que a gente tira da terra. (M. T. – jovem assentado, 27/11/2011).



FOTOS 43 e 44: Área de plantação da escola.

Os jovens acreditam que a escola incentiva a vida no campo, dando continuidade a atuação política militante.

A atuação política tem que existir, não podemos esmorecer, é muita luta pra depois abandonar, conquistamos a terra e temos que acreditar no futuro com ela, sem a terra, onde será que eu estaria agora? Com certeza em Vitória da Conquista sabe-se lá, fazendo o quê, ou talvez fosse embora para São Paulo. Eu tenho amigos que foram prá lá e se arrependeram, a vida de lá é muito agressiva. Aqui, podemos atuar no campo, discutir com o grupo os problemas que atingem os assentados, planejar e trazer melhoramentos

para nossa vida, para nosso futuro. O pensamento é coletivo, não penso só em mim e minha família, penso em todos, são todos companheiros e estamos na luta juntos. (H. C. – jovem assentado, 27/11/2011).

Percebe-se que os jovens do Lagoa e Caldeirão se encontram inseridos dentro desse processo de mudanças de um novo modelo de sociedade, estão politicamente imbuídos com o verdadeiro sentido de ser jovem assentado. Envolvidos nas atividades intelectuais, no trabalho com a terra. Esses jovens estão engajados no movimento militante do assentamento e eles consideram que a escola tem contribuído com a permanência dos jovens no campo, mesmo depois de terminados os estudos. A afinidade com a luta traça o perfil desses jovens, essa busca constante por melhores possibilidades dentro do campo define a identidade jovem no campo.

## 5. CONCLUSÃO

A Educação do Campo da forma como foi retratada, buscou analisar a formação educacional de jovens nos assentamentos do MST, onde foram abordadas razões que levam a crer que a mesma promove o desenvolvimento social e econômico do campo ao mesmo tempo em que garante a permanência de seus jovens assentados em seus espaços de vida depois dos estudos.

Essa iniciativa foi movida a partir da realidade que nos rodeia ao observar o modelo de desenvolvimento capitalista que invade o campo através da produção monocultora para a exportação, fazendo a agricultura de subsistência e as pequenas propriedades perderem espaço para as grandes empresas latifundiárias, as quais, com aval do governo, provoca a expulsão de milhares de pessoas do campo, o que, conseqüentemente, afasta a vida jovem dos assentamentos do MST.

Diante deste quadro, é preciso repensar a educação para o campo pronta para o embate com essa realidade imposta pelo capital, sendo urgente a aplicação de políticas públicas voltadas para a preservação da vida no campo.

Nesse sentido, compreendeu-se que a educação do campo deve privilegiar o camponês como identidade coletiva, a partir das suas lutas, da sua nova formação social, na sua autonomia e experiência de vida na terra. Revisitar a sua cultura mediante o acúmulo e a apropriação do saber científico.

Pode-se afirmar que os conhecimentos educacionais aprendidos na escola do campo, proporcionam uma outra visão sobre a figura do camponês, diferente daquela pensada pela sociedade urbana, sempre discriminatória de postura superior ao mundo rural. Ao relatarem as suas experiências inovadoras em desenvolvimento nas escolas do campo, seja no âmbito da formação com o Ensino Fundamental, como com os projetos de Educação de Jovens e Adultos, anunciam diversas potencialidades de prática educativa e atuação política no campo.

Acredita-se que as interfaces entre assentamentos e educação do campo, colocados no debate atual em novas dimensões, reforce a busca de alternativas para a melhor qualidade de vida no campo, voltados a captar a atenção de seus jovens para o compromisso com o movimento, sem dispersar-se dos interesses que garantam o bem estar e toda a estrutura sociais necessárias a vida de um jovem.

Foram colocados nessa discussão os problemas que a modernização causou a agricultura, logo, foi percebido que o assunto incomoda a todos por conhecerem esse processo de perto e tecer sérias críticas ao modelo, porque esses camponeses não conseguiram se engajar no processo de modernização e foram, em sua maioria, expropriados de suas terras. Uma das alternativas utilizadas no assentamento é a produção orgânica, por ser econômica e apresentar bons resultados, esse fato decorre, principalmente, da incapacidade de assentamentos do MST adquirir produtos químicos e aprenderem a lidar com as causas do meio ambiente.

Comprovou-se que as técnicas e produtos utilizados pelos modelos da modernização aplicados na agricultura, superam os potenciais do meio ambiente, aniquilando completamente qualidades essenciais para a vida, por intermédio do uso exacerbado de produtos químicos, o que imediatamente significa a degradação ambiental e econômica para os camponeses. Dessa forma, foi constatado que o camponês é orientado no próprio assentamento a se desvencilhar desses problemas, a partir de cursos com técnicos agrícolas para um conhecimento mais sistemático sobre a terra que manuseia.

É dentro desse contexto que a proposta pedagógica do MST se articula, na contribuição da formação do camponês, na tentativa de ajudá-lo a sanar as dificuldades que atingem a vida no campo, principalmente do jovem camponês, que significa o futuro do movimento.

Foi observado que os jovens acreditam numa vida melhor no campo. De acordo com suas perspectivas para o futuro, percebe-se que os jovens assentados planejam continuar no assentamento, por acreditarem que a cidade não os acolhe tão bem como o campo e se sentem felizes com a chegada do Ensino Médio na escola Fábio Henrique. São possibilidades de um futuro promissor de vida com qualidade no campo.

Por fim, cabe mencionar que a pesquisa em educação do campo vem integrando o camponês ao seu espaço de vida, mesmo com as intervenções políticas e a pressão sofrida por parte das empresas latifundiárias, a luta do camponês tem emergido dentro do movimento e fortalecido as ações no campo. O sentido social fica registrado no aprendizado de seus jovens, cujo conteúdo aplicado denuncia as fragilidades políticas impregnadas na educação brasileira.

## 6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José R. P. *Instrução pública no Brasil (1500-1889)*. 2<sup>a</sup> ed. ver. rev. São Paulo: Educ, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6<sup>o</sup> ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ARIÉS, P. *História social da família e da criança*. 2<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editores S. A., 1981.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Por uma educação do campo*. 2<sup>a</sup> ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 65 – 86.
- BEZERRA NETO, Luiz. *Sem Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- BOGO, A. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O MST e a Cultura*. São Paulo: MST, out. 2000.
- CALDART, Roseli & SCHUWAAB, Bernadete. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: STÉDILE, João Pedro & GÖRGEN, Frei Sérgio (orgs.). *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991, p. 85-114.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do movimento sem terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Movimento sem terra*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Escola do Campo em Movimento*, p. 87 a 131. In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Por uma educação do campo*. 2<sup>a</sup> ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento no Campo Brasileiro*. São Paulo: Vozes, 2005.
- CASTELO BRANCO, Maris Teresa. *Os jovens “Sem-Terra” Identidades em Movimento*. São Carlos. São Paulo: Universidade Estadual de São Carlos, 1999. Tese (Doutorado em Educação).
- CAVALCANTE, Enoque Gomes. *Geo-economia do semiárido irrigado: a experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento*. Recife: Universitária da UFPE, 1997.
- COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*. Campinas (SP): Editora da Unicamp: Centro de Memória-Unicamp, 1998.
- COSTA, Maria Cândida de Oliveira. *Integrando e capacitando a juventude rural no Brasil: o caso dos jovens do movimento dos pequenos agricultores do Estado do Espírito Santo (MPA-ES)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011. Tese (doutorado em Educação).

COSTA, Cléria B. Terra: Representações e Cidadania. In MOLINA, Mônica C., SOUSA JÚNIOR, José G. de, TOURINHO NETO, Fernando da C. (Orgs.). *O Direito Achado na Rua*. Vol3: Introdução Crítica ao Direito Agrário. Brasília: Editora UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. 2ªed. São Paulo: Hucitec. 1999.

\_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. “Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: A sustentabilidade (re)conhecida?”. In Retratos de Assentamentos – *Cadernos de Pesquisa*. Araraquara: FCL/Unesp, ano VI, nº 08, 2000, p. 7 – 18.

FERREIRA, Mariana K. L. et al. *Antropologia, história da educação: a educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação do Brasil*. São Paulo: Global, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea*. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2002.

GALLO, Ivone Cecília D`Avila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

GARRETÓN, Manoel Antônio. Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina. In: *S E R I E políticas sociales Santiago de Chile, octubre de 2001- 56 División de Desarrollo Social*.

GEA, Grupo de Estudos Agrários – Salvador/Bahia. *A Questão Agrária na Bahia*. Salvador, 1980.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. A construção da cidadania dos brasileiros. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e Educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INCRA, Instituto de Colonização e Reforma Agrária. [www.pt.wikipedia.org/wiki/Instituto\\_Nacional\\_de\\_Coloniza\\_e\\_Reforma\\_Agraria](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Coloniza_e_Reforma_Agraria), 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

MARTINS, José de Souza. *A Militarização da questão agrária no Brasil*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Raniere. [4.reimpr.]. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. Livro I, o processo de produção do capital.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. – São Paulo, 2008.

MORTON, Duff. *Saúde mental e economia em dois assentamentos do MST: resultados de um levantamento em julho-agosto*. Chicago: Universidade de Chicago. Tese (Doutorado em Assistência Social), 2008.

MPA. *MPA e a resistência camponesa: história, proposta, princípios e organização*. Direção Nacional (material informativo), 2005.

MPA. *Cartilha de formação: subsídios para fazer o trabalho de base*. Direção Estadual: MPA Bahia (material informativo), 2005.

MST. *Cadernos de Educação*, nº 8, São Paulo, 1997.

MST. Como fazemos a escola de Ensino Fundamental. *Cadernos de Educação*, nº 9, São Paulo, novembro, 1999.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação”: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: *Labour Again Publications*. [www.znavarro@portoweb.com.br](http://www.znavarro@portoweb.com.br).

NISKIER, Arnaldo. *LDB: a nova lei da educação nacional: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 9ª. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCA, Miguel Soler. *Educación y vida rural em América Latina*. 1996.

ROSA, Antônio Vítor. *Agricultura e Meio Ambiente*. 2ªed. São Paulo: Atual, 1998.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAUER, Sérgio. *Terra e Modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra*. Universidade de Brasília, 2002, (Tese de Doutorado).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 40 ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2008a.

\_\_\_\_\_. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SOUZA, Suzane Tosta (et. al.) *Reforma agrária na região sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nos assentamentos rurais* – UESB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Da negação ao discurso hegemônico do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia*. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2008. Tese (Doutorado em Geografia).

SUASSUNA, João. *O Nordeste tem muita água*. Entrevista ao portalEcoDesenvolvimento.org.Informação para um mundo sustentável, 2009. [www.ecodesenvolvimento.org.br](http://www.ecodesenvolvimento.org.br).

TARELHO, L. C. *Da consciência dos Direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social).

TEIXEIRA, Gerson. *Agravamento da concentração das terras*, 2011. [www.mst.org.br/Gerson-Teixeira-agravamento-da-concentracao-das-terras](http://www.mst.org.br/Gerson-Teixeira-agravamento-da-concentracao-das-terras).

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. 1ª. ed. Porto Alegre: Universidade, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Mercosur y las sociedad civil*. In: 14. Publicado em *la Revista del CLAD Reforma e Democracia*. Nº 25. (Feb. 2003). Caracas.

ZIBECHI, Raúl. *Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafios*. In:OSAL, Observatorio Social de América Latina, enero de 2003.

## **7. ANEXOS**

Anexo A – Empresas Latifundiárias do Brasil – 2000.

Anexo B – Atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado da Bahia.

Anexo C – Grupo de Estudos Agrários – 1979.

Anexo D – Questionários aplicados na pesquisa, 2010 e 2011.

Anexo E – Grupo de Estudos Agrários (GEA) – Salvador/BA. Resumo das violências praticadas contra os trabalhadores rurais e publicados na imprensa escrita diária de Salvador.

## ANEXO A

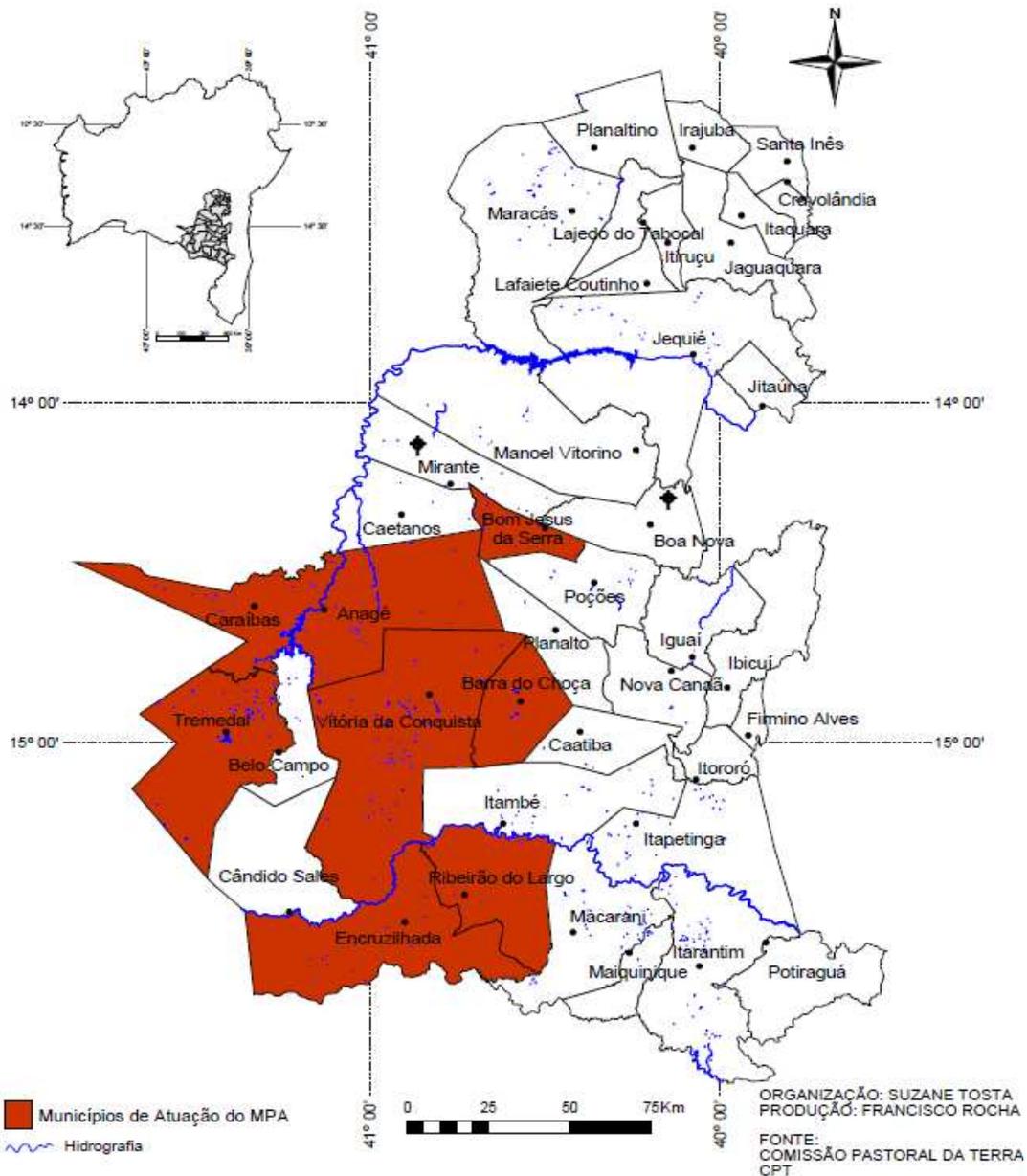
### Empresas Latifundiárias do Brasil – 2000.

Nome	Estados	Área (ha)
Manasa Madeireira Nacional S/A	Amazonas	4.140.767
Jari Florestal e Agropecuária Ltda	Pará	2.918.892
Aplub Agroflorestal da Amazônia	Amazonas	2.194.874
Companhia Florestal Monte Dourado	Pará e Amapá	1.682.227
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	Piauí	1.076.752
Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S/A	Mato Grosso	1.000.000
João Francisco Martins Barata	Amapá	1.000.000
Manoel Meireles de Queiroz	Acre	975.000
Rosa Lima Gomes Amora	Amazonas	901.247
Pedro Aparecido Dotto	Acre	804.888
Albert Nicola Vitale	Bahia	797.575
Antônio Pereira de Freitas	Amazonas	704.574
Malih Hassan Eumadula	Amazonas	661.173
Morais Madeira Ltda	Amazonas	656.794
Indeco S/A Int.Desenv. e Colonização	Mato Grosso	615.218
Mario Jorge de Medeiros Moraes	Amazonas	587.883
Agroindustrial do Amapá S/A	Amapá	540.613
Francisco Jacinto da Silva	São Paulo, Mato Grosso do Sul e Amazonas	460.406
Plínio Sebastião Xavier Benfica	Amazonas	452.000
Companhia Colonizadora do Nordeste	Maranhão	448.000
Jorge Wolney Atalla	Amazonas	436.340
Jussara Marques Paz	Amazonas	432.119
Adão Medeiros Paz	Amazonas	432.119
Adalberto Cordeiro e Silva	Acre	423.170
Rômulo Bonalumi	Acre	406.121
União e Construtoras S/A	Bahia	405.000
Mapel Marochi Agrícola e Pecuária Ltda	Pará	398.786
<b>Total</b>		<b>25.547.539</b>

FONTE: Adaptado do INCRA por LORENA, 2000.

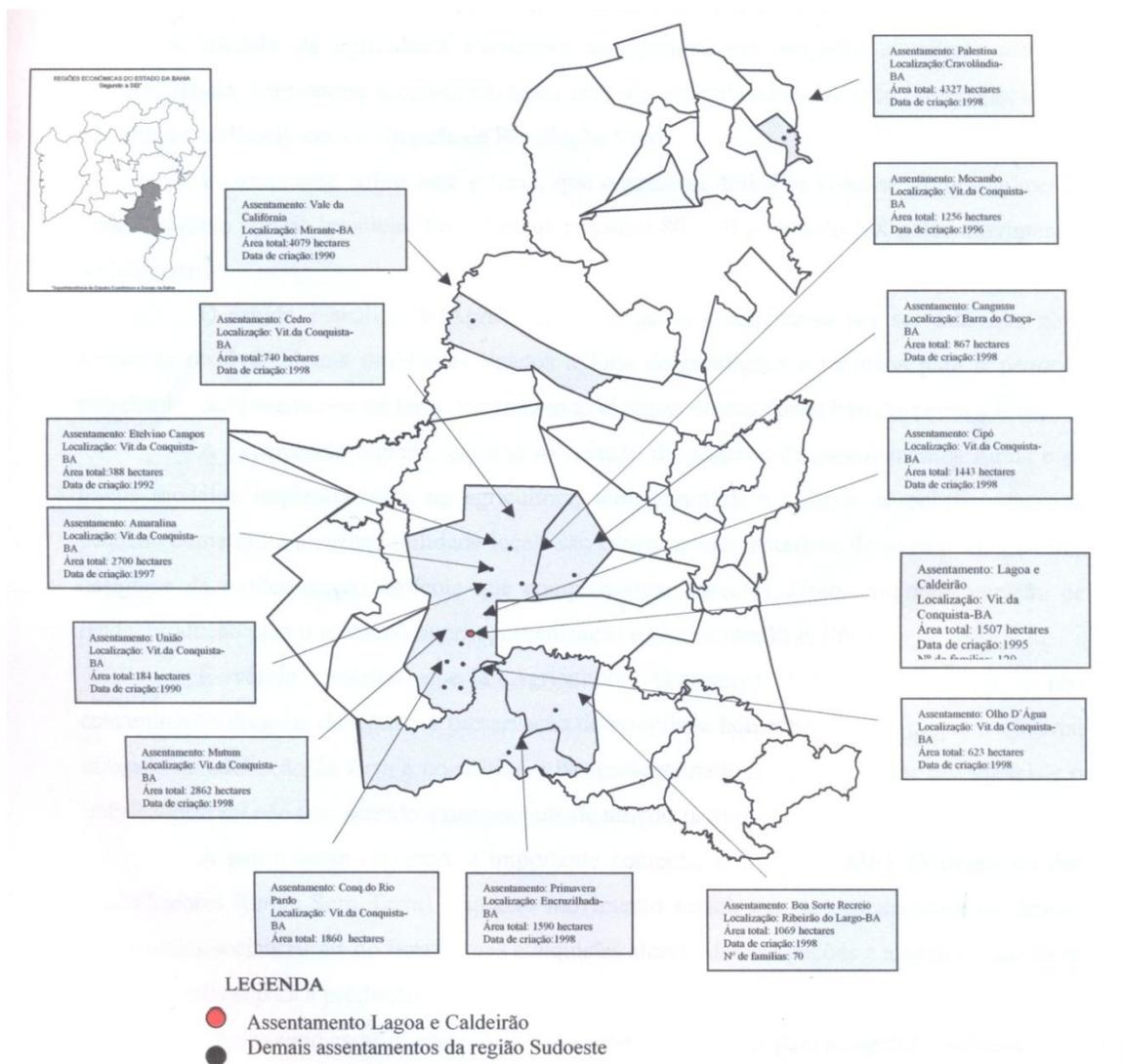
## ANEXO B

Atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no estado da Bahia.



## ANEXO C

### Assentamentos do MST na Região Sudoeste da Bahia.



FONTE: Projeto de Reforma Agrária na Região do Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nos assentamentos rurais.

## ANEXO D

Questionários aplicados na pesquisa de campo, 2010 e 2011.

PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO APLICADA COM FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO  
LAGOA E CALDEIRÃO, LOCALIZADO NO INTERIOR DA BAHIA

REALIZADA POR EDLENE SANTOS OLIVEIRA, MESTRANDA EM EDUCAÇÃO PELA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP

PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE TÍTULO PROVISÓRIO “FORMAÇÃO  
EDUCACIONAL DE JOVENS NO CONTEXTO SOCIAL DE ASSENTAMENTOS DO MST,  
VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA” 2010

- **NOME:** \_\_\_\_\_ -  
\_\_\_\_\_
- **IDADE:** \_\_\_\_\_ **SEXO:** F( ) M( )
- **TEMPO DE MORADIA:** \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo vocês vivem e trabalham com a terra?

( ) 1 a 2 meses    ( ) 6 a 9 meses    ( ) 1 a 2 anos    ( ) 6 a 10 anos

( ) 2 a 6 meses    ( ) 9 a 11 meses    ( ) 2 a 5 anos    ( ) mais de 10 anos

2. Onde vocês viviam antes de vir para o  
assentamento? \_\_\_\_\_

3. Quando vocês vieram morar no assentamento, fizeram parte do primeiro cadastro do INCRA? ( )sim ( )não

4. Quantas pessoas moram nessa  
casa? \_\_\_\_\_

5. Quantos filhos moram com a família e qual a idade  
deles? \_\_\_\_\_

6. Eles estudam? ( )sim ( )não. Qual o período  
escolar?: \_\_\_\_\_

7. Que atividades ele(s) desenvolve(m) além dos  
estudos? \_\_\_\_\_

8. Existe alguma atividade cultural do assentamento que seu(s) filho(s) participe(m) aqui no  
assentamento?

9. Tem alguém da família que trabalha na cidade? Que tipo de trabalho? ( )sim ( )não

\_\_\_\_\_

10. Qual o tamanho do lote que vocês receberam com a divisão dos terrenos do assentamento? \_\_\_\_\_

11. No lote é produzida alguma cultura para comercialização ou só produção de subsistência?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Os filhos ajudam na produção?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Quais são as principais culturas produzidas no assentamento?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. Qual a época melhor para a colheita?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

15. Vocês recebem cursos, palestras e treinamentos para trabalhar com a terra? Quais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

OUTRAS

INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO APLICADA COM A COORDENADORA DA ESCOLA MUNICIPAL FÁBIO HENRIQUE DO ASSENTAMENTO LAGOA E CALDEIRÃO, LOCALIZADO NO INTERIOR DA BAHIA

REALIZADA POR EDLENE SANTOS OLIVEIRA, MESTRANDA EM EDUCAÇÃO PELA FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP

PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE TÍTULO PROVISÓRIO “FORMAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS NO CONTEXTO SOCIAL DE ASSENTAMENTOS DO MST, VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA” 2010

Essa entrevista será gravada na data a ser marcada \_\_\_/\_\_\_/2010

• NOME: \_\_\_\_\_ -

• IDADE: \_\_\_\_\_ SEXO: F( ) M( )

• TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO: \_\_\_\_\_

1. Grau de escolaridade
2. Já lecionou ou leciona em outras escolas
3. Há quanto tempo trabalha no Fábio Henrique
4. Por contrato ou concurso realizado pelo município
5. Qual o tempo de implantação da escola
6. Histórico de implantação da escola
7. Número de professores
8. Número de alunos para 2011
9. Qual o atual quadro administrativo
10. Projetos para 2011 e os que ocorreram em 2010
11. Como a escola trabalha a atuação do jovem no âmbito escolar e fora dele
12. O planejamento pedagógico envolve as atividades extraescolar dos jovens
13. A escola promove atividades culturais dos jovens no assentamento, qual o índice de participação e aprovação
14. Quantos alunos na faixa etária de 10 a 20 anos estão na escola do assentamento – algum aluno estuda na cidade
15. Esses alunos trabalham no assentamento, na cidade ou não trabalham
16. Como funciona o investimento de programas da educação como PRONERA, EJA, TOPA, entre outros.
17. Outras informações...

PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO APLICADA COM OS JOVENS DO ASSENTAMENTO LAGOA CALDEIRÃO, LOCALIZADO NO INTERIOR DA BAHIA.

REALIZADA POR EDLENE SANTOS OLIVEIRA, MESTRANDA EM EDUCAÇÃO PELA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNICAMP GPPE

PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA DISSERTAÇÃO SOB O TÍTULO FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS JOVENS NOS ASSENTAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011

#### DADOS PESSOAIS

1. Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_
2. Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) 3. Local de nascimento: \_\_\_\_\_
4. Quantos membros na família: \_\_\_\_\_ Nº de residentes no mesmo domicílio: \_\_\_\_\_
5. Qual estado civil?  
( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Separado judicialmente ou divorciado ( ) União estável ( ) Outro Nº de filhos \_\_\_\_\_
6. Qual sua cor ou raça?  
( ) Branca ( ) Indígena ( ) Negra ( ) Parda ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_
7. Escolaridade:
- |  |                               |
|--|-------------------------------|
| a. ( ) Não alfabetizado                      | f. ( ) Médio completo         |
| b. ( ) Alfabetizado, mais nunca foi a escola | g. ( ) Superior completo      |
| c. ( ) Fundamental incompleto                | h. ( ) Superior incompleto    |
| d. ( ) Fundamental completo                  | i. ( ) Tecnológico completo   |
| e. ( ) Médio incompleto                      | j. ( ) Tecnológico incompleto |
- Qual a última série que estudou? \_\_\_\_\_  
Outro. Qual? \_\_\_\_\_
8. Qual a sua religião ou culto?
- |                    |                                |
|--------------------|--------------------------------|
| a. ( ) Catolicismo | f. ( ) Judaísmo                |
| b. ( ) Espiritismo | g. ( ) Tradições Ind/Afr       |
| c. ( ) Budismo     | h. ( ) Evangélico. Qual? _____ |
| d. ( ) Hinduísmo   | i. ( ) Nenhuma                 |
| e. ( ) Islamismo   | j. ( ) Não quero falar         |
9. Como vive?
- a. Moradia: ( ) Própria ( ) Alugada
- b. Qual o meio de locomoção para cidade?
- |                   |                      |            |
|-------------------|----------------------|------------|
| ( ) Animal        | ( ) Carro da família | ( ) Outros |
| ( ) Bicicleta     | ( ) Ônibus           | OBS: _____ |
| ( ) Carro próprio | ( ) Motocicleta      | _____      |
10. Histórico da renda mensal familiar
- | Tamanho da renda familiar | Tempo de residência no local (em anos) |
|---------------------------|--|
| a. menos de 1 SM          | a. menos de 1                          |
| b. de 1 a 3 SM            | b. de 1 a 3                            |
| c. acima de 3 até 5       | c. acima de 3 até 6                    |
| d. acima de 5 até 8       | d. acima de 6 até 12                   |
| e. mais de 8              | e. mais de 12                          |
11. Nº de pessoas que contribui para a renda familiar
- a. apenas 1  
b. apenas 2  
c. de 3 a 5  
d. de 6 a 8  
e. mais de 8
12. A renda da produção doméstica participa com quanto na renda total da família?
- a. com o total  
b. mais da metade  
c. metade  
d. menos da metade  
e. não contribui
13. Qual atividade econômica você exerce atualmente?
- a. Assalariado fora da propriedade rural  
b. Assalariado rural  
c. Somente produtor rural

- d. Produtor rural e autônomo ou assalariado
  - e. Nenhuma pois estou estudando e/ou desempregado
14. Quantos aposentados ou pensionistas residem no mesmo domicílio?
- a. nenhum
  - b. 1
  - c. 2
  - d. 3
  - e. mais de 3

15. Quantas bolsas-famílias existem no mesmo domicílio?
- a. Nenhuma
  - b. 1
  - c. 2
  - d. 3
  - e. 4 ou mais

16. A bolsa-família participa com quanto na renda total da família?
- a. Com o total
  - b. Mais da metade
  - c. Metade
  - d. Menos da metade
  - e. Não participa

17. Como você considera o trabalho das mulheres no lar ou em outras atividades?
- a. Muito importante
  - b. Importante
  - c. Mais ou menos importante
  - d. Muito pouco importante
  - e. Sem nenhuma importância

18. Você considera que os jovens devam ajudar nas tarefas do lar e da roça ou só deveriam estudar?
- a. Deveriam somente trabalhar
  - b. Deveriam ajudar somente na roça
  - c. Deveriam ajudar na roça e no lar e não estudar
  - d. Deveriam ajudar e trabalhar
  - e. Deveriam somente estudar

19. INFRA-ESTRUTURA

- a. Casa ( ) madeira ( ) alvenaria
- b. Cômodos\_\_\_\_\_
- c. Energia\_\_\_\_\_
- d. Água encanada\_\_\_\_\_
- e. Fossa séptica\_\_\_\_\_
- f. Poço caseiro\_\_\_\_\_
- g. Caixa d' água\_\_\_\_\_
- h. Estábulo\_\_\_\_\_
- i. Meios de comunicação
 

Telefone	Televisão	Computador
Internet	Jornal	Revista
Rádio	Outro	Qual?

20. Origem da renda

- a. Renda anual
  - b. Oriunda da roça
  - c. Aposentadoria
  - d. Bolsa família
- Outros. Quais?

21. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE TERRA

- a. Você possui terra? \_\_\_\_\_
- b. Quantos ha de terra sua família possui? \_\_\_\_\_
- c. Além de sua terra, você arrenda outras? \_\_\_\_\_

22. Como descreveria seu estabelecimento agora:

- a. No pico da produção
- b. Estágio inicial de desenvolvimento
- c. Declinando em produtividade
- d. Outros \_\_\_\_\_

23. Há quanto tempo mantém o estabelecimento? \_\_\_\_\_

24. O que produz?

- a. Agricultura
- b. Pesca
- c. Extrativismo
- d. Artesanato
- e. Pecuária bovina
- f. Pecuária caprina
- g. Turismo rural
- h. Aposentado (a)

25. Qual o destino da produção?

- a. Comercializa
- b. Consumo próprio
- c. Outros \_\_\_\_\_

26. INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

a. Máquinas e implementos

Quais? \_\_\_\_\_

27. Quais são as práticas de conservação?

- a. Terraceamento
- b. Curvas de nível
- c. Outros \_\_\_\_\_

28. Com quem você aprendeu a trabalhar na lavoura/pecuária?

- a. Experiência com vizinhos
- b. Em cursos voltados para a área de formação
- c. Orientações técnicas dadas por Sindicato, Cooperativa, técnico agrícolas, etc.
- d. Reportagens de programas rurais na televisão e rádio
- e. Cursos oferecidos pelo MST

29. Quem mais o atende com orientação técnica?

- a. Cooperativa
- b. Sindicato dos trabalhadores rurais
- c. ONG, Igreja, etc
- d. Outros.

Quais? \_\_\_\_\_

30. Tem verificado melhoria na produção e/ou no rendimento de sua produtividade?

- a. ( ) sim ( ) não

b. Qual melhor período para produzir? \_\_\_\_\_

31. Atividades que exerce fora do

estabelecimento: \_\_\_\_\_

32. Qual atividade que caracteriza como principal? Por que \_\_\_\_\_

33. Como obtém informações econômicas sobre a atividade? \_\_\_\_\_

34. Como se identifica?

- a. ( ) Agricultor Orgânico
- b. ( ) Agricultor Agroecológico
- c. ( ) Agricultor familiar
- d. ( ) Camponês
- e. ( ) Assentado
- f. ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

35. Possui financiamento/custeio? Qual? \_\_\_\_\_

36. De onde vem os recursos? \_\_\_\_\_

HISTÓRIA E MEMÓRIA

37. Na sua opinião, qual o aspecto mais importante do MST? \_\_\_\_\_

38. Qual a principal característica do seu grupo? Como ele é composto (Comente um pouco)

39. Qual é a missão do assentamento? \_\_\_\_\_

40. Frequência em reuniões: ( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Outra forma \_\_\_\_\_

41. Você já participou de alguma Luta? Mobilização regional/ Estadual/ Nacional do MST? (Comente um pouco)

POLÍTICA E RECURSOS

42. Qual seria, na sua opinião, as condições adequadas para produzir alimentos saudáveis? \_\_\_\_\_

43. Quais os principais projetos que o MST defende? Quais são as políticas públicas que mais beneficiam a vida no campo? \_\_\_\_\_

---

---

44. Você acha que os jovens do assentamento conhecem o MST e participa ativamente do movimento? \_\_\_\_\_

---

45. Você acredita que as comunidades rurais conhecem as atividades educacionais realizadas pelo MST? Quais? \_\_\_\_\_

---

46. O MST incentiva a participação dos jovens nos grupos de trabalhos e nas suas decisões políticas? Quais? \_\_\_\_\_

---

47. Você acredita que a educação deva ser estimulada no assentamento? Por que? \_\_\_\_\_

---

48. Como se dá a confiança e a solidariedade entre as pessoas em um movimento social? \_\_\_\_\_

---

49. Na sua opinião, qual o efeito da modernização da agricultura? \_\_\_\_\_

50. O que aconteceu com o meio ambiente com a chegada do progresso técnico da agricultura? \_\_\_\_\_

**LAZER E CULTURA**

51. Qual sua fonte de informação de acontecimentos atuais?

- a. ( ) Jornal escrito      c. ( ) Telejornal      e. ( ) Jornal falado - rádio  
b. ( ) Revista      d. ( ) Internet

52. Quais são os três tipos de informações que lhe despertam maior interesse?

- a. ( ) Política      c. ( ) Notícias locais      e. ( ) Notícias internacionais  
b. ( ) Economia/Negócios      d. ( ) Notícias nacionais      f. ( ) Notícias do movimento

53. Quais das atividades abaixo você participa?

- a. ( ) Movimentos Religiosos      c. ( ) Movimento estudantil      e. ( ) Movimentos comunitários  
b. ( ) Política - Partidária      d. ( ) Movimentos ecológicos      f. ( ) Outros.

Quais? \_\_\_\_\_

54. O que gosta de fazer na cidade? \_\_\_\_\_

55. No seu tempo livre, quais são as atividades mais comuns?

- a. ( ) Assistir televisão/ouvir música      c. ( ) Ir para cidade      e. ( ) Assistir competições esportivas      g. ( ) Jogos (baralho, bingo, sinuca, etc)  
b. ( ) Assistir novela      d. ( ) Ir ao cinema      f. ( ) Sair para dançar/encontrar amigos

Outros. \_\_\_\_\_

Quais? \_\_\_\_\_

---

56. Quais as vantagens e desvantagens de morar no campo? \_\_\_\_\_

---

57. Quais as vantagens e desvantagens de morar na cidade? \_\_\_\_\_

---

58. Onde você acha que seria mais feliz? Morando no campo ou na cidade? Por que? \_\_\_\_\_

---

## **ANEXO E**

Grupo de Estudos Agrários (GEA) – Salvador/BA.

Resumo das violências praticadas contra os trabalhadores rurais e publicado na imprensa escrita diária de Salvador.

GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS - SALVADOR - BAHIA - Tabela nº 1-1  
 RESUMO DAS VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS E PUBLICADAS NA IMPRENSA

- ANO 1979 -

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TAMANHO EM ha	NOME DA PROPRIEDADE	NOME DOS GRILHEIROS	DATA DA OCORRÊNCIA	Nº DE POSSEIROS	NOME DOS POSSEIROS	TIPO DE VIOLÊNCIA REALIZADA
Barra do Choça *	Mata do Pau Brasil		Agro-Industrial Pau Brasil S/A	Germano de Souza Neves Proprietário da Agro-Industrial Pau Brasil S/A	Março 79	118	João Pereira Gomes João C. de Almeida José S. Santos José Pereira Gomes	Lavouras e casas destruídas por homens armados de fuzis e metralhadoras. Maus tratos Prisões ilegais Ameaças
Candeias *		35	Fazenda Cação	Germiniano Pereira	Janeiro 79	02	Adelino Gonçalves	Falsificação de documentos com a conveniência do juiz de Direito de Candeias, Sr. Olavo Dantas Coelho.
Itambé *		2.000	Faz. Carolina	João Antonio Filho	Maio 79	06	Yerêncio Souza	Falsificação de documentos, transformando 350 ha em perto de 2.000 ha.
Remaço *		2.000		CHESF	Janeiro	250		Expulsão de posseiros de suas roças sem a indenização devida.

FONTES: Levantamento GEA-79      CÓDIGO = T = Jornal "A TARDE"  
 T.B = Jornal "Tribuna da Bahia"  
 J.B = "Jornal da Bahia"

\* Nossos agradecimentos a  
 sultar estes casos de gr

GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS DE SALVADOR - BAHIA - TABELA Nº 1-2  
RESUMO DAS VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS E PUBLICADAS NA IMPRENSA ESCRITA DIÁRIA DE SALVADOR  
- 1979 -

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TEMPORALIDADE EM ANOS	NOME DA PROPRIEDADE	NOME DOS GRILHEIROS	DATA DE OCORRÊNCIA	Nº DE FÓRTELOS PERDIDOS	NOME DE POSSUIRES PREJUDICADOS	TIPO DE VIOLÊNCIA REALIZADA	TIPO DE RESISTÊNCIA REALIZADA
Porto Seguro	Monte Pascoal Caralva	40.000		COBRALICE (Maderreira)	Abri 79	2.000	Cristiano Salvador Bispo Manoel Ferreire da Costa	-Destruição de casas -Destruição de cercas armadas através de jagunços	Resistência armada contra os jagunços Denúncia ao DEPIN Denúncia à imprensa de Salvador. Processo contra os grilheiros
Porto Seguro		43.000		BRALANDA (Maderreira)	Junho 79	84	Mário Amante Bráulio Bispo dos Santos Deusete Nunes Araújo Natanael Rodrigues	-Casas e plantações queimadas e destruidas -Prisão e tortura na polícia contra posseiros.	Denúncia aos jornais de Salvador
Una	Rio de Serra			Luís Mendes Ferreira	Mai 79	01	Edson Rodrigues do Nascimento	-Prisão do posseiro tortura na polícia	Denúncia do fato à imprensa de Salvador
Una	Serra do Papagaio Campo das Palmeiras			Empresa Agropecuária UNACAU (Empresa Produtora de Cacau)	Janeiro 79	200		-Retirada de ferramentas de trabalho dos posseiros. -Perseguições de jagunços -destruição de benfeitorias -Violaência armada	Denúncia ao governador do Estado Denúncia a FETAG Denúncia a imprensa de Salvador
Itapabi	-	430		Correjo do Rocado José Joaquim Pinto Lapa	Junho 79	01	José Camilo de Souza Filho Altiivar Esteve Pinto Sivaldo Esteves	-Proibição de fazer a colheita por policiais armados.	Denúncia ao DEPIN Denúncia ao governador do Estado
Xique-Xique	Retiro da Picada			Povoado Umbuzeiro Agropecuária de Antonio Mariani Biten Const. (Agropecuária)	Mai 79	128		-Destruição de 58 casas -Violaência armada -Passagem de tratores destróços das residências	Denúncia à imprensa de Salvador Denúncia a Diocese de Barra e FETAG e trabalho conjunto de Salvador.
Juazeiro	Altaneira			Povoado NARRIVA (subsidiária da CHESP)	Junho 79	100	-	-Ameaças de despejo	Reunião no Sindicato de trabalhadores rurais e denúncia do fato na imprensa.

FONTE: Levantamento GE-79  
Código: T - Jornal "A Tarde"  
TB - "Jornal "Tribuna da Bahia"  
JB - "Jornal da Bahia"  
OJR - Outros jornais da Bahia e Estados Brasileiros.



GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS DE SALVADOR - BAHIA - Tabela nº 1-4  
 RESUMO DAS VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS E PUBLICADAS NA IMPRENSA ESCRITA DIÁRIA DE SALVADOR  
 - 1979 -

MUNICÍPIOS	LOCALIDADE	TAMANHO EM HA	NOME DA PROPRIEDADE	NOME DOS QUEIJEIROS	DATA DA OCORRÊNCIA	Nº DE FOLHAS DE SETECENTOS PRÉ-JUDICIAIS	NOME DOS POSSEIROS PREJUDICADOS	TIPO DE VIOLÊNCIA REALIZADA	TIPO DE RESISTÊNCIA REALIZADA
Correntina		150.000	Faz. Ipanema	José Carlos Pereira da Silva	Julho 79	70	Anísio Pereira de Souza	-Violência armada -Morte trabalhador rural.	Denúncia aos jornais de Salvador
Andaraí	Redenção			Jorge Hymel Filho	Agosto 79	01	D. Maria dos Santos	-Agressão armada	Denúncia a CPT e ao correio-jornal da Bahia
Queimadas	Catiquinha Carrapichel Tijacu. 3 Morros	713		DNER	Agosto 79	77		-Destruição de casas residenciais chácaras lavoures visando alargar Rodovias.	Denúncia a CPT Denúncia aos jornais de Salvador
Itaquara Barra da Esquina		40.000	Faz. Espinho	Altenir Landolfo Teixeira	Agosto 79	60	Sebastião e Jiliodos Santos	-Derruba de cercas -Ameaças com jagunços armados	Denúncia ao jornal da Bahia
Mucuri	Povoado de Nova Brasília	15.000	Povoado	Rafael de Castro	Julho 79	100	Manoel Ferreira Azevedo Maria C. Vasconcelos Benedito Hermes Maria Flávia Manoel Cabelludo	-Casas queimadas -Morte de animais -dezenas de casas destruídas.	Denúncia do fato ao DPPIN Resistência armada contra os pistoleiros - Balano, David e Nativo
Joazeiro	Lajes/Lajinha Carneiro Gangoira Sossego Saquinho			Otocílio Nunes de Souza Carlos Augusto de Aragão AGROYVALD Caralbas Metais FIACOI MARMORE FAMESP	Agosto 79	57		-Prisão de trabalhadores -Inquirição policial -Beneficências em áreas indústrias -Cercamento de Pastos	Elaboração de manifesto e entrega do mesmo à FEMAG
Livramento N. Senhora	Margem do Rio Brumado	5.500	Projeto irrigação DNOCS	DNOCS	Agosto 79	1.400		-Desapropriação e não absorção no novo Projeto -Coação por forçar venda até derrubada de cercas	-Denúncia ao governo do Estado, ao DNOCS -Abalxo, assinado com 1.000 assinaturas dirigido ao DNOCS e a Imprensa de Salvador
Entre Rios	Porto de Jacupe			-Imobiliária Ubirajara -Planter Imobiliária	Agosto 79	45		-Morte de Trabalhador -Ameaças de jagunços com armas e farda do exercito para assinar indenizações	Manifestação realizada na Assembleia Legislativa

FONTE: Levantamento GEA-79  
 CÓDIGO: T = "Jornal 'A TARDE'"  
 JB = "Jornal da Bahia" TB = Tribuna da Bahia  
 OT = Outros jornais de Estados Brasileiros

MISMO DAS VIOLÊNCIAS PARTICIPADAS CONTRA OS TRABALHADORES JORNALIS E PÚBLI  
 CADOS NA IMPRENSA ESCRITA DIÁRIA DE SALVADOR  
 1979  
 TABELA Nº 1-5

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TAMANHO EM (HA)	NOME DA PROPRIEDADE	NOME DOS GARITEIROS	DATA DA OCORRÊNCIA	Nº DOS POSSEI- ROS PREJUDICA- DOS	NOME DOS POSSEIROS PREJUDICADOS	TIPO DE VIOLÊNCIA REALIZADA	TIPO DE RESISTÊNCIA
Morro do Chapéu		20.000	-	Geminiano Reles da Cruz	Agosto/79	300	Pequenos cafeicultores		Solicitação de apoio na CPI
Açu			Faz. Sítio Novo	Medrado	Agosto/79	13	-	Prisão de lavradores em celas de 4m2 por ordem do Delegado especial Major Uzeda	Denúncia à RENMG/CPI e Imprensa. Solicitação de apoio do Advogado Herib Reis do Pacifico Correia RI e do advogado Paulo Reis e do advogado Paulo
ento Sê	Novo Oliveira	100.000	Faz. Brejão	José Antonio de Souza Ex. Prefeito - Oswaldo Lopes Ribeiro.		16	Posseiros e o atual Prefeito de Sento Sê	Área cercada do asfalto até o Lago	Denúncia à Imprensa.
orto da Folha/SE	Illa de S. Pedro	-	-	Antonio Guimarães de Brito	Agosto/79	34	Índios e Possesiros	Repressão dos posseiros e Índios dentro da praia Ilha	Retomada da ilha por recursos próprios. Denúncia à Imprensa e Igreja
ntre Rios	Subaúma	-	-	Empresa A.Torres (Replantação Florestal de Pinheiros	Setembro/79	50	Possesiros	-	Denúncia à CPI
N A		3.100	Paz.Miriam	UNACAU Empresa produtora de Cacaú	Setembro/79	01	Manoel Cardoso da Silva (assassinado)	Repressão Policialca por 3 pistoleiros - José Inácio Porcidiomio e Erisvaldo	
acuri	Corrego das Ve-lhas, das Ostras Lençóis	15.000	-	Dr. Rafael de Castro Flomibira Tecnoflora Atracruz e Bralanda	Agosto/79	300	-	Palatificação de docu-mento transformando 380 ha, em 15.000 ha	Solicitação de apoio pelo Inácia Ilra e Denúncia na Imprensa
orto Seguro	Há 10 km da cidade.	1.000	-	Ivan Lee Hartman	-	11	-	-	
ntre Rios	Subaúma	26.000	-	José Agenor da Silva Emp. Tolras do Brasil	-	37	-	Violência armada contra os posseiros a fim de transformar pequena propriedade em grande propriedade	Denúncia a CPI
lanãpolis	Várzea e Cocos	32.000	Faz.Campo Grande	Otaclio Montenegro da Prança - Prefeito de Barreiras	-	22	-	Ameaça à vida e coação para assinaturas em documentos.	Denúncia à CPI, Imprensa e à Imprensa

CNTPE: Levantamento SGA-79  
 Código: T - Jornal "A Tarde"  
 TB - Jornal "Tribuna da Bahia"  
 JB - "Jornal da Bahia"  
 OVR - Outros jornais da Bahia e Estados brasileiros.

GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS DE SALVADOR - BAHIA  
RESUMO DAS VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS (PUBLICADO NA IMPRENSA ESCRITA DE SALVADOR)  
1979 - Tabela nº 1.6

MUNICÍPIO	Localidade	Tamanho em ha	Nome da Propriedade	Nome dos Grilheiros	Data da Ocorrência	Nº de Possesores Prejudicados	Nome dos Possesores	Tipo de violência realizada	Tipo de resistência realizada
Coritiba	GOV. Pedra Azul Pouso Alto Bambá	80.000		Gener Pereira da Rocha	Setembro/79	100	Rosalvo José da Costa	Forçada a venda da posse através de atos de violência e escrituras fraudulentas.	Os possesores estão se reunindo e protestando junto à Sec. de Segurança Pública para que esta tome as devidas providências inclusive a CPI de grilagem.
Relação do Jacuípe		525	Paz, Sapato Paz, Gamela	José Reis	setembro/79	65		- Destruição de 65 casas. - Violência contra lavradores.	- Denúncia à FEMAC - Denúncia à Imprensa
Quiljunge		100.000		Celso Wilson C.P. Dias	setembro/79	300		O grileiro alegando que as terras são devolutas tem pressionado os possesores no sentido de sair da região confiscando enxadas, facões e foice, utilizando-se para isso do auxílio da polícia federal e dos srs. Amendo Andrade e Raimundo Carvalho (Juiz de Direito de Itacaro).	Ataixo-assinado pedindo providências endereçado a CPI e ao Governador do Estado.
Iagu		550.000		Família Me drado	outubro/79	2.020	Enclides Lima Araújo Edino Pereira dos Santos Orlando Vieira Nova Marçal Frederico da Silva José Gomes dos Santos	- Prisão arbitrária de possesores. - Destruição de cercas, roças e casas. - Violência física através de pistoleiros atirando de metralhadoras e rifles.	Denúncias ao DEPRIN Denúncias à FEMAC Ataixo-assinados às autoridades. Denúncias à Imprensa Passeatas em cidades do interior. Invasão da delegacia por 1.000 possesores afim de resgatar a candidatura do presidente dos trabalhadores rurais.
Boa Vista do Tupim				Família Magalhães					
Marçoniillo Sousa									
Paratinga		1.500		José Mendonça Filho	outubro/79	50		O grileiro adquiriu uma posse de 7 ha e logo em seguida a estendeu até 1.500 ha, com ajuda das autoridades jurídicas.	

Códigos: T = Jornal "A Tarde".  
 TB = Jornal "Tribuna da Bahia"  
 JB = Jornal da Bahia

FONTE: Levantamento do GEA - 79

GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS DE SALVADOR - BAHIA  
RESUMO DAS VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA OS TRABALHOS RURAIS (PUBLICADO NA IMPRENSA DIÁRIA ESCRITA DE SALVADOR)  
1979 - tabela nº 147

MUNICÍPIO	Localidade	Tamanho em ha	Nome da Propriedade	Nome dos grileiros	Data da ocorrência	Nº de possesores prejudicados	Nome dos possesores	Tipo de violência realizada	Tipo de Realização
Romosa do Rio Preto		2.700	Fazenda Cara Brava	Félix Soares da Silva	Outubro/79	400	Valmir Carvalho das Neves	Documentos são forjados com o intuito de estabelecer a propriedade a qualquer custo e ameaçando de morte os possesores. Destruição de roças e casas.	Denúncia à FEMIG e à Polícia Militar. Solicitação à Sec. de Segurança Pública de Proteção.
Entre Rios	Porto Saizipe		Fazenda Vitória	Incorporações Ruy Vilier Soares Geraldo Simões	novembro/79	500	Ouviramo Nascimento	ameaça de mortes a possesores. Casas queimadas. Destruição de roças	Denúncia à FEMIG e à Polícia Militar. Denúncia à imprensa
Maracás			Faz. Mangaba	Irivaldo Portella Carlos Alberto	novembro/79	60		O grileiro deu prazo de 15 dias para a entrega dos documentos, sob pena de destruição de 60 possesores e suas famílias.	Denúncia ao MP/BA Denúncia à imprensa
Castro Alves	Baço Monte Alegre			Cláudio Pedreira José d/Silva Linhares José Carneira d/Silva	novembro/79	30	Moisés Guimarães	O grileiro diz-se-se no pagamento da polícia Federal pressionou os possesores para sair da região. Falsificação de documentos.	Denúncia à CRT
Ilhéus	Maria Jaze Rio do Engenho	300 6.000		Frederico Otken Dias Alice Magalhães	novembro/79	200		Os grileiros através de documentos falsos, realinharam 300 ha de terras devolutas, com morte dos possesores e destruição de suas roças e casas.	Denúncia ao Governador do Estado. Denúncia à imprensa.
Alagoinhas		100		Osvaldo Veloso de Barros Deputado Jairo Azi		07	Regina M da Cruz João Crispo dos Santos Osvaldo d/Santos	O sub-delegado Osvaldo Veloso abusando de sua autoridade, fez visita as terras em disputa, acampa mento de policiais a propriedade e ameaça de morte os moradores. O deputado Jairo Azi age o sub-delegado.	Denúncia à FEMIG
Bom Jesus da Lapa		52.300		OSCARINAP	novembro/79	300		A OSCARINAP pretende em plantar Projeto Agrícola nas terras situadas na estrada que liga Santa Maria da Vitória a "sem" da terra e faz grandes negócios com o dinheiro dos posseiros. O projeto prevê a compra de 2.500,00 ha para terras beneficiadas e 1.500 para terras cruas.	Denúncia à imprensa pelo Sindicato do Inquilinato dos Trabalhadores Rurais do Município de Bom Jesus da Lapa. Denúncia à imprensa por Duarte Nilo advogado dos posseiros prejudicados.

Fonte: Levantamento GEN 79.

Código: R = Jornal "A Manhã"  
 TB = Jornal "Tribuna da Bahia"  
 DT = Jornal da Bahia  
 OT = Outros jornais da Bahia e estados limítrofes.

GRUPOS DE ESTUDOS AGRÁRIOS DE SALVADOR-BAHIA  
RESUMO DAS VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS (PUBLICADOS NA  
1979 - Tabela nº 1-8

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TAMANHO EM ha	NOME DA PROPRIEDADE	NOME DOS GRILHEIROS	DATA DE OCORRÊNCIA	Nº DE POSSEIERS	NOME DOS POSSEIERS	TIPO DE VIOLÊNCIA REALIZADA	TIPO DE RESISTÊNCIA REALIZADA
Itamaia		5.000	Faz. Ilha Grande	José Gomes Guimarães	Dezembro 79	53	Manoel Gomes de Souza Marcelino B. de Souza	O grilheiro adquiriu 100 ha e logo em seguida através de documentos falsos e capangas o transformou em 9.000 ha. Agressão a família de posseiros através de 20 capangas.	Denúncia a imprensa de Salvador
Nova Glória	Brejo do Burgo (povoado)	30.000 (Estimativa)			Dezembro 79	500	O cacique Anígelio Pereira Xavier e sua tribo	As terras dos Pan Karanes estão submetidas a constantes tentativas de titulação pelos fazendeiros regionais, facilitada pela omissão da FUNAI e pela conivência do setor judiciário.	Denúncia à FUNAI Denúncia à Polícia Federal Denúncia ao Governador Denúncia à ANAI-Bahia Denúncia à UFBA
Araci		40	Faz. Araçás	Nelson Pereira de Jesus	Dezembro 79	02		O grilheiro está destruindo caatingas, cortando madeiras e abrindo variantes e cercando a propriedade de com arame farpado.	Denúncia às autoridades de Serrinha e ao Jornal "A TARDE" em Salvador.

FONTE: Levantamento GEA 79.

CÓDIGO: T. = Jornal "A TARDE"  
 TB. = Jornal Tribuna da Bahia  
 JB. = Jornal da Bahia  
 OUT. = Outros jornais da Bahia e estados brasileiros

GRUPOS DE ESTUDOS AGRÁRIOS DE SALVADOR-BAHIA  
RESUMO DAS VIOLÊNCIAS PRATICADAS CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS (PUBLICADOS NA  
1979 - Tabela nº 1-8

MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TAMANHO EM ha	NOME DA PROPRIEDADE	NOME DOS GRILHEIROS	DATA DE OCORRÊNCIA	Nº DE POSSEIERS	NOME DOS POSSEIERS	TIPO DE VIOLÊNCIA REALIZADA	TIPO DE RESISTÊNCIA REALIZADA
Itambá		5.000	Faz. Ilha Grande	José Gomes Guimarães	Dezembro 79	53	Manoel Gomes de Souza Marcelino B. de Souza	O grileiro adquiriu 100 ha e logo em seguida através de documentos falsos e capangas o transformou em 9.000 ha. Agressão a família de posseiros através de 20 capangas.	Denúncia a imprensa de Salvador
Nova Glória	Brejo do Burgo (povoado)	30.000 (Estimativa)			Dezembro 79	500	O cacique Aníbal Pereira Xavier e sua tribo	As terras dos Pan Karanes estão submetidas a constantes tentativas de titulação pelos fazendeiros regionais, facilitada pela omissão da FUNAI e pela conivência do setor judiciário.	Denúncia à FUNAI Denúncia à Polícia Federal Denúncia ao Governador Denúncia à ANA-Bahia Denúncia à UFBA
Araci		40	Faz. Araçás	Nelson Pereira de Jesus	Dezembro 79	02		O grileiro está destruindo caatingas, cortando madeiras, abrindo variantes e cercando a propriedade de com arame farpado.	Denúncia às autoridades de Serrinha e ao Jornal "A TARDE" em Salvador.

FONTE: Levantamento GEA 79.

CÓDIGO: T. = Jornal "A TARDE"  
 TB. = Jornal Tribuna da Bahia  
 JB. = Jornal da Bahia  
 OUT. = Outros jornais da Bahia e estados brasileiros